

TODOS À MANIFESTAÇÃO!

Pelo direito ao trabalho!

Contra os despedimentos!

Contra o aumento do custo de vida!

Por uma política ao serviço dos trabalhadores
e do País!

Pela recuperação económica ao serviço
dos trabalhadores e do País !

Pela defesa das liberdades!

Pela defesa da independência nacional!

PORTO
AMANHÃ, ÀS 19 H. NA PRAÇA HUMBERTO DELGADO
LISBOA
NO SÁBADO, ÀS 15.30, NO MARQUÊS DE POMBAL

Já somos mais dez mil !



PROMOÇÃO «CONQUISTAS DE ABRIL»

Pág. 12



Guiné

O PAIGC realiza o seu III Congresso

Angola

Angola comemora a independência
e prepara o Congresso do MPLA

Pág. 4



Sessão de esclarecimento em Santa Iria de Azóia

FAZER A POLÍTICA DOS TRABALHADORES

Em assembleias de Partido, em sessões junto de todo o povo se faz a política do PCP. Os camaradas Álvaro Cunhal, Octávio Pato, Sérgio Vilarigues e Blanqui Teixeira participaram no fim-de-semana em reuniões onde se afirmou e defendeu a defesa da democracia e dos interesses dos trabalhadores. Págs. 5, 6 e 7

A provocação do Porto

• Nota da DORN do PCP

Pág. 2

Hoje, às 22 horas, na RDP

ÁLVARO CUNHAL
ENTREVISTADO NO PROGRAMA
«CONTRAPONTO»

Editorial

UMA RESPOSTA DE MASSAS PARA A SAÍDA DA CRISE

Na semana em curso a situação política portuguesa conheceu novos e sensíveis desenvolvimentos. Clarificou-se mais, permitiu tornar mais nítidos os factores de crise, mostrou com maior evidência quais as forças que jogam deliberadamente na desestabilização política e militar e quais as que se encontram disponíveis para uma solução democrática da crise.

E mostrou além disso que as forças empenhadas na política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista — no Governo ou fora dele — se dilaceram em contradições internas insanáveis, acumulam desaire sobre desaire, enquanto que no seio do movimento popular e democrático crescem a unidade e a coesão e amadurecem as condições para novos êxitos na luta pela defesa da democracia, das conquistas da Revolução e da independência nacional.

☆☆

O ardil demissionista de Sá Carneiro revelou-se aquilo que exactamente o PCP denunciara desde a primeira hora, isto é, uma autêntica chantagem do presidente do PPD/PSD para impor aos seus parceiros uma linha de aberta confrontação com as instituições democráticas do país e para amarrar às suas posições claramente reacçãoárias a maioria recalcitrante da Comissão Política Nacional do seu Partido.

O diferendo saldou-se aparentemente pela vitória de Sá Carneiro e pelo relativo reforço das suas posições de chefia — um «acordo de cavalheiros» é sempre possível na esfera social dos dirigentes do

(Continua na pág. 2)

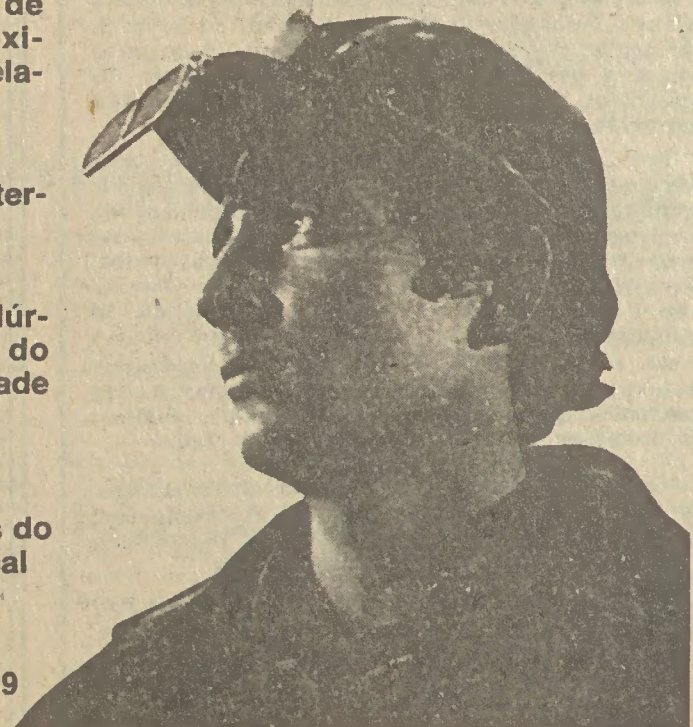
111 Comissões de
Trabalhadores exi-
gem o descongela-
mento de salários

A luta nas desinter-
vencionadas

O Comité de Metalúr-
gicos do Porto do
PCP apela à unidade
na luta

As lutas e tarefas do
Movimento Sindical

Pág. 9



Editorial

UMA RESPOSTA DE MASSAS PARA A SAÍDA DA CRISE

(Continuação da pág 1)

PPD – mas o espectáculo oferecido ao povo português pelo maior partido legal dos patrões da CIP é o da derrota, o da divisão ao nível das fileiras e da própria direcção, e isso não favorece em nada as desmedidas ambições de poder do dr. Sá Carneiro nem a sua jactância, nem as suas exigências de mando.

O líder do PPD/PSD parece não se ter dado conta desta mudança de estatura do seu partido. Daí que logo que submetidos e postos em respeito os dirigentes recalcutrantes do PPD o dr. Sá Carneiro tenha reformulado de novo as suas exigências e reafirmado os seus objectivos: revogação da actual Constituição, novas eleições presidenciais; negociações com o PS para a entrega do governo até 31 de Dezembro deste ano; formação de um governo de coligação PPD, CDS e PS a partir de Janeiro.

Como é sabido o dr. Sá Carneiro tem cometido na sua vida política alguns erros de cálculo. A barca das suas aventuras, mesmo impelida por remadores que actuam na sombra, pode mais uma vez enganar-se no rumo e conduzi-lo a um mau porto.

O CDS, mesmo com os passinhos e as falinhas mansas de Freitas do Amaral, navega nas mesmas águas. Com uma ala extrema à direita a passar-se com armas e bagagens para o MIRN, o CDS formula também o seu ultimato ao governo e ao PS: negociações para um governo de “convergência” a três – PS/PPD/CDS – até 15 de Dezembro.. ou moção de censura na Assembleia da República!

É evidente que o CDS nem precisa exigir a revogação da Constituição visto que votou contra ela. Também não precisa exigir novas eleições presidenciais visto que alguns dos seus homens de mão lá andaram pelo Porto, no último dia 5, na manifestação fascista, a reclamar a demissão do Presidente Ramalho Eanes.

A direita reacçãoária apoiada pelo imperialismo tenta a sua cartada procurando pôr a seu proveito a crise interna do partido do governo, o descrédito total do Governo PS sozinho, cada vez mais divorciado do povo trabalhador. E este é um dos dados mais significativos da crise actual e da situação do país, ou seja, a política actual e o Governo actual.



A fórmula do Governo PS sozinho está gasta, a continuação da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista do PS no Governo está arrastando rapidamente o país para o caos financeiro e económico, está degradando a níveis incomportáveis as condições de vida das classes trabalhadoras, está levando para um beco sem saída a situação de milhares de pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais. O Governo do dr. Mário Soares prepara-se não para discutir com todas as forças políticas e sociais uma plataforma democrática para sair da crise, mas para obter o aval dos trabalhadores e das forças democráticas para o “3.º pacote” das exigências do FMI.

A política do Governo do PS sozinho é o principal factor do agravamento da crise e um incentivo às arremetidas da direita, que está descontente porque quer ainda mais.

A recente cisão do PS com a saída de uma numerosa ala esquerda é uma consequência lógica da política do Governo, da sua incapacidade para dar uma resposta cabal aos agudos problemas que engendrou, da sua total submissão aos interesses dos exploradores, do grande capital e do imperialismo.

Os dirigentes do PS em vez de tirarem conclusões práticas imediatas das consequências da sua política nada fazem para alterar os dados fundamentais do problema. Os dirigentes do PS continuam a considerar-se os homens-providência e não querem ver que a sua obstinação de governarem sozinhos, de aliarem as forças de esquerda e se aliarem de facto à direita está esfacelando o seu partido.

Salgado Zenha não querendo ver os perigos que ameaçam a democracia e a independência do país proclama que “não há salvação nacional fora da presente solução política governamental”. É também uma chantagem que não colhe.

Vai o Governo submeter às diversas forças políticas e sociais o documento-base para a discussão de uma plataforma. Os antecedentes políticos e as afirmações dos dirigentes do PS mostram que nenhuma mudança seria de política e de governo é de esperar nesse documento-base entregue aos diversos partidos e organizações sociais.

Sem reserva mental mas Instruído pela experiência o PCP estará aberto ao exame e à discussão das propostas do Governo desde que ofereçam uma base mínima de negociação de uma verdadeira plataforma para sair da crise ao mesmo tempo que reitere as suas propostas de suspensão dos ataques à Reforma Agrária, às nacionalizações e desintervenções, estatais, às liberdades e direitos dos cidadãos exarados na Constituição.

Mas não dará nunca o seu aval às exigências do FMI, a qualquer política contrária aos interesses dos trabalhadores, da economia do país e da independência nacional.



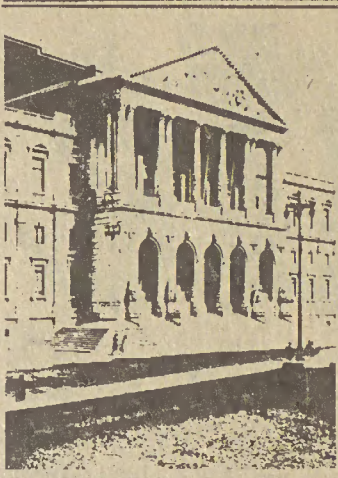
O próximo fim-de-semana vai pôr mais uma vez à prova a força e as intenções dos que representam na hora actual interesses antagónicos na sociedade portuguesa.

Os fascistas vão tentar renovar no Porto os ataques à democracia e à Revolução, os insultos e insolências contra o Presidente da República proferidos no dia 5, vão tentar manipular o descontentamento do povo contra a política antipopular do Governo do PS sozinho, voltando-o contra as instituições democráticas.

Em Lisboa e Porto, e noutros pontos do país, centenas de milhares de trabalhadores e doutros portugueses patriotas, ao apelo das organizações sindicais, populares e de classe, virão à rua mostrar a sua disposição invencível de defender as liberdades, a democracia, as conquistas da Revolução; virão dizer não à miséria, ao desemprego, à política de recuperação capitalista; não ao fascismo e à reacção e sim a uma plataforma democrática de verdadeira recuperação económica, sim a uma saída para a crise que tenha a participação dos trabalhadores e defesa dos interesses fundamentais do povo e do país.

O PCP, partido da vanguarda dos trabalhadores, apela à mais larga participação nas manifestações, à mais estreita unidade de todos os democratas e antifascistas, homens, mulheres e jovens.

Uma mensagem deve ser trazida à rua: a mensagem da esperança e da confiança, a mensagem da unidade, a mensagem da invencível vontade do povo português de defender as conquistas de Abril e o futuro independente e livre da pátria portuguesa.



Os Comunistas na Assembleia da República

Lei contra as organizações fascistas

«Será que a palavra fascista queima os lábios ao CDS?...»

Iniciou-se na passada terça-feira e prossegue hoje um debate que, segundo as palavras do deputado comunista Carlos Brito, se reveste da maior importância para a democracia portuguesa.

No centro do debate encontram-se, em discussão conjunta, três projectos que, embora estejam englobados na mesma ordem do dia e, aparentemente, versem o mesmo tema, diferem radicalmente. Dum lado, os projectos apresentados pelo PPD (“organizações que perflhem a ideologia fascista”) e pelo CDS (“defesa da democracia”), do outro, o projecto apresentado pelo PCP (“organizações fascistas”).

De um lado, um projecto — o do PCP — que visa dar exequibilidade a uma norma constitucional, que visa defender o regime democrático vigente; do outro lado, dois projectos apresentados pela direita parlamentar que não visam esse mesmo objectivo — aliás, é até curioso notar que um deles (o do CDS) em todo o seu articulado, nem uma só vez cita a palavra fascista. Conforme referiu, a propósito, Carlos Brito: Será que a palavra fascista queima os lábios do CDS?

O debate iniciou-se precisamente com uma intervenção do presidente do Grupo Parlamentar do PCP que, a dado passo, referiu: A conspiração dos fascistas contra o regime democrático tem sido uma constante da nossa vida política nos anos que se seguiram ao 25 de Abril. As campanhas de calúnias e ataques vis às instituições e personalidades que as compõem, o desvio e abuso sistemático das liberdades de imprensa, associação e manifestação, a sabotagem económica, a exportação ilegal de divisas, as tentativas de mistificação da opinião pública sobre ocorrências da vida nacional, a desestabilização política, a manipulação militar, os apelos à violência, os bandos de caceteiros, o terrorismo, os incêndios, o bombismo, os conluios e intrigas contra a democracia portuguesa na arena internacional, têm os seus centros organizados. Estes, são as organizações fascistas. E são estas que têm tornado possível, ao longo do nosso curso democrático, o envolvimento e a instrumentalização de cidadãos que, discordando deste ou daquele aspecto da prática da democracia, estão muito longe de desejar o regresso ao passado de opressão e tirania. E são estas que, se não forem efectivamente proibidas como manda a Constituição da República, prepararão a restauração da ditadura terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo), dos latifúndios, do fascismo, na definição do meu Partido.

Depois de se ter referido à manifestação fascista do passado dia 5 no Porto e à que se prepara para o próximo sábado na mesma cidade, o deputado do PCP acentuou:

Ninguém que esteja verdadeiramente empenhado em defender as liberdades e o regime consagrado na Constituição pode ignorar a gravidade e a natureza desta ameaça. E assim, se é verdade que em nosso entender chegámos tarde a este debate, vamos travá-lo em condições perfeitamente claras. Só quem não quiser ver os perigos é que não perceberá o que está em jogo.

Fascismo só há um!

Carlos Brito acrescentou, mais adiante que não era com certeza sem emoção que os deputados comunistas e todos os antifascistas da Assembleia da República — nós todos que nos entregámos à luta sem tréguas contra o regime de Salazar e Caetano, que experimentámos directamente na carne a opressão e a repressão nos seus vários matizes, a prisão, a tortura — iniciavam essa tarefa de aprovar uma lei que tem por objectivo impedir que tais práticas regressem algum dia a Portugal.

Mas — acentuou o deputado do PCP — não se trata, porém, para nós comunistas, de condenar vagas e indeterminadas actuações antidemocráticas, mas de garantir, por uma lei justa, uma lei conforme à Constituição, uma lei eficaz, a proibição das organizações de ideologia fascista, real e efectivo perigo.

Apointando a necessidade de o Instrumento legal que há-de permitir a realização do imperativo constitucional de proibição das organizações fascistas e de condenação dos seus responsáveis ser dotado da mesma exactidão e rigor que caracterizam a definição constitucional de organizações de ideologia fascista, o representante do PCP salientou:

Nós afirmamos: não é possível falar de fascismo em Portugal sem falar em salazarismo, corporativismo, colonialismo, belicismo e racismo!

Nós afirmamos: não é possível falar consequentemente em combate ao regresso do fascismo sem concreta referência e especificação de que se trata de actuar contra a reinstauração dos expoentes, princípios, instituições e métodos do regime derrubado em 25 de Abril!

E mais adiante, Carlos Brito especificou: Ao falar abstractamente em defesa da democracia, sem concretizar quem a tem ameaçado, quem hoje, como ontem, a põe em perigo, ao falar em totalitarismo, esse moviedio e vago conceito, moldado na matriz da guerra fria, constantemente agitado pelas centrais da contra-informação do imperialismo e... expressamente rejeitado pela maioria dos deputados

constituintes, alheio inteiramente ao código conceptual da nossa Constituição — que objectivos se podem visar?

Nós afirmamos: a imprecisão e vagueza de tais “definições”, é a própria antecâmara da ilibação prática das organizações fascistas.

Tais posições — sustentamos — ao obscurecerem o perigo principal para o regime democrático português só podem traduzir-se num grave e tático encorajamento das próprias actividades fascistas.

E a finalizar a sua intervenção no plenário, Carlos Brito disse: Votando o Projecto de Lei 75/1, a Assembleia da República contribuirá para a consolidação do regime democrático, reforçando as suas defesas e pondo em respeito os que atentam contra ele, contribuirá para a plena realização do regime constitucional, a democracia em transição para o socialismo.

O fascismo terá existido?

Os deputados Menêres Pimentel e Lucas Pires tiveram a ingrata tarefa de defenderem os projectos apresentados pelos seus partidos. O primeiro teveu longas considerações de teor criminalista e jurídico-metafísicas sobre a possibilidade ou não de condenação do fascismo.

A imprecisão com que sempre se referiu ao fascismo e às organizações e actividades fascistas suscitaram, por parte da bancada do PCP, uma série de pedidos de esclarecimento susceptíveis de permitirem ao deputado do PPD uma clarificação do seu conceito de fascismo.

Pois o referido deputado, falando “ex-cátedra”, não só não quis clarificar coisa nenhuma, como, ainda por cima, amuou...

É verdade. Disse que assim, não dizia mais coisa nenhuma, não esclarecia mais nada. E tudo isto apenas porque alguns deputados — que sabem o que é o fascismo — pretenderam confrontar o seu longo desenvolvimento metafísico sobre o fascismo com a realidade de 48 anos de feroz ditadura que o Povo português duramente sofreu.

Quanto ao deputado Lucas Pires, do CDS, a sua intervenção teve, pelo menos, o mérito de ser viva. Se bem que completamente fora do tema em debate. Em primeiro lugar, o eminente teórico do CDS insurgiu-se contra a falta de parcimónia no uso da palavra fascista. Precavendo-se, o deputado até levou para o homicídio alguns escritos seus para provar que nunca defendeu o regime fascista português. Até os leu, só que essa leitura não sosseguou ninguém...

Em resumo: a direita parlamentar ainda não foi desta que demonstrou o seu empenhamento da defesa da democracia contra a tentação fascista.

Mas, conforme acentuou, em intervenção o deputado do PCP Lino Lima, outra coisa não seria de esperar de organizações que nunca combateram o fascismo — o fascismo que concretamente existiu na nossa terra. É que não se pode falar consequentemente contra o fascismo, contra as organizações fascistas senão quando se combateu o fascismo. Aqueles que não o fizeram não deixarão de falar, ontem como hoje, a linguagem do anticomunismo. Contra os que ontem falavam com clareza e em voz alta da democracia e do antifascismo e hoje falam, com coerência, a linguagem da Constituição. Totalitários são, hoje como nas últimas décadas, aqueles que perseguem os comunistas. Assim a História os julgou já e continuará a julgá-los para sua vergonha.

Isto são coisas que nenhum Lucas Pires do CDS compreenderá. Porque foi este deputado que, no próprio dia que produziu a sua intervenção, declarou a um jornal reacçãoário que a Constituição é demasiado socialista! Não faltará muito tempo para que os Lucas Pires digam que a Constituição é demasiado democrática. Eles já dizem que o fascismo não é fascismo...

O PSD/PPD não concordou Terrorismo separatista condenado na AR

A maioria dos deputados da Assembleia da República deu o seu voto positivo a um voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, pelo recrudescimento das actividades separatistas e terroristas na Região Autónoma da Madeira e perante a passividade das autoridades, nomeadamente do Governo Regional.

O voto de protesto tinha sido apresentado na sessão da passada sexta-feira mas, a pedido do PPD, a sua votação apenas se concretizou anteontem. Este adiamento teve, pelo menos, um mérito: por um lado, levar o CDS a votar favoravelmente um voto de protesto em que se critica a acção do governo de uma das regiões autónomas; e, por outro, levar o partido que detém a responsabilidade do governo regional já não a votar contra — como tem sucedido — mas a ficar-se por uma abstenção, se bem que seguida de uma “pinueta”: a apresentação de outro voto, sobre idêntico tema, mas de conteúdo obviamente diverso.

É que o que se passa actualmente na Região Autónoma da Madeira é já de tal modo grave que nem aqueles que sempre se empenharam em tentar negar a existência do terrorismo separatista são hoje capazes de manterem as mesmas posições insustentáveis que ainda ontem assumiam.

Na declaração de voto proferida pelo deputado comunista Carlos Carvalhas a gravidade da situação é clara: A acção terrorista tem-se acentuado nos últimos meses. Depois de vários carros incendiados, a 29 de Setembro foi a explosão de um petardo num pacífico comércio-festa do PCP, num jardim do Funchal, tendo sido atingida uma criança. É de salientar ter sido este o primeiro atentado bombista numa iniciativa pública e à luz do dia, o que revela a segurança e o à-vontade com que actuam os terroristas nesta região do País.

Já no mês de Outubro — referiu ainda Carlos Carvalhas — foi a explosão de outra bomba na própria Polícia Judiciária do Funchal, parece que de represália contra dois presos de delito comum, de um elemento da FLAMA. No dia 20 do mesmo mês foi a destruição, também no Funchal, e numa mesma noite, de carros de elementos democráticos, um dos quais do PS. Nestas duas últimas semanas mais actos terroristas e bombistas foram assinalados, sem que se veja qualquer acção ou protesto do governo da Região Autónoma da Madeira.

Morte súbita de um deputado

Vitimado por doença súbita, faleceu na passada semana o deputado do Partido Socialista José Borges Nunes, eleito pelos Açores. Na sessão da passada sexta-feira, a Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto de pesar pela morte do referido deputado, tendo os representantes dos quatro grupos parlamentares proferido breves palavras de homenagem à memória do deputado socialista. Foi ainda guardado um minuto de silêncio.

O PCP votou contra o IFADAP

Apoio à agricultura ou instrumento contra a Reforma Agrária?

A Assembleia da República aprovou, na passada semana, por maioria, a ratificação do decreto-lei que cria o Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas (IFADAP). Os deputados comunistas votaram contra a ratificação deste decreto-lei e a sua posição foi defendida no plenário através das intervenções dos deputados Vítor Louro e Cavalleira Antunes.

O primeiro destes dois deputados perguntaria, quase no final da sua intervenção: Que tem a ver o IFADAP com o Estado democrático definido na Constituição da República Portuguesa? Pelo que dissémos, temos fortes razões para pensar que o IFADAP pode constituir um importante instrumento na ofensiva em curso contra a Reforma Agrária. Retemos, aliás, uma afirmação feita pelo Ministro Barreto no já referido discurso de empossamento: “o crédito é na sociedade moderna uma das mais importantes alfaías sem o qual se condena definitivamente a produção alimentar e os homens que a asseguram”. Nós, e particularmente os trabalhadores da Reforma Agrária, bem o sabemos: conhece-se o gosto amargo desta afirmação traduzido no corte de créditos a mais de uma centena de cooperativas e a milhares de pequenos agricultores.

Uma questão, viria no entanto a dominar as atenções do plenário. Concretamente, o deputado do PCP Vítor Louro denunciou o facto de o ministro Barreto ter nomeado para vice-presidente do IFADAP o sr. Fernando Mouzinho que foi, nos tempos do colonialismo, o presidente da Junta de Povamento de Angola, e como tal, segundo acentuou Vítor Louro, o primeiro responsável pelo organismo que se empenhava no cumprimento das ordens da PIDE relativamente às populações africanas, realizando a sua transferência dentro do território, isolando-as em aldeamentos especiais.

O deputado do PCP acrescentou, a propósito deste problema e criticando a decisão do MAP por este ter nomeado para um cargo de responsabilidade dentro do IFADAP um homem de mão do regime fascista e colonialista que não pode ser fiel depositário do encargo de levar à prática o projecto constitucional.

Justificando a sua denúncia, Vítor Louro adiantou: Numa instituição recém-criada as pessoas que a orientam podem ter quase tanta importância como os estatutos — talvez mais do que estes — e ajudam a revelar as intenções que animam a sua nomeação e, quíçá, as verdadeiras razões de ser das instituições.

Apesar de todas as objecções levantadas pela bancada do Partido Comunista, os deputados do PS, do PPD e do CDS acabariam por dar o seu voto favorável à ratificação em causa, o seu voto favorável a um organismo criado pelo MAP e que pode constituir um instrumento — conforme salientou Vítor Louro — na ofensiva contra uma das grandes conquistas da Revolução de Abril — a Reforma Agrária.

Nota da DORN do PCP

NÃO À PROVOCAÇÃO FASCISTA NO PORTO

A Direcção da Organização Regional do Norte do PCP, num comunicado distribuído anteontem, depois de acusar os fascistas de serem os obreiros da manifestação de amanhã, no Porto, assinala que “ela é óbvia e negavelmente a continuação e o prolongamento da manifestação fascista do passado dia 5”. Condenando “explicitamente quaisquer tentativas provocatórias de contra manifestação à manifestação fascista do dia 19”, a DORN do PCP “alerta para qualquer armadilha ou acção provocatória em relação às forças armadas ou militarizadas” e apela “para o reforço da vigilância e da combatividade”, para “a concentração dos comunistas, dos trabalhadores e dos antifascistas no dia 19, nos centros de trabalho do Partido e nas sedes das organizações sindicais e populares, de modo a desencorajar e impedir qualquer provocação das forças reacçãoárias e fascistas”.

Ao mesmo tempo, a DORN do PCP exprime “todo o seu apoio à manifestação do dia 18, no Porto, convocada pelo Movimento Sindical e largamente apoiada por outras organizações unitárias e de trabalhadores, cooperativas, associações populares, etc. A DORN do PCP apela de desenvolverem os maiores esforços para que esta manifestação se torne a resposta dos trabalhadores e das massas populares às actividades fascistas e, ao mesmo tempo, uma grande jornada de luta pelas suas reivindicações fundamentais, para uma saída democrática da crise que crie as condições para o grande esforço nacional e patriótico que a situação económica e financeira impõe cada vez com mais urgência”.

Ao caracterizar a propaganda antide-mocrática e subversiva, nomeadamente através da regionalização do significado da mudança do comandante da Região Militar do Norte, a DORN do PCP repudia em termos inequívocos a “falsa oposição entre Norte e Sul” que se pretende criar com o anúncio da manifestação de 19 no jornal “O Comércio do Porto” e acusa esta nova manifestação fascista de ser, “de facto uma frontal provocação ao Movimento Sindical e Operário, a todos os trabalhadores do Norte do País, a todos os democratas e a todos os antifascistas”.

Como o comunicado assinala, a manifestação, que se apresenta “como um pronunciamento popular em moldes tipicamente fascistas”, tem a sua comissão promotora a funcionar na sede do CDS e para ali convergem

“elementos dos mais retrógrados do PPD, do CDS, do MIRN, etc., alguns dos quais estiveram mais ou menos intimamente ligados ao regime fascista depositeo em 25 de Abril”.

Para melhor enganarem e, como sublinha o comunicado da DORN, por reconhecerem uma primeira derrota, os promotores da manifestação fascista procuram agora suavizá-la, “moderando os termos da convocatória”. Mas isso nada altera, como nada altera ao seu conteúdo fascista o facto de “alguns, poucos, militantes do PS” aparecerem na comissão promotora.

A DORN do PCP, considerando imprescindível “intensificar rapidamente o esclarecimento das populações do Norte do País, designadamente acerca do conteúdo e dos objectivos da manifestação fascista do dia 19 no Porto”, lembra que os grandes capitalistas e os latifundiários, “através da CIP, da CAP, do CCP, ou através da PPD, do CDS e do MIRN, pela boca de Vasco de Mello ou de Sá Carneiro”, pronunciam-se “clara e publicamente contra a legalidade democrática e constitucional”, aproveitando “uma crise económica, financeira e política provocada pela ofensiva do Governo PS, dirigida contra as fundamentais conquistas da Revolução, contra os mais elementares direitos e interesses dos trabalhadores e da população em geral”.

Considerando “da maior importância desenvolver uma ampla movimentação de massas que contenha e bata as manobras e pressões das forças reacçãoárias e fascizantes”, a DORN do PCP sublinha que “os ataques à Reforma Agrária e ao controlo de gestão, as desintervenções e as indemnizações, o aumento do custo de vida e o congelamento da contratação colectiva, o aumento do desemprego e a repressão patronal, a vaga de despejos de rendeiros pobres e a protecção aos grandes intermediários da lavoura, a submissão às exigências do imperialismo e a limitação das liberdades fundamentais aprofundam a crise política e degradam, de facto, a situação económica e financeira do País”.

Com um firme apelo à vigilância e ao apoio à manifestação dos trabalhadores promovida pelo Movimento Sindical, a DORN do PCP alerta ainda “vivamente para os perigos de quaisquer actuações esquerdistas, aventureiras e irresponsáveis”, para que não exista qualquer campo de manobra para a provocação das forças reacçãoárias e fascistas.

Presente no Festival de Leipzig (RDA)

AS «25 CANÇÕES DE ABRIL» FORAM TEMA PARA UM FILME

Foi um espectáculo de três horas, inesquecível; é, agora, um filme de cinquenta minutos. Foram as «25 Canções de Abril», é agora um filme de 16 milímetros a preto e branco com o mesmo nome.

O filme para além de ser uma reportagem desse grande espectáculo que foram as «25 Canções de Abril», inclui ainda outros elementos que não entram no espectáculo mas que enriquecem a narrativa da Revolução.

Estas palavras foram-nos ditas pelo realizador Luis Gaspar, responsável pela coordenação do filme «25 Canções de Abril», a propósito da participação deste filme português no Festival de Leipzig na República Democrática Alemã.

Na breve troca de impressões que mantive connosco, Luis Gaspar começou por nos adiantar as razões por que foi feito o filme «25 Canções de Abril».

O espectáculo foi o que foi, o êxito que toda a gente sabe. Tratou-se de uma visão em espectáculo da Revolução portuguesa. Teve apenas um defeito — o de se ter podido realizar apenas algumas vezes, e só em Lisboa e no Porto.

Nesse sentido — prosseguiu Luis Gaspar — a CDL pensou em produzir este filme que é, no essencial, uma reportagem do que foi esse inesquecível espectáculo.

Depois de ter salientado que o filme foi realizado por uma equipa de profissionais de cinema composta por comunistas e outros democratas, Luis Gaspar acentuou:

É justo que se refira a colaboração prestada pela televisão da República Democrática Alemã, que nos favoreceu o negativo necessário para as filmagens.

Como já se disse, as «25 Canções de Abril» vão estar presentes no Festival de Leipzig, que este ano decorre tendo como tema a Paz e a Cooperação. Luis Gaspar deslocar-se-á à RDA a fim de assistir ao Festival e indicou-nos as razões da presença do filme português naquele certame.

A participação no Festival tem principalmente em vista a divulgação do filme junto dos países socialistas e dos novos países de expressão portuguesa.

Brevemente — revelou-nos

ainda Luis Gaspar — a CDL vai promover uma exibição em Lisboa de «25 Canções de Abril», exibição essa especialmente destinada à divulgação do filme junto de eventuais entidades interessadas na aquisição de cópias destinadas à exibição pública.

A finalizar as suas breves declarações ao «Avante!», o realizador Luis Gaspar salientou um aspecto extremamente importante relacionado com esta iniciativa cinematográfica:

A realização de um filme como as «25 Canções de Abril» foi muito importante porque se tratou da primeira vez que este tipo de acção cinematográfica foi desenvolvido.

E acrescentou o responsável pela coordenação do filme: Os resultados positivos que foram alcançados apontam para a continuidade e para o desenvolvimento deste tipo de acções, uma vez que existem profissionais competentes para as concretizarem, existe o equipamento indispensável e, sobretudo, existe um grande manancial de temas susceptíveis de serem tratados.



Os camaradas soviéticos durante um encontro com dirigentes dos jovens comunistas

A convite da UJC e da UEC ENCONTRA-SE EM PORTUGAL UMA DELEGAÇÃO DO «KOMSMOMOL»

Encontra-se em Portugal desde o passado domingo uma delegação do Komsomol Leninista da URSS, chefiada pelo camarada Nicolai Truchenko, reitor da Escola Superior do Komsomol, doutor em Ciências Históricas e deputado do Soviete de Moscovo. Esta importante delegação da juventude comunista soviética deslocou-se ao nosso país a convite da UJC e da UEC.

A delegação integra ainda os camaradas Igor Lutchenko, vice-presidente da Associação dos Compositores da República da Bielorrússia e membro do Comité Central do Komsomol; Raísa Simenok, directora de uma escola secundária de uma cidade da República da Ucrânia; Serguei Vastrejensky, pós-graduado do Instituto do Movimento Operário Internacional, especialista em assuntos portugueses e que prepara actualmente uma tese intitulada «A Actividade do PCP e das Organizações de Massas» e Tanra Grogorenko, intérprete.

A delegação soviética participou, logo no próprio dia da sua chegada ao nosso país, num encontro com o povo da região de Lisboa no Mercado do Povo e, na tarde de segunda-feira, deslocou-se à sede do «Avante!», onde teve um encontro com os camaradas Dias Lourenço e Ruy de Carvalho, respectivamente director e chefe de redacção do órgão central do nosso Partido.

A delegação do Komsomol Leninista esteve anteontem e ontem no Alentejo, onde teve encontros com as estruturas locais do Partido, da UEC e da UJC, tendo ainda visitado diversas UCPs e Cooperativas.

Hoje, os camaradas soviéticos deslocam-se à região de Setúbal, amanhã a Coimbra e domingo ao Porto. Na próxima terça-feira, a delegação soviética encontrará-se à com uma delegação da direcção do nosso Partido e, concederá, ainda, uma conferência de imprensa.

No decorrer da visita que a delegação efectuou às instalações do «Avante!», tivemos oportunidade de registar algumas declarações do camarada Nicolai Truchenko.

ESTAMOS ENTRE AMIGOS!

O primeiro dia da nossa permanência em Portugal — começou por nos dizer o chefe da delegação do Komsomol — fez-nos sentir aquilo que cada soviético sente quando está entre amigos. Este primeiro dia de permanência no nosso país mostrou-nos já que nos encontramos num país onde os

nostros amigos estão na vanguarda da luta pelo progresso social.

Referindo-se a alguns dos objectivos da visita a Portugal desta importante delegação da juventude soviética o camarada Nicolai Truchenko acentuou: Queremos, no decorrer da nossa permanência, mostrar a importância da Grande Revolução Socialista de Outubro, a grande influência desse acontecimento na vida do povo soviético e da juventude soviética. Uma das tarefas primordiais da nossa delegação é mostrar o que o poder soviético tem dado à juventude, é mostrar também a direcção das actividades mais importantes do Komsomol Leninista.

Queremos — prosseguiu o camarada Truchenko — contar aos portugueses a realidade soviética, o modo de viver soviético, o que é um jovem soviético.

Referindo-se ao acto público em que a delegação participou no Mercado do Povo, o reitor da Escola Superior do Komsomol disse: Para nós foi muito agradável termo-nos encontrado no primeiro dia da nossa estadia no vosso país com os trabalhadores da região de Lisboa.

Depois de ter posto em destaque

o alto grau de amizade em que decorreu esse encontro, o camarada Nicolai Truchenko acrescentou: Esse encontro decorreu de uma forma que, para nós, ultrapassou os limites do previsto. Em todas as perguntas que nos fizeram era fácil vermos sempre uma nota de grande amizade para com o povo soviético.

Pudemos também nesse encontro verificar que a actividade dos comunistas e de outras organizações progressistas de Portugal está profundamente alicerçada nas corações dos trabalhadores portugueses — concluiu o camarada Nicolai Truchenko.

RECOMEÇARAM NOS LICEUS AS ACÇÕES PROVOCATÓRIAS DOS «MENINOS DA MOCA»

A semelhança do que aconteceu no passado ano lectivo, já se começaram a registar, em vários liceus do país, actividades provocatórias desencadeadas por grupos de marginais neonazis, que espancam e ameaçam estudantes

progressistas, boicotam aulas, exibem descaradamente emblemas e símbolos sinistros do fascismo, afixam cartazes de propaganda hitleriana, tentam instalar climas de intimidação, próprios para a concretização dos seus objectivos.

Estas acções, que na sua maioria têm decorrido impunemente, poderão conduzir a situações extremas, tal como aconteceu no ano lectivo transacto, em vários liceus, nomeadamente no D.Leonor, em Lisboa, quando grupos de cacetários chegaram a controlar a entrada de estudantes e professores, tendo espancado ou ameaçado alunos e docentes progressistas. Sublinhe-se que os provocadores responsáveis por aquela manobra apoderaram-se de listas com os nomes dos alunos.

As manobras e as agressões foram e são praticadas, em muitos dos casos, por neonazis estranhos aos estabelecimentos de ensino. Trata-se de grupos de provocadores que aguardam instruções nas sedes dos partidos da reacção (PPD, CDS, MIRE, etc.), dirigindo-se, (nas suas motos), sempre que solicitados, para os liceus onde é necessário «actuar».

PROVOCAÇÕES FASCISTAS EM LICEUS DO PORTO OBRAS E OLIVEIRA DE AZEMÉIS

No Porto, os «meninos da moca» já iniciaram a sua escalada nos liceus, onde no passado ano lectivo chegaram a difundir pelas instalações sonoras discursos de Hitler e Mussolini. No passado dia 11 (aniversário da independência da República Popular de Angola), alguns estudantes, sobretudo retornados, apareceram vestidos de negro no liceu Rodrigues de Freitas, onde à tarde se verificaram confrontos com graves consequências. A Polícia de Choque deslocou-se ao local.

ENSINO DA ECONOMIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

A análise da situação actual neste sector de ensino e a necessidade de defesa das transformações democráticas operadas nas escolas após o 25 de Abril, são os principais objectivos do Encontro Nacional de Direcções Associativas das Escolas do

ramo de ensino; d) erradamente considerados em determinado escalão; e) cuja posição relativa dentro do escalão em que foram considerados é incorrecta; f) que tendo concorrido apenas a uma zona são considerados como concorrentes a todo o País (e vice-versa); g) professores efectivos, agregados e estagiários colocados como eventuais e provisórios; h) candidatos de classificação mais elevada preteridos, no momento de colocação nos estabelecimentos de ensino para onde tinham concorrido, por candidatos concorrentes ao País inteiro com classificação mais baixa; i) candidatos que tendo adquirido habilitação própria antes do concurso e tendo concorrido como tal, foram considerados dentro do escalão de habilitação suficiente, por já estarem assim recensados nos serviços do MEIC.

Face às desastrosas consequências do processo de colocações imposto pelo MEIC e aos múltiplos erros que marcaram as listas do Ministério, o senhor secretário de Estado não tem autoridade moral para recusar o diálogo produtivo e esclarecedor com os Conselhos Directivos.

O País fica à espera da resposta.

Antes de regressar ao seu País

DELEGAÇÃO SOVIÉTICA «O FORTALECIMENTO DA AMIZADE ENTRE OS POVOS»

Antes de regressar ao seu País, a delegação soviética que participou, em Portugal, nas comemorações do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, avistou-se com o Presidente da Assembleia da República, dr. Vasco da Gama Fernandes, e com o ministro de Estado prof. Henrique de Barros. Os encontros decorreram num ambiente de cordialidade e franca compreensão.

Além de se ter deslocado ao Algarve, onde visitou fábricas e outros locais de trabalho, tendo sido recebida no Governo Civil de Faro, a delegação soviética — constituída pelos camaradas Igor Stepanenko (que chefiou), vice-presidente do Conselho de Ministros e deputado do Soviete Supremo da República Socialista Soviética da Ucrânia; Lidia Chechenko, heroína do trabalho, e Julio Iachenko, vice-reitor do Instituto de Arte de Kiev — concedeu, na sede da Associação Portugal-URSS, em Lisboa, uma conferência de imprensa, no decorrer da qual foi revelado que se realizará, no próximo ano, na República da Ucrânia, as principais festividades do «Dia de Portugal na URSS».

Sentimos profunda satisfação e alegria pelo facto de em Portugal haver tantos amigos da União Soviética, tanto interesse pelo nosso País, pela sua História e Cultura, pelo modo de vida do Povo soviético — afirmou o camarada Stepanenko durante o encontro com os jornalistas. Mais adiante sublinhou que visita da sua delegação, assim como todos

os contactos entre Portugal e a URSS, contribuiu para uma maior compreensão mútua e para o fortalecimento da amizade entre os nossos Povos.

Detendo-se em particular no desenvolvimento económico e social da República Soviética da Ucrânia, declarou que temos grandes planos para o futuro e sabemos que para a sua realização é necessário ter-se uma paz sólida no Mundo.

O período principal que ameaça a Paz no nosso tempo e inquietos os povos — afirmou — é o prosseguimento da corrida aos armamentos. O nosso Partido, o PCUS, e o nosso Governo querem pará-la para impedir que o Mundo se transforme numa catástrofe nuclear.

Referindo-se à situação actual na Europa, o camarada Igor Stepanenko sublinhou que se põe com particular actualidade a tarefa de completar o desanuviamento político com o desanuviamento militar.

Na URSS estamos firmemente convencidos de que a conclusão entre os participantes na Conferência Europeia de um

MENSAGEM DE KALININ AOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO

Na passagem do 60.º aniversário do Grande Outubro, o embaixador da União Soviética em Lisboa, 'camarada Arnold Kalinin, enviou aos órgãos de Comunicação Social a seguinte mensagem:

«Por ocasião da comemoração do 60.º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, data festiva da União Soviética, a Embaixada da URSS na República Portuguesa recebeu numerosas saudações e felicitações, vindas dos mais diversos lugares do País — do Norte, do Centro, do Sul e dos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

«Representantes dos órgãos do Estado, de partidos políticos, organizações sindicais e sindicatos, personalidades culturais e científicas, órgãos municipais e governadores civis, filiais da Associação Portugal-URSS, colectivos de diversas empresas e cidadãos dirigiram ao Povo soviético palavras amigas.

«A Embaixada aprecia tudo isto como uma expressão da crescente amizade e do fortalecimento da cooperação mutuamente vantajosa entre Portugal e a URSS, bem como entre os Povos português e soviético, e exprime o seu sincero agradecimento e reconhecimento a todos aqueles que, nesse dia, nos honraram com a sua atenção».

INICIATIVAS DA ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-RDA

No âmbito das actividades promovidas pela Associação Portugal-República Democrática Alemã, realizou-se, entre os passados dias 6 e 13, um série de concertos em Portalegre, Beja, Torres Novas e Lisboa, com o Quarteto de Cordas de Berlim, que é um dos melhores agrupamentos de música de câmara da RDA (em 1974 conquistou o prémio da «Wiener Floteruhr», pela gravação de um disco com quartetos de Mozart).

O concerto realizado em Lisboa contou com a colaboração do Teatro Nacional de S. Carlos, tendo decorrido no seu Salão Nobre.

«PORTUGAL- -CHECOSLOVÁQUIA»

Uma sessão pública integrada nas comemorações da Grande Revolução Socialista de Outubro, iniciou as actividades do núcleo do Porto da Associação de Amizade Portugal-Checoslováquia.

A iniciativa, que decorreu na sede daquele organismo, incluiu um colóquio orientado por Pedro

HISTÓRIA E CULTURA DA RDA

Entretanto, também por iniciativa da Associação, teve lugar em Lisboa, entre a passada segunda-feira e ontem, o segundo seminário do Curso de História e Cultura da RDA, subordinado ao tema «A Sociedade Socialista Avançada da RDA».

O seminário foi dirigido pelo camarada Rainer Betermann, doutor em Filosofia pela Universidade de Jena e actualmente professor de língua alemã na Associação Portugal-RDA.

Medina, subordinado ao tema «A influência da Revolução de Outubro na independência da Checoslováquia».

O colóquio foi acompanhado da projecção do filme «Nascimento de uma nova época», onde se aborda o período histórico que vai de 1900 a 1917.

gratuita, é obrigatório um determinado número de anos de escolaridade. Indique quantos são. O postal deve ser enviado para: Associação Portugal-URSS — Concurso «10 Perguntas sobre a URSS» — Rua de S. Caetano (à Lapa), n.º 30 — Lisboa, 3, até ao próximo dia 31 de Dezembro.

Todos os postais com a 18 respostas certas serão incluídos no sorteio público a efectuar na sede da Associação em data a divulgar oportunamente, e no limite máximo de 28 de Fevereiro de 1978.

Os prémios serão os seguintes: 1.º — Uma viagem à URSS durante o ano de 1978. 2.º — Uma viagem à URSS durante o ano de 1978. 3.º — Uma máquina fotográfica. 4.º e 5.º — Um relógio. 6.º e 7.º — Um livro sobre Moscovo, profusamente ilustrado. 8.º e 9.º — Três discos (L. P.) 10.º — Assinatura da revista «Paz e Amizade» da Associação Portugal-URSS durante um ano (1978). 11.º e 12.º — Uma colecção de 10 livros soviéticos. 13.º a 20.º — Uma colecção de cartazes históricos da URSS.

Apesar das perguntas do concurso serem bastante simples, aqui fica uma ajudinha para os interessados consultem a revista «Vida Soviética» e o boletim da Associação, «Paz e Amizade».

Intercâmbio de experiências EDUCADORAS INFANTIS SOVIÉTICAS EM PORTUGAL

Regressam hoje ao seu país as educadoras infantis soviéticas, Tamara Comarova, directora adjunta do Instituto de Investigação Científica de Educação Pré-Escolar da URSS, e Nina Cousina, investigadora do mesmo organismo, que durante alguns dias estiveram em Portugal, a convite do Movimento Democrático das Mulheres (MDM).

No decorrer da sua estadia entre nós participaram em duas importantes sessões: uma na Biblioteca Municipal de Sesimbra, que se realizou na passada segunda-feira; e outra, na Voz do Operário, efectuada anteontem à noite.

As camaradas Tamara Comarova e Nina Cousina proferiram também várias conferências, em que estiveram presentes especialistas portugueses, além de numeroso público.

As intervenções das educadoras



soviéticas abordaram, entre outros, os seguintes temas: formação profissional nos primeiros tempos da Revolução Socialista e as necessidades então existentes; o trabalho de consciencialização e integração dos pais e da população na escola infantil; experiências da evolução das soluções do equipamento social em relação a creches e jardins infantis em zonas industriais, rurais e urbanas; experiências pedagógicas utilizadas e sua evolução; e articulação da educação pré-escolar com a saúde e higiene mental.

Em Coimbra

ATENTADO À BOMBA CONTRA EXPOSIÇÃO

Na semana passada, registou-se em Coimbra um atentado bombista, que só por acaso não atingiu dezenas de cidadãos indefesos. O alvo foi uma exposição de livros, discos e selos soviéticos, integrada nas comemorações da Grande Revolução Socialista de Outubro. A explosão, originada pelo rebentamento de um petardo, incendiou quatro estantes de livros, sendo o prejuízo calculado em 20 contos. O engenho foi lançado do exterior das piscinas municipais, local onde estava patente o certame.

Depois de sublinhar que este atentado mostra bem como a reacção está a lançar mão do terrorismo para destruir as liberdades no nosso país, uma nota de imprensa divulgada pela SIP da Direcção da Organização

Regional das Beiras (DORB), do nosso Partido, refere que aquele criminoso acto liga-se necessariamente a ameaças formuladas publicamente por promotores da manifestação fascista do Porto e a que alguns órgãos de Informação deram guarida, e insere-se na criação dum clima de tranquilidade e insegurança que as forças reacçãoárias pretendem provocar por diferentes meios.

A DORB do PCP — prossegue a nota — vem chamando a atenção para a necessidade de que as autoridades tomem medidas energéticas para punir o terrorismo e os terroristas, bem como para impedir o desmorocho provocatório com que circula em várias regiões das Beiras

a propaganda fascista incitando à violência e ao desrespeito pela legalidade constitucional. Este atentado bombista confirma a necessidade imperiosa da adopção de tais medidas, bem como a detenção e castigo dos terroristas.

E a terminar, salienta: Os atentados bombistas virar-se-ão contra os seus autores desde que todos os democratas e antifascistas se unam para os impedir e para reclamar a actuação das autoridades e para apelar para a atenção e vigilância do movimento democrático e popular.

Entretanto, também na passada semana, um grupo de provocadores boicotou, no Ateneu de

Leiria, a realização de uma sessão pública para a qual estava programada uma palestra sobre «Desporto na URSS», que António de Sousa Santos ali deveria proferir. A sessão integrava-se nas comemorações do 60.º aniversário do Grande Outubro naquela cidade, as quais foram seguidas por elevado número de democratas da região.

O bando de reacçãoários que boicotou a iniciativa tentou identificar as pessoas que queriam assistir à palestra. Depois de apagarem as luzes, recorreram a uma selvática gritaria que acabou por impedir a realização da sessão. Anteriormente, a direcção do Ateneu já tinha recebido várias ameaças, desde que cedeu as suas instalações ao núcleo local da Associação Portugal-URSS, promotor da iniciativa.

Depois de sublinhar que a reestruturação das escolas com cursos de economia e ciências sociais está a ser imposta pelo MEIC sem consulta às estruturas representativas dos professores e dos estudantes, os elementos das direcções associativas referiram que o Encontro Nacional constituirá uma primeira fase do aprofundamento das questões referidas, inserindo-se na perspectiva de uma grande realização com a participação de professores, que possibilite um avanço na situação geral do ensino.

BISSAU: CONGRESSO DA INDEPENDÊNCIA PARA A UNIDADE E O DESENVOLVIMENTO

Decorrem em Bissau, com a participação de 500 delegados e numerosas delegações estrangeiras, os trabalhos do III Congresso do PAIGC, «Congresso da Independência para a Unidade e o Desenvolvimento». Como representante do PCP, encontra-se em Bissau o camarada Rogério de Carvalho, do CC.

O Congresso culmina um amplo trabalho preparatório em que participaram todos os militantes do Partido, e em que esteve igualmente empenhada toda a população da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, quer através da sua organização em comités destinados a activar a acção cultural, recreativa e desportiva, quer correspondendo à campanha de fundos lançada para cobrir as despesas que um Congresso necessariamente acarreta.

Três aspectos fundamentais estão a ser debatidos ao longo dos trabalhos do Congresso: a reestruturação do PAIGC, a mais rigorosa selecção dos seus militantes, para que o «Partido seja cada dia mais Partido», conforme palavras de Amílcar Cabral, o desenvolvimento económico, social, cultural, a reconstrução nacional de dois países, o caminho para a unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Ilustramos essas questões fundamentais com extractos das teses em debate em Bissau.

PAIGC — MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DO PODER

«Pelas suas características, o PAIGC define-se, desde a sua criação, como um movimento de libertação nacional, instrumento para o desenvolvimento da luta do povo da Guiné e Cabo Verde pela independência e pelo progresso. «Assim, desde a sua fundação,

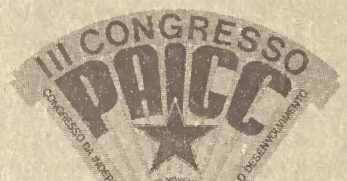
o PAIGC apelou para a consciência dos guineenses e caboverdianos, abrindo as suas fileiras a todos os patriotas.

«A mobilização de representantes de diversas camadas sociais e a sua integração no processo libertador imprimiram ao PAIGC o carácter de uma verdadeira frente nacional.

«No entanto, o núcleo fundador e dirigente deste movimento formulara já objectivos claros e precisos a atingir para lá da liquidação do colonialismo — o que definiu também, com justeza, o PAIGC como Partido».

Ainda nesta mesma tese, destaca-se:

«O PAIGC, que conserva as suas características do passado,



define-se, portanto, como um movimento de libertação no poder.

«Nesta nova etapa, porém, para que o Partido possa cumprir a sua missão histórica de vanguarda devem adoptar-se critérios mais rigorosos na admissão de militantes e na selecção de dirigentes e exigir de uns e outros uma constante superação política,

ideológica e intelectual e um comportamento conforme à moral revolucionária.

«Impõe-se que o PAIGC na linha dos objectivos claros e precisos que o definiram também como Partido desde a sua fundação, continue a aprofundar, através de uma prática revolucionária de defesa intransigente dos interesses, das massas trabalhadoras, o conteúdo ideológico da luta: a liquidação da exploração do homem pelo homem».

CONSTRUIR UMA ECONOMIA NACIONAL INDEPENDENTE

«Para a construção de uma economia independente, a via do desenvolvimento económico deverá ter por objectivo fundamental a liquidação da miséria e a elevação do nível de vida dos guineenses e caboverdianos, de forma a que possam dispor do mínimo indispensável à satisfação das suas legítimas aspirações a uma vida digna de bem estar e de progresso.

«A política económica deverá, assim, ser orientada para a promoção do homem guineense e caboverdiano, princípio por que se tem de guiar toda a acção a empreender, principalmente nos sectores produtivos.

«Urge, pois, liquidar todas as estruturas socioeconómicas de dominação resultantes do colonialismo e libertar as forças produtivas a fim de que, pela sua imaginação e força criadora, as massas populares possam efectivamente participar na



Os membros do secretariado Permanente do Conselho Superior de Luta do PAIGC eleito no II Congresso, realizado em 21 de Julho de 1973 nas regiões já libertadas da Guiné: da esquerda para a direita, os camaradas Aristides Pereira, secretário-geral, Luís Cabral, secretário-geral adjunto, João Bernardo Vieira (Nino) e Francisco Mendes (Chico Té), secretários

construção de uma economia forte e independente.

«A independência económica implica a construção de uma economia viável e sólida — uma economia planificada e com bases seguras, equilibrada em relação ao exterior, financeira e monetariamente independente. Para isso é indispensável aumentar a produção através do aumento da produtividade, da criação de novas estruturas produtivas (sobretudo na agricultura, pesca e indústria), do melhor aproveitamento dos recursos e estruturas existentes, de acordo com este princípio praticado pelo PAIGC contar, em primeiro lugar, com as nossas próprias forças».

UNIDADE GUINÉ-CABO VERDE

«A opção da unidade baseia-se na consciência da sua necessidade. A escolha e utilização do método dinâmico na

construção da unidade, do progresso firme por etapas, justifica-se pela necessidade de fortalecer as suas bases materiais, sociais e culturais e também pelo imperativo de consciencializar as massas populares da justeza desse princípio, para que elas o adoptem e defendam. Aplicar esta concepção dinâmica da unidade é, fundamentalmente, promover o desenvolvimento coordenado e convergente nos domínios económico, político e social. Mais do que uma cooperação, esse processo exige uma coordenação permanente que, para ser eficaz, deve obedecer a uma estratégia comum de desenvolvimento.

«O Partido, força geradora da união, vem impulsionando a acção concreta dos governos nesse sentido. Assim, uma ligação cada vez mais estreita entre os departamentos estatais torna possível um mais perfeito conhecimento recíproco das potencialidades, carências e projectos de cada um dos Estados. Essa ligação traduz-se também por consultas prévias

e pela tomada conjunta de decisões nos aspectos que interessam ao processo da unidade. Ao mesmo tempo, outro importante requisito da estratégia comum de desenvolvimento — a sua institucionalização — vai ganhando corpo com a criação da Conferência Intergovernamental e de um organismo permanente de ligação para dinamizar o processo de desenvolvimento convergente e coordenado.

«Importantes passos para a realização gradual da unidade foram, em diferentes momentos, a consagração da igualdade do estatuto jurídico e condição legal de guineenses e caboverdianos nos dois países, a criação do Conselho da Unidade e de uma Comissão de Defesa e Segurança, no âmbito do Partido.

«É evidente que o agente dinamizador de todo este processo é o PAIGC, cuja consolidação, enquanto estrutura unitária, constitui a garantia da permanência, vitalidade e necessária concretização desta ideia-força: a unidade Guiné-Cabo Verde».

SAUDAÇÃO DO PCP AO CONGRESSO

Queridos camaradas: O Comité Central do Partido Comunista Português, em nome de todos os comunistas portugueses, saúda calorosa e fraternalmente o III Congresso do PAIGC, o primeiro realizado após a conquista da independência da República da Guiné-Bissau e da República de Cabo Verde, os delegados ao Congresso e, por seu intermédio, os heróicos combatentes da luta de libertação nacional, todos os militantes do PAIGC e os povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Nesta ocasião histórica, recordamos a destacada figura do dirigente revolucionário do movimento de libertação nacional, fundador do PAIGC, o camarada Amílcar Cabral. O PAIGC temperou-se no fogo da luta como vanguarda dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Após a conquista da independência, o PAIGC continuou dirigindo a luta desses povos, no sentido da consolidação da independência e é sob a sua direcção que se operam importantes transformações, tais como a nacionalização da terra, a publicação da lei do arrendamento rural favorável aos rendeiros, parcelos e pequenos proprietários, a criação de moeda própria e a liquidação dos privilégios vindos da época colonial.

Na luta comum contra o inimigo comum os povos, de Portugal e Guiné-Bissau e Cabo Verde criaram laços de inquebrantável amizade e cooperação.

Os comunistas portugueses que ontem estiveram na primeira linha de combate contra o colonialismo e a guerra colonial, estão hoje, como estarão amanhã, no mesmo posto de combate, na solidariedade activa e militante à luta dos povos irmãos da Guiné-Bissau e Cabo Verde, pela consolidação da independência, pela democracia e o progresso social, na rota definida pelo PAIGC da liquidação de todas as formas de exploração do homem pelo homem.

Queridos camaradas:

A Revolução portuguesa, iniciada a 25 de Abril de 1974 alterou radicalmente a face de Portugal e deu um valioso contributo para o reforço à escala mundial das posições das forças anti-imperialistas.

A conquista das liberdades democráticas, o fim do colonialismo, a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário abriram o caminho do socialismo à jovem democracia portuguesa. Estas conquistas são obra da aliança entre o poderoso movimento popular de massas e o MFA. A perspectiva do socialismo foi consagrada na Lei Fundamental da República Portuguesa.

O imperialismo e a recção interna têm desencadeado violentos ataques no sentido de liquidar as conquistas da Revolução. Esses ataques têm infelizmente sido facilitados pela política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do governo do Partido Socialista.

A capitulação da direcção do PS perante as exigências do imperialismo e das suas instituições, nomeadamente o FMI, afecta profundamente a nossa independência nacional.

A crise interna em que se debatem o PS e o PPD traduz não só o fracasso da política do Governo do PS, mas também o fracasso da direita para impor a sua política e forçar a formação de um governo ainda mais à direita.

Desde há muito que o PCP vem insistindo que a recuperação económica só é possível na base de um grande esforço nacional e com a participação activa e criadora dos trabalhadores e do seu Partido, o PCP.

Para tal, é necessária uma ampla plataforma negociada entre todas as forças interessadas na democracia e no cumprimento da Constituição, com vista à defesa e consolidação das conquistas da Revolução.

Os comunistas portugueses não pouparão esforços para alcançar a mais ampla unidade de todas as forças democráticas interessadas em consolidar o regime democrático e salvaguardar a independência nacional.

Queridos camaradas:

As forças do processo revolucionário mundial no qual se integram os nossos dois partidos abrem-se enormes perspectivas na luta comum contra o imperialismo, pela paz, a democracia e o progresso social.

Reafirmamos a solidariedade dos comunistas portugueses para com o PAIGC e os povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde na sua luta pela consolidação da independência e pelo progresso social.

Que se reforcem os laços de amizade e cooperação entre os nossos dois Partidos e entre o Povo português e os Povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde! VIVA O III CONGRESSO DO PAIGC! VIVA A AMIZADE ENTRE O PAIGC E O PCP! VIVA A AMIZADE ENTRE O POVO PORTUGUÊS E OS POVOS DA GUINÉ BISSAU E CABO VERDE!

O Comité Central do Partido Comunista Português

O MPLA PREPARA O SEU CONGRESSO E O IMPERIALISMO NÃO DESARMA NA CONSPIRAÇÃO CONTRA ANGOLA

Angola comemorou no dia 11 deste mês o segundo aniversário da sua independência — a independência que foi conquistada de armas na mão, forjada com o sofrimento e o sangue dos seus melhores filhos. Esta independência e esta luta contaram, desde o primeiro dia, com o apoio militante dos países socialistas, em particular da União Soviética e Cuba, o que foi determinante para a intensificação da luta e a conquista da vitória. Esta independência, tão duramente conquistada, tão duramente defendida, não teme nem trema face ao imperialismo,

como já o provou aquando das estrondosas derrotas que lhe infligiu.

As tentativas da reacção internacional para desviar Angola do caminho da independência e do progresso social, para lhe impor um regime neocolonial, estão condenadas ao fracasso. A história do MPLA, o movimento libertador de Angola que avança na vanguarda da edificação da nova vida do país, deveria também servir de lição ao imperialismo e fazê-lo arrepiar caminho nas suas pretensões neocolonialistas. Tal não acontece, mas o Povo

angolano, conduzido pela sua vanguarda revolucionária, o MPLA, e apoiada, agora como sempre, pelos países socialistas, rechaça mais uma vez qualquer agressão imperialista.

O IMPERIALISMO NÃO DESISTE

É exactamente neste aniversário que os povos do mundo tomam conhecimento de nova conspiração dirigida contra a terra livre de Angola. Uma nova conspiração de tão grande espectro — que envolve os governos dos Estados Unidos e da África do Sul, mais círculos dirigentes da NATO.

As bases da nova ofensiva nasceram em Zurique, no mês de Julho do ano passado durante um encontro entre o então secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, o comandante em chefe das Forças Armadas integradas da NATO na Europa, general Alexandre Haig, e o primeiro-ministro da África do Sul, John Vorster.

Nesse acordo pretende-se a desestabilização e o enfraquecimento do governo angolano através de acções militares dentro de 2 ou 3 meses a partir da Namíbia, Zimbábue, Zaire e Zâmbia. O monopólio britânico «Lonro», com vastos interesses em muitos países africanos e que é normalmente utilizado pela CIA como fornecedor de armas do grupo tribalista e neocolonialista UNITA, está directamente envolvido nesta conspiração, assim como há, ainda, uma íntima ligação com o acordo firmado entre a República Federal Alemã, através da firma OTRAG, e o governo do Zaire para a instalação de um polígono de mísseis neste país africano que, não esqueçamos, tem uma longa fronteira com Angola. Como retoque final do acordo prevê, finalmente, a criação de governos «amigáveis» na Namíbia e no Zimbábue, assim como o envolvimento da Zâmbia, de modo que a «operacionalidade» da conspiração fique o mais oleada possível.

Curioso, entretanto, foi o «desmentido» do general Haig a esta denúncia: que não senhor, ora essa! era só o que faltava, isso não tinha pés nem cabeça! Esclarecer, como se vê... tanto como o senhor Nixon o foi quando negava a pé juntos o envolvimento dos Estados Unidos no golpe fascista do Chile para, meses mais tarde, um conjunto de «evidências» o obrigar à candura duma confissão de motu próprio...

No entanto o imperialismo que não tenha ilusões. O heróico Povo angolano derrotará mais esta manobra criminoso, tal como derrotou

todas as outras que lhe moveram, na forma de agressões militares, impressionantemente apetrechadas: primeiro os fantoches da

UNITA e da FNLA com os seus milhares de mercenários recrutados entre a escória dos países capitalistas, depois os exércitos do Zaire e da África

do Sul, este último incensado como «invencível» e que foi varrido pelas FAPLA, tão concludentemente como todos os anteriores.

SAUDAÇÃO AO MPLA E A AGOSTINHO NETO

«Queridos Camaradas, Por ocasião do II Aniversário da independência da República Popular de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português envia ao Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola, ao camarada presidente Agostinho Neto, e por seu intermédio a todo o povo angolano as mais calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses. Inteiramente solidário com a vossa luta, o PCP tem seguido com grande atenção e interesse os êxitos alcançados pelo povo trabalhador angolano sob a direcção do MPLA, sua vanguarda revolucionária ao longo destes dois anos de luta pela construção duma pátria livre e independente, baseada no progresso e na justiça social.

Estamos certos que os laços de amizade e de solidariedade revolucionária que sempre uniram os nossos dois partidos se continuarão a estreitar.

Asseguramo-vos, queridos camaradas, que prosseguiremos os nossos esforços para que se ampliem e reforcem a amizade e cooperação entre os nossos dois países e os nossos dois povos.

Viva o II aniversário da independência da República Popular de Angola!

Viva a amizade e a cooperação entre o PCP e o MPLA!

Viva a amizade entre o povo português e o povo angolano!

O Comité Central do Partido Comunista Português»

NADA NEM NINGUÉM IMPEDIRÁ A LIBERDADE DOS POVOS

Na véspera deste 2.º aniversário da independência de Angola, o MPLA anunciou para breve a realização do seu primeiro Congresso. Este acontecimento tem uma enorme importância não só para o país, como para toda a África. Ele traduz o fortalecimento irreversível do MPLA e, ao mesmo tempo, demonstra que a jovem República Popular de Angola avança firmemente para o futuro de progresso e independência nacional a que aspiram e por que lutam os povos de todo o Continente Africano.

SESSÕES COMEMORATIVAS EM LISBOA E TORRES VEDRAS

Assinalando o segundo aniversário da proclamação da independência da República Popular de Angola, marco histórico no movimento de libertação nacional de todo o continente africano, a Associação Portugal-Angola promoveu, no dia 11, duas sessões comemorativas, em que estiveram presentes largas centenas de pessoas: em Lisboa, no salão da Voz do Operário, e em Torres Vedras, no Clube Artístico Comercial.

Durante quinze anos, os angolanos lutaram de armas na mão pela liberdade. Nem a ajuda financeira e militar das potências ocidentais capitalistas a Portugal, nem as atrocidades cometidas pelas tropas coloniais, conseguiram deter os patriotas angolanos — afirmou Daniel Matos, membro da direcção da Associação, no decorrer da jornada realizada em Lisboa.

Mais adiante afirmaria: Os inimigos do Povo angolano, são os nossos inimigos. Os que atacam a construção do socialismo na República Popular de Angola são os mesmos que tentam eliminar as forças democráticas no nosso país.

Quem ataca o MPLA — prosseguiu — opõe-se à Constituição da República Portuguesa. Quem tenta boicotar o progresso da economia de Angola, e o progresso das relações entre Portugal e a RPA, pretende vender o nosso país ao imperialismo, exercendo pressões no Governo, com chantagens, nomeadamente, através do FMI.

No decurso da sessão, que não teve carácter oficial, Daniel Matos sublinhou ainda que, de um modo geral, os órgãos de informação, que em Portugal deveriam desempenhar um importante papel de esclarecimento junto da população, fazem eco à propaganda reaccionária, quer à desencadeada entre nós, quer à desencadeada pelos falidos

movimentos reaccionários e neocolonialistas dos fantoches da UPA/FNLA/UNITA/FLEC.

Após a intervenção daquele membro da Associação, o grupo de teatro «12 de Setembro», da Associação de Caboverdianos e Guineenses, apresentou a peça «A Fome de 1947». Seguiu-se um recital de poesia angolana em que participaram Ary dos Santos, Armando Caldas e Manuel Branco.

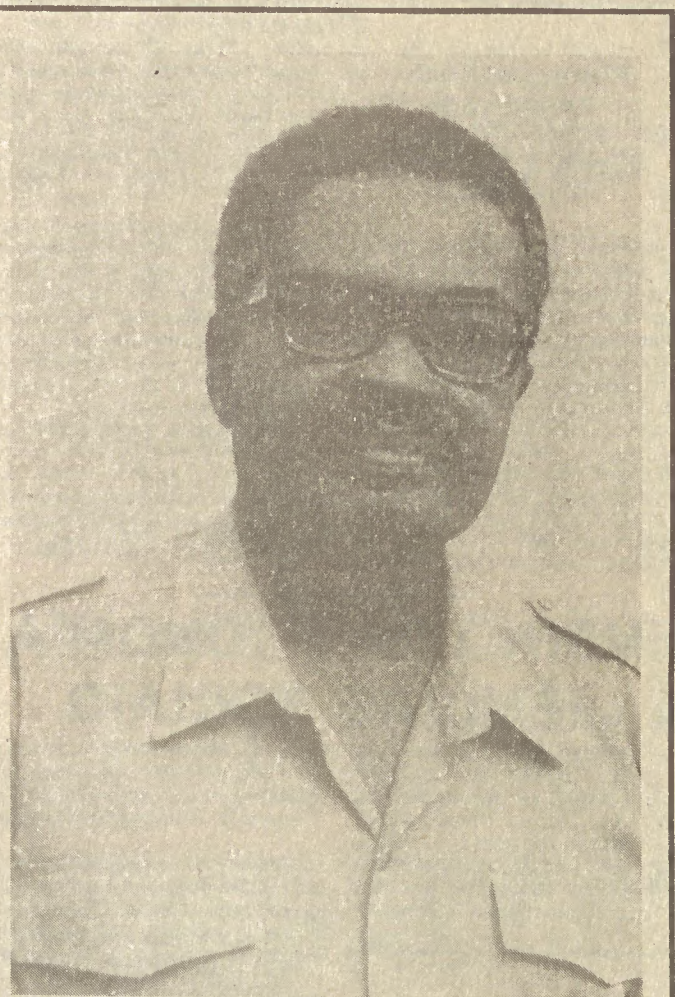
Um dos momentos mais vibrantes da sessão foi o da retrospectiva da canção anticolonialista acompanhada com a projecção de «slides» em que actuaram Luis Clívia, José Afonso, José Jorge Letria, Vitorino, José Barata Moura, Adriano Correia de Oliveira, Alfredo Vieira de Sousa e Nuno Gomes dos Santos.

No Clube Artístico e Comercial de Torres Vedras, a sessão comemorativa do 11 de Novembro incluiu uma intervenção por Luís Elcho, a projecção de um filme sobre Angola, um recital de poesia por Raquel Oliveira e Arnaldo Ribeiro, e Canto Livre, com Fausto Cruz e o grupo «Trovante».

Na passagem do segundo aniversário da independência da RPA, a Associação de Amizade Portugal-Angola enviou ao Presidente Agostinho Neto o seguinte telegrama: «Comemorando o 11 de Novembro em Portugal, a Associação Portugal-Angola saúda o camarada Presidente Agostinho Neto, no segundo aniversário da Independência da República Popular de Angola.

A luta anti-imperialista travada pelo MPLA e pelo povo angolano merece dos democratas portugueses profunda solidariedade.

Viva a amizade entre os nossos povos! A luta continua! A vitória é certa!



Camarada Agostinho Neto

Prémio Lénine para Agostinho Neto

O camarada Agostinho Neto, presidente da República Popular de Angola, recebeu, em cerimónia solene, o Prémio Lénine para o Fortalecimento da Paz entre os Povos. A entrega do Prémio foi feita pelo camarada Fikhrat A. Tabee, do Comité Central do PCUS.

No acto do agradecimento o Presidente Neto salientou o facto de a distinção de que foi alvo coincidir com a celebração do 60.º Aniversário da Grande Revolução de Outubro, a aprovação da nova Constituição Soviética e a preparação do Congresso do MPLA.



Na terra livre de Angola, a juventude assegura também um futuro livre que nenhuma conspiração imperialista impedirá

ESPECTÁCULOS E COMÍCIOS NA VALA DO CARREGADO

Quando uma perspectiva clara guia os passos dos comunistas a sua dedicação e espírito de iniciativa operam prodígios.

Na tarde de sábado isso aconteceu na Vala do Carregado.

A campanha «Promoção das Conquistas de Abril» foi posta como questão central de toda a organização e lá onde não havia recinto apropriado um velho barracão de terra batida foi transformado numa alegre sala de convívio ornamentada a preceito. Filas de cadeiras e de bancos improvisados acomodaram a maior parte dos trezentos assistentes enquanto no exterior uma barraca de comes-e-bebes e uma banca de venda das publicações «Avante!» completavam o quadro.

Sobre um estrado o grupo «Trovante» trouxe à pequena festa a sua qualidade e juventude; Renato e o coral alentejano do Bom Sucesso animaram o recinto com as suas canções. Os operários da CIPAN, da EDP, dos

armazéns de vinhos, das oficinas de caixotaria e os camponeses das redondezas passaram umas horas agradáveis e certamente dentre eles novos camaradas aderiram ao PCP.

Antes do espectáculo, na parte política, falaram Georgete, operária de uma empresa local, um camarada da UJC e Dias Lourenço, da Comissão Política do CC, que abordou a situação política actual e as tarefas do Partido, em particular a campanha «Promoção das Conquistas de Abril». Seguiu-se animado debate com a assistência e algumas das questões mais preocupantes da hora actual puderam ser esclarecidas.

Ali, na Vala do Carregado, mais uma vez foi verificado o profundo enraizamento do PCP nas classes trabalhadoras, a confiança dos comunistas no Povo e no futuro do seu País, a justeza e actualidade das suas propostas políticas.

CONVÍVIO DE PIONEIROS DO PORTO

Várias centenas de crianças participaram numa interessante jornada de convívio, promovida por iniciativa dos núcleos de pioneiros do Grande Porto, que se realizou — durante a manhã e a tarde de domingo — nas instalações da Comissão de Moradores «O Amanhã da Criança», na Areosa. Idênticas iniciativas tiveram lugar, nas instalações dos Centros de Trabalho de Braga, Guimarães e Famalicão, no mesmo dia.

O convívio da Areosa iniciou-se com um torneio de futebol envolvendo 16 equipas representativas de diversos núcleos de pioneiros. Seguidamente realizou-se um

animado piquenique com elevada participação das crianças. Ao princípio da tarde, 14 equipas concorreram a uma gincaça mostrando as suas habilidades.

O momento mais alto desta festa ocorreu, cerca das 15.30 horas, quando foram lidos numerosos poemas, após o que tiveram lugar sessões de canto livre e de ilusionismo, assim como representações de teatro. No sentido de angariarem fundos, os pioneiros instalaram bancas de vendas de materiais e de alimentos. Escusado será dizer, que em muitas fogueiras foram assadas as apetitosas castanhas.

SESSÃO EM SAMORA CORREIA

O deputado comunista Vítor Louro participou, no passado dia 13, numa sessão de esclarecimento promovida pelo Partido na Casa do Povo de Samora Correia.

Presentes cerca de 200 pessoas, entre as quais se encontrava elevado número de trabalhadores da Companhia das Lezírias. A sua luta foi um dos temas principais da sessão, tendo o camarada Abílio, da célula do PCP naquela empresa, apontado alguns dos factos que provam a má gestão de que tem sido responsável a Comissão Administrativa, cujos elementos manobram abertamente contra a recuperação e o desenvolvimento da empresa.

Seguiu-se um período de perguntas e respostas sobre

algumas questões concretas daquela empresa nacionalizada, às quais respondeu o camarada Vítor Louro.

Detendo-se nas tarefas necessárias ao reforço da democracia, à luta contra a direita reacção e à criação de condições para a concretização de uma alternativa democrática para a actual política de recuperação capitalista do Governo minoritário do PS, o deputado comunista salientou o papel determinante das acções de massas, tendo referido a especial importância da manifestação de sábado convocada pelo Movimento Sindical.

A camarada Margarida Bento falou sobre a Campanha «Promoção das Conquistas de Abril».

CONCURSOS E SORTEIOS

Durante a Campanha dos 50000 Contos, a SIP do Sector dos Transportes da DORL organizou um concurso de anedotas e quadras populares.

O número de originais enviados ultrapassou de longe todas as expectativas. Tão grande foi o número de originais enviados que se tornou morosa a devida selecção, bem como as respectivas classificações.

Contudo, prestes a terminar esta etapa do concurso, serão dadas muito brevemente informações sobre o mesmo.

ASSEMBLEIA EM S. BARTOLOMEU DE MESSINES

Com a presença de uma centena de delegados e convidados, teve lugar no passado dia 13 a Assembleia da Organização de Freguesia de São Bartolomeu de Messines, no Algarve. O camarada Jacinto, membro da Comissão de Freguesia

cessante apresentou o relatório de actividades. No final dos trabalhos foi eleita a nova Comissão que é composta por 21 camaradas.

Foi aprovada uma saudação ao Comité Central.

Realizou-se depois um convívio com Canto Livre.

CAMARADAS FALECIDOS

JOÃO DIAS DA COSTA

Foi com profundo pesar que o nosso Partido recebeu a notícia da morte do velho militante comunista João Dias da Costa, ocorrida no passado dia 19.

O companheiro desaparecido, que foi trabalhador ferroviário, contava 66 anos. Preso várias vezes pela polícia política fascista, o nosso camarada Francisco José Ferro, de 40 anos, casado e com dois filhos de tenra idade.

Realizou-se depois um convívio com Canto Livre.

FRANCISCO JOSÉ FERRO

Na sequência de um grave desastre, faleceu recentemente, no Hospital de S. José, em Lisboa, o nosso camarada Francisco José Ferro, de 40 anos, casado e com dois filhos de tenra idade.

Realizou-se depois um convívio com Canto Livre.

ANTÓNIO DUARTE SERRA

Faleceu no passado dia 10, em Chaves, o velho militante

comunista António Duarte Serra, de 61 anos.

A sua vida, que constitui um abnegado exemplo para todos os militantes revolucionários, foi marcada por uma acção consequente e corajosa de luta pela liberdade e o socialismo. Durante a Guerra Civil Espanhola, empenhou-se com toda a firmeza na distribuição do «Avante!».

Após o 25 de Abril, o camarada António Serra distinguiu-se na luta contra o caciquismo reacção e as estruturas do poder local fascista, intocáveis em muitas regiões do interior norteño.

No último adeus ao camarada desaparecido estiveram presentes muitas dezenas de pessoas.

Realizou-se depois um convívio com Canto Livre.

Realizou-se depois um convívio com Canto Livre.

Ao familiares, amigos e companheiros dos comunistas expressando os sentimentos de todos os militantes comunistas, apresenta sentidas condolências.

Promovido pela UJC

2.º FESTIVAL AMADOR DE CANTO LIVRE NA MARINHA GRANDE

Promovido pela organização da Marinha Grande da União da Juventude Comunista (UJC), com o objectivo de reunir todos os jovens da região interessados numa unidade que é necessária e urgente para a realização da Revolução Cultural, que se pretende popular, decorrerá no dia 17 do próximo mês de Dezembro, na Sociedade de Instrução e Recreio «1.º de Janeiro» (Ordem), o 2.º Festival Amador de Canto Livre da Marinha Grande, para o qual apenas serão aceites canções cujo texto nunca tenha sido divulgado para fins comerciais.

Segundo refere o Regulamento do Festival, poderão concorrer apenas autores e intérpretes não profissionais e que não tenham até à data da iniciativa feito qualquer gravação comercial. Das letras recebidas, serão seleccionadas as que mostrarem um mínimo de qualidade para audição em público e estiverem de acordo, pela sua forma e conteúdo, com os objectivos deste Festival.

O espectáculo constará de duas partes: a primeira, constituída pela apresentação das canções concorrentes, e a segunda por um programa extra-Festival, a anunciar brevemente. O acompanhamento musical fica ao cuidado de cada concorrente, assim como as possíveis despesas de deslocação. Os prémios — relativos aos 1.º, 2.º e 3.º lugares — serão apenas simbólicos e, em princípio, constituídos por publicações de interesse para a juventude.

Os interessados em participar deverão enviar, até ao próximo dia 2 de Dezembro, o título e texto da respectiva canção, nome e morada dos intérpretes e nome dos autores (música e letra), para «2.º Festival Amador de Canto Livre da União da Juventude Comunista — Rua Marquês de Pombal, n.º 51 — Marinha Grande».

Trabalhadores de Despachantes

1.ª ASSEMBLEIA REFORÇOU O TRABALHO DE ORGANIZAÇÃO

Caracterizada por um ambiente de viva participação, decorreu no passado sábado, no Centro de Trabalho de Alfama, do PCP, a 1.ª Assembleia de Organização da Célula dos Trabalhadores de Despachante, a que esteve presente o camarada Vítor Neto, da Secção de Informação e Propaganda (SIP) central.

Além dos delegados e convidados, entre os quais se encontravam diversos trabalhadores sem filiação partidária, assistiram à sessão elementos dos núcleos dos trabalhadores de Despachante do Partido Socialista e do MDP/CDE, que também usaram da palavra, sublinhando a importância da unidade na luta pela consolidação da democracia e das outras conquistas alcançadas com o 25 de Abril.

Durante a manhã, os trabalhos da Assembleia compreenderam ainda a leitura, análise e discussão do Relatório central apresentado pelo Secretariado cessante, que fez o balanço da actividade desenvolvida pela célula durante o ano; e dos relatórios sectoriais, que se referiram, nomeadamente, ao trabalho de organização,

fundos, informação e propaganda, trabalho sindical e venda do «Avante!». Neste último relatório foi apontada a necessidade de incentivar a venda do nosso jornal nos locais de trabalho. À tarde, depois de aprovado o Relatório do Secretariado cessante, foi eleito o novo Secretariado, constituído por nove camaradas, cuja média

de idades oscila entre os 25 e os 27 anos.

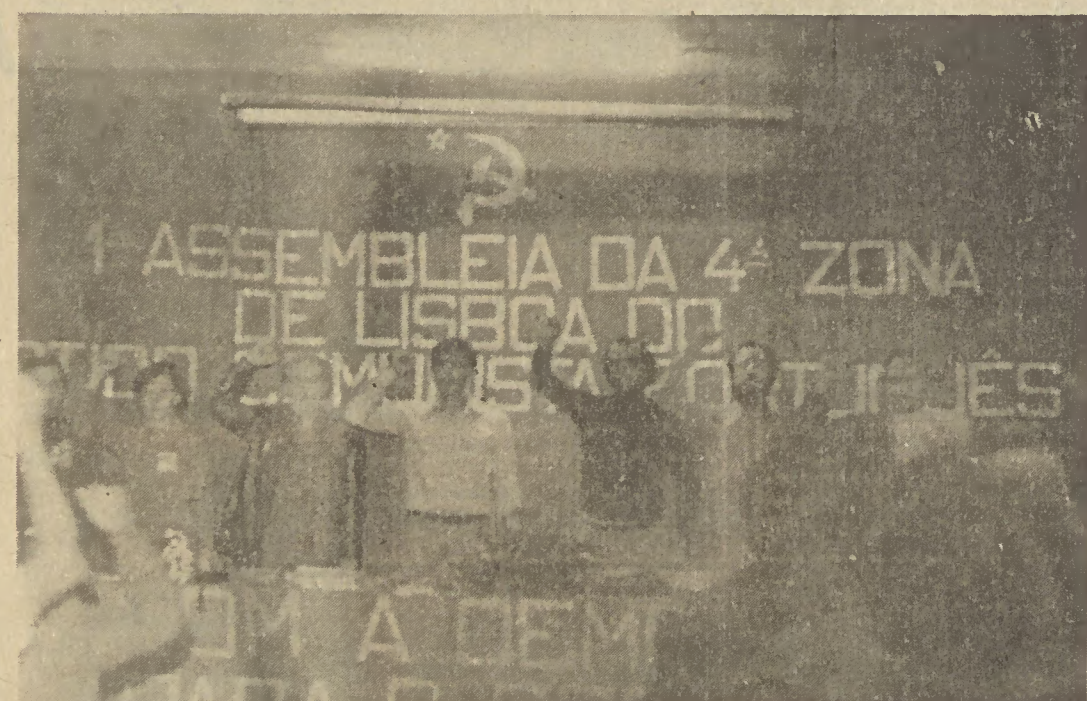
No decorrer da discussão das futuras tarefas da célula, seria salientada a importância de que se revestiu o trabalho preparatório e a realização da própria Assembleia para o reforço da organização e da sua influência no seio dos trabalhadores.

Acreditamos que a grande ambição do povo português, a criação de uma sociedade mais justa, mais humana e mais fraterna, a criação enfim de uma sociedade socialista, será alcançada — afirmaram os trabalhadores socialistas que participaram como convidados nos trabalhos da Primeira Assembleia dos Trabalhadores despachantes do nosso Partido.

Na saudação então apresentada, os representantes do núcleo socialista daquele sector denunciaram as tentativas para estrangular a criação da sociedade socialista por que luta o Povo português e manifestaram a sua confiança na vontade e no querer inquebrantável da classe trabalhadora, que um dia se saberá unir, como o fez no glorioso 1.º de Maio de 1974.

Na saudação aos nossos camaradas, em nome de todos os trabalhadores socialistas do sector, reafirmaram a sua confiança e fé no futuro que, salientaram, é um hino à liberdade, à democracia e ao socialismo.

ASSEMBLEIA DE ORGANIZAÇÃO DA 4.ª ZONA DE LISBOA



O final da Assembleia da 4.ª zona de Lisboa

Realizou-se no passado domingo, no Pavilhão de Minas do Instituto Superior Técnico, a 1.ª Assembleia de Organização da 4.ª Zona de Lisboa do Partido Comunista Português.

Esta Assembleia teve a presença de 91 delegados, representando as seis freguesias da zona — S. Jorge de Arroios, S. João de Deus, Penha de França, Alto do Pina e Santa Engrácia — e algumas empresas do sector.

A presença de convidados foi bastante numerosa, não só por parte de comunistas da 4.ª Zona e de outras organizações do Partido, mas também de independentes e de representantes de outros partidos de esquerda, comissões de moradores, juntas de freguesia, cooperativas, etc.

O trabalho preparatório da Assembleia foi bastante vivo e teve uma positiva participação dos camaradas da 4.ª Zona. Nas mesmas que antecederam a preparação desta 1.ª Assembleia da Zona tiveram lugar 10 Assembleias

de Freguesia e Empresa, em que se fizeram para cima de cem intervenções. Só o projecto de relatório teve quase meia centena de propostas de alteração, das quais quase metade foi considerada e incluída no projecto definitivo, que viria a ser aprovado por unanimidade na 1.ª Assembleia de Organização da Zona.

A parte da manhã foi dedicada às intervenções dos camaradas, tendo os trabalhos fechado, para almoço, com a aprovação do relatório.

Na parte da tarde, a Assembleia reabriu, só para os delegados, com o 2.º ponto da ordem de trabalhos aprovada no início da Assembleia, ou seja, a eleição do novo organismo de direcção.

Houve, neste ponto, um debate muito vivo entre os delegados sobre quem devia constituir o novo Organismo de Direcção, muito embora a proposta de 17 nomes apresentada pelo organismo de direcção cessante não tivesse sido posta em causa.



Na sua intervenção na 2.ª Assembleia da Organização de Cascais, o camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política do CC, fez uma esclarecedora intervenção sobre a actividade das organizações locais

Blanqui Teixeira na Assembleia Concelhia de Cascais:

OS MEMBROS DO PARTIDO DEVEM SER ESCLARECEDORES CONSTANTES

Qualquer organização do Partido tem de ter sempre a preocupação de esclarecer todos os que trabalham ou vivem no meio onde actua

— disse o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central durante a intervenção política que proferiu no final dos trabalhos da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Cascais do PCP, que se desenrolou nas instalações dos Bombeiros da Parede, durante o passado sábado. E continuou:

Esse esclarecimento pode tomar formas muito diferentes. É normal as organizações recorrerem, com esse objectivo, à realização de comícios e de sessões, à distribuição de documentos, à feitura de jornais murais e outros meios de contactos com as massas. O aproveitamento de outras iniciativas como espectáculos de canto livre, a projecção de filmes, a representação de peças de teatro ou a realização de festas está também a ser cada vez mais utilizado.

Mas o esclarecimento não toma só estas formas mais colectivas. Todos os membros do Partido devem ser esclarecedores constantes, deverão ter a preocupação de conversar com os seus colegas de trabalho, com os vizinhos, com os seus conhecidos no sentido de trocar impressões sobre a situação que vivemos e ajudar a defini-la e a analisá-la. Esse trabalho individual multiplicado pelo número de membros do Partido torna-se um verdadeiro trabalho de massas de grande importância para o esclarecimento das massas.

E sublinhou o camarada: Para se estar apto a esse trabalho é indispensável acompanhar atentamente a evolução da situação política, ter o cuidado de ler com atenção os documentos mais importantes do Partido, procurar sempre eliminar as dúvidas que surgem e melhorar o nível político e ideológico.

Depois de ter feito considerações sobre a situação política actual e sobre a importância das acções de massas, decisivas

para reforçar a resistência às arremetidas contra as conquistas dos trabalhadores, o camarada Blanqui Teixeira salientou uma vez mais o papel do Partido no desenvolvimento da unidade das massas. E afirmou a dado passo:

Não é difícil apercebermo-nos da força de uma organização se acompanharmos durante algum tempo o conjunto de actividades que têm lugar no sector correspondente.

E mais adiante: Todo esse trabalho de unidade, de mobilização e de organização tem de ser feito dentro das empresas, entre as classes profissionais, no campo sindical, entre os moradores dum mesmo bairro ou local; ao nível das colectividades, na frente política, na frente económica e na frente social, na actividade cultural, na actividade recreativa, na actividade desportiva.

Depois de afirmar como fundamental a orientação correcta, marxista-leninista de toda a actividade do Partido, aquele membro da Comissão Política do CC do PCP salientou a necessidade de dar aos problemas de organização uma grande importância e uma grande atenção.

A organização do Partido não pode ser um conjunto estagnado e parado — disse — tem de ser um conjunto em constante modificação, um conjunto que se adapte às condições existentes em cada momento, um conjunto que dá resposta às questões que estão sempre aparecendo.

Por isso os problemas de organização não podem ser discutidos e depois abandonados. Têm de ser constantemente acompanhados pois há sempre medidas a tomar, directrizes a emendar, soluções diferentes a apontar e o controlo de execução a realizar.

Referindo-se aos trabalhos da Assembleia, o camarada dizia:

De acordo com muito do que foi aqui salientado, são também tarefas essenciais da vossa organização:

— o despender um esforço constante para ligar todos os membros do Partido;

— o estruturar a organização de acordo com as condições objectivas que o concelho apresenta e as disponibilidades de quadros;

— organizar todos os membros do Partido de modo a que caibam tarefas a todos eles.

Blanqui Teixeira falou ainda sobre a importância da Campanha Promoção das Conquistas de Abril e da participação da organização do concelho de Cascais. No final da sua intervenção um debate muito vivo e participado levou até de madrugada as centenas de delegados e convidados a continuar na sala, tendo-se mesmo decidido não realizar a pequena actuação artística que culminaria a realização dos trabalhos da Assembleia.

Reunidos no princípio da tarde, os 130 delegados participaram nesta 2.ª Assembleia do concelho de Cascais, que fora previamente preparada. O relatório de actividades, que sofreria alterações durante a discussão, foi finalmente aprovado por unanimidade.

Foram muitas as intervenções que ocuparam a atenção dos delegados e das quatro centenas de convidados. Depois da abertura dos trabalhos, pela camarada Dora, membro da Comissão Concelhia cessante, intervieram membros das organizações mais importantes do concelho que focaram aspectos da actividade desenvolvida até hoje. O camarada Luís Santos, membro da DORL, que se encontrava na mesa, tal como Blanqui Teixeira da Comissão Política do Comité Central e os membros da Comissão Concelhia cessante, intervieram dando uma saudação da respectiva Direcção Regional.

Eleita finalmente a nova Comissão Concelhia, composta por 29 camaradas, a maioria dos quais são operários e empregados, sendo 8 mulheres.

Uma escola para a vida no Portugal de Abril

RECRUTAR 1500 ESTUDANTES PROMOVER O 1.º CONGRESSO DA UEC

Correspondendo ao apelo do Comité Central do Partido no sentido do reforço e alargamento das organizações da Juventude Comunista, bem como à aproximação do 1.º Congresso da União dos Estudantes Comunistas (UEC) e à necessidade urgente de reforçar o dinamismo do movimento estudantil na luta pela alternativa à actual política e ao actual Governo, o Secretariado da Comissão Central da UEC decidiu — tal como divulgámos na última edição do «Avante!» — lançar uma campanha de recrutamento até ao Congresso (a realizar em 21 e 22 de Janeiro), subordinada ao tema «Por uma escola para a vida no Portugal de Abril» e cuja meta é a aderência de 1 500 novos militantes.

Segundo refere um comunicado da UEC, a campanha tem 3 objectivos fundamentais: 1) dar resposta à necessidade imperiosa de reforçar o movimento estudantil, correspondendo ao sentir de milhares de jovens estudantes que vêm, no dia a dia, ameaçados o seu presente e o futuro, desde

a elitização da Universidade e a perspectiva crescente de desemprego, até à degradação das suas condições de vida e à imposição de «anos propedéuticos pela televisão»; 2) *alargar e fortalecer a organização da juventude estudantil portuguesa — a UEC — que pela sua prática e ideologia, pela sua ligação ao PCP, à classe operária e às massas populares, e, pela perspectiva criadora do seu 1.º Congresso, se afirma cada vez mais como a vanguarda dos estudantes portugueses e como a organização capaz de uni-los e organizá-los na luta pela defesa dos legítimos direitos e aspirações; 3) integrar o grande descontentamento estudantil perante os efeitos no ensino da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do actual Governo, dito «PS-sózinho», no reforço do movimento popular e, com este, perspectivar a nova política e o novo Governo que são necessários e possíveis para vencer a crise, defender os interesses das massas populares e consequen-*

temente os dos estudantes.

O documento da UEC sublinha, em seguida, o facto de a campanha e a meta proposta pela Comissão Central (1 500 novos militantes) ter suscitado entusiasmo por parte das células na definição das suas metas e consequente planificação de trabalho, *é bem um indicador não só do entusiasmo como que a UEC encara esta nova tarefa, como também da realidade que em cada escola se vive, em que a UEC surge cada vez mais como a única organização capaz de unir e mobilizar os estudantes para com eles defender e lutar pelos seus direitos.*

A terminar, o comunicado salienta que construir a escola para a vida no Portugal de Abril é o objectivo essencial que nos propomos, o qual passa pela alternativa necessária à actual política do Governo, em particular à ofensiva reacção e ao MEIC, e também pela mobilização dos estudantes portugueses e, antes de tudo, pelo reforço da sua vanguarda: a União dos Estudantes Comunistas.



A mesa que presidiu à sessão de esclarecimento realizada em Santa Iria e em que participou o camarada Álvaro Cunhal

Em Santa Iria de Azóia

OS TRABALHADORES REPUDIAM A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA QUE O GOVERNO PS PERMITE

Realiza-se este comício no momento em que se tornam cada vez mais claras as intenções das forças da direita. Mas quanto mais claros vão aparecendo aos olhos dos portugueses os objectivos reaccionários que a direita pretende, também mais claras se vão tornando as suas contradições — começou por afirmar a primeira oradora da noite, a camarada Vitória, membro da Comissão de Freguesia de Santa Iria de Azóia.

Nesta localidade da Cintura Industrial de Lisboa, perante uma multidão que tornou exiguas as instalações da Sociedade Musical e que igualmente se concentrava na rua, junto ao átrio da entrada, decorreu na sexta-feira, à noite, um comício em que esteve presente o secretário-geral do Partido Comunista Português, camarada Álvaro Cunhal.

O elevado número de presentes, muitos dos quais se deslocaram expressamente das localidades vizinhas, revelava o interesse pela intervenção do camarada Álvaro Cunhal, a qual transcorreu num momento particular da crise política que tem vindo a avolumar-se ultimamente.

As camaradas Margarida Tengarrinha e Georgete Ferreira, membros do Comité Central do PCP participaram, juntamente com os camaradas Carlos Machado, Isidro Silva, Euclides Pereira, Francisco Marques, Vitória, Carlos Mendes, Francisco Costa, João Dias e Joaquina Galésio, membros da Comissão de Freguesia local e de alguns secretários de células de empresa, na mesa que presidiu ao comício.

No final, um grupo de mulheres comunistas recordaria o aniversário do camarada Álvaro Cunhal, ocorrido na véspera e que o "Diário de Lisboa" noticiou, oferecendo um bolo onde duas velas assinalavam os 64 anos do secretário-geral do PCP.

No pano de fundo que fechava o palco uma inscrição

com grandes caracteres indicava o rumo apontado pelo Partido para uma solução da crise: "O PCP pela negociação de uma plataforma por uma nova política".

UM CASO FLAGRANTE

Entretanto, na sua intervenção, a camarada Vitória referiria a grave situação económica que atinge os trabalhadores, atribuindo a culpa desta situação à cedença do governo PS perante as exigências do grande capital.

Repudiando as medidas repressivas que têm acompanhado esta recuperação capitalista, acrescentou:

Paralelamente a esta actividade do Governo, são também vários os exemplos dos patrões reaccionários que, a coberto da actual política, praticam impunemente a sabotagem económica das empresas.

Em Santa Iria — exemplificou — um caso por demais flagrante é o do MECI Ali, o patrão reaccionário faz com que a empresa não labore a mais de 25 por cento da sua capacidade normal.

Não adquire matéria-prima necessária ao funcionamento da empresa e ao cumprimento dos prazos na entrega das mercadorias.

Desde Agosto que não paga os salários aos trabalhadores e de há muitos meses que não cumpre com as suas responsabilidades, quer para com os trabalhadores, quer

para com organismos oficiais.

Recordando que o Governo em vez de tomar medidas antes colabora e ajuda nesta situação de sabotagem, a camarada Vitória focou depois outros casos de empresas da região, referindo-se nomeadamente à Covina, onde são indivíduos que se dizem socialistas, nomeadamente a cunhada do sr. Mário Soares, que ameaçam com a feitura de relatórios para o Primeiro-Ministro, pondo em causa a actividade dos trabalhadores e dos seus organismos representativos, nomeadamente a Comissão de Trabalhadores e até a própria administração.

Contudo, a desmistificar estas manobras e a deitar por terra toda a demagogia inventada estão os resultados práticos obtidos pela empresa, consequência de esforço e empenhamento dos trabalhadores.

NOVOS POSTOS DE TRABALHO

Joaquina Galésio, a oradora seguinte abordou detalhadamente a situação na empresa Luis Pedro Mendonça, recentemente desintervencionada e onde 60 por cento dos trabalhadores são mulheres, salientando que, apesar da repressão, por cada dia que passa os trabalhadores da Mendonça respondem que com a sua unidade a luta continua e estão confiantes no futuro.

Por seu turno, Francisco Costa, o orador seguinte,

membro do secretariado da célula da Corame recordou a luta travada pelos trabalhadores para frisar que hoje a empresa deve menos à banca do que à data da intervenção.

Hoje, e apesar da sabotagem de que tem sido vítima, que levou a oito meses de inactividade — explicou



O camarada Octávio Pato quando encerrava a Assembleia

Francisco Costa — a empresa está totalmente transformada.

Está a ser feito um reequipamento total e o alargamento das instalações fabris que permitirá a criação de novos postos de trabalho, numa perspectiva da integração da empresa no sector público.

No tempo do patrão a empresa estava condenada à falência e numerosas acusações pesam sobre aquele, concretamente abuso de confiança, transferência ilegal de divisas e utilização de dinheiro da empresa em proveito pessoal.

Por último, usou da palavra o camarada Carlos Machado que se referiu particularmente à Covina, empresa nacionalizada e que nos dois anos após a nacionalização teve de lucro aproximadamente 120 mil contos. E acrescentou:

Os trabalhadores estão prontos a dar o seu melhor para produzirem mais e melhor. Mas, para tal, há que ter em linha de conta que tem de ser seguida uma política de interesse dos trabalhadores e do povo pela defesa da independência nacional e não a que tem vindo a ser seguida pelo actual Governo, numa desenfreada recuperação capitalista.



A presença de numerosas mulheres foi um dos aspectos mais positivos da sessão realizada em Santa Iria de Azóia

A confiança no Partido

A Organização do Algarve foi a primeira a atingir a meta que lhe foi determinada. Para ela as nossas mais calorosas felicitações.

O balanço que a organização Concelhia de Faro acaba de fazer mostra que existe entre os militantes a preocupação e a determinação de melhorar sempre o trabalho de organização tanto em largueza como em profundidade.

A necessidade de se desenvolver em toda a organização do Partido de Faro um elevado espírito de militância, de disciplina, de responsabilidade, assim como a necessidade de elevar a capacidade política dos quadros, ficou bem expressa no balanço realizado.

Importa agora que a necessidade sentida se transforme em realidade no mais curto espaço de tempo possível.

(...)

Esta Assembleia patenteou, como aliás tem sucedido com outras, que o nosso Partido não recela confrontos com qualquer outro no que respeita

à prática da democracia interna. Eu digo, à prática e não à proclamação das regras democráticas — aqui somos certamente batidos por aqueles que não praticando as regras da democracia sentem necessidade de.....

O nosso Partido, o Partido Comunista Português actua como um todo, como uma só vontade de pensamento e acção. É isto que o faz forte.

A discussão não é apenas livre, é desejável. A luta de opiniões dentro do Partido, nos organismos respectivos não só é consentida como é desejada e fomentada. Uma vez, porém, terminada a discussão e tomadas as decisões por maioria estas são obrigatórias para todos. Isto é, as minorias submetem-se às maiorias. É uma norma livremente aceite (os Estatutos são claros) que faz do Partido um todo actuante no mesmo sentido. É isto que o faz forte. O nosso Partido, o Partido da classe operária portuguesa, não seria a força determinante que aí está, se não se regesse por estes princípios provados pela prática da luta de classes.

Da intervenção final do camarada Sérgio Vilarigues

I Assembleia da Amadora

REALÇADAS AS POSSIBILIDADES DE ALARGAMENTO DO PARTIDO

Outra frente de trabalho que exige a maior atenção da nossa Organização são os pequenos e médios comerciantes e industriais, que representam uma significativa percentagem (12 por cento da nossa população em 1971) e em relação aos quais nada está feito.

Este um dos pontos focados no relatório de actividades, aprovado por unanimidade, no decorrer da I Assembleia da Organização da Amadora do PCP, que no último sábado se reuniu no Pavilhão da Associação Académica da Amadora, à Reboleira.

Antecederam e prepararam esta Assembleia cerca de 40 assembleias específicas com a participação de mais de 800 militantes e no decorrer das quais foram apresentadas mais de 140 propostas de emenda ao relatório de actividades.

Na freguesia da Amadora habitam, segundo os dados estatísticos de 1976, 170922 pessoas, distribuídas por Alfragide, Amadora, Brandoa, Buraca, Damaia e Venda Nova. Contudo, apesar da freguesia da Amadora ser uma zona de grande implantação industrial isso não significa que seja predominantemente operária a sua população.

Terceiro centro populacional do país, pelo número de habitantes, a freguesia da Amadora debate-se com graves problemas de carácter local, dos quais os mais gritantes dizem respeito a creches, escolas, transportes colectivos, a não existência de um hospital, para não falar do extenso rol enumerado pelas populações nos seus cadernos reivindicativos durante o último período eleitoral.

Após se deter sobre a evolução eleitoral na



A 1.ª Assembleia da Organização da Amadora foi simultaneamente uma importante jornada de trabalho e uma manifestação de vibrante confiança no nosso Partido e no futuro da Revolução

freguesia, salientando a necessidade de desenvolver uma grande trabalho de organização e de direcção no sentido de fazer corresponder o mais possível a nossa organização ao crescente prestígio do nosso Partido entre a população da Amadora, o relatório de actividades passa a abordar problemas directamente ligados com a Organização.

Neste ponto começa-se por recordar as frentes de luta que existiam antes do 25 de Abril. No entanto, o reforço da nossa Organização — acrescenta o relatório — é neste momento uma tarefa de importância fundamental.

Depois de recordar que a meta de 450 novos militantes, para além de realista mostra bem as possibilidades de alargamento do Partido, o relatório destaca a necessidade de se prosseguir com o recrutamento organizado, mesmo para além da actual Campanha.

Relacionado ainda com este ponto, foi sublinhada a importância de criar condições para que os novos militantes (e muitos dos actuais) sejam integrados no trabalho do Partido, nas suas tarefas regulares, na sua actividade diária.

O sectarismo — outro dos assuntos tratados no relatório — é um desvio que constitui um obstáculo poderoso ao alargamento e reforço do

Partido e à sua influência junto das massas trabalhadoras.

Pormenorizando, vários são os exemplos apresentados que urge abandonar no intuito de melhor esclarecer os outros trabalhadores sobre as intenções e objectivos dos comunistas.

Após analisar com detalhe as tarefas centrais do Partido em que a Organização da Amadora prestou a sua colaboração, nomeadamente o VIII Congresso, a Conferência Económica, a Campanha dos 50 000 Contos e as Festas do "Avante!", o relatório pronuncia-se sobre o movimento operário e popular, reconhecendo a grande importância de todo um trabalho unitário e no qual o que se está a fazer é incomparavelmente mais do que o que até aqui foi feito.

Participaram nos trabalhos da Assembleia 220 delegados, sendo numerosas as intervenções registadas. Convidados a assistirem à Assembleia militantes e simpatizantes do Partido, representantes das Comissões de Moradores e de Trabalhadores, da Comissão Unitária de Reformados da Amadora, da Comissão Unitária de Mulheres da Amadora, do MDM, da FO e ainda da Câmara Municipal de Oeiras, num total de 600 convidados.

Após a discussão e aprovação do relatório foi

eleita por unanimidade o novo Organismo de Direcção da Organização da Amadora, que engloba 39 membros, dos

quais 33 são homens e os 6 restantes mulheres, numa percentagem que perfaz os 19 por cento.

No aspecto socioprofissional o novo Organismo de Direcção, cuja média de idade é de 33 anos, inclui 19 operários, 17 empregados, um pequeno comerciante, um intelectual e um técnico. Os operários representam 49 por cento e os empregados 43 por cento.

No decorrer da Assembleia foram aprovadas várias moções e saudações, entre as quais uma saudação ao povo soviético pela passagem do 60.º Aniversário da Revolução de Outubro, uma saudação ao MPLA pelo 2.º aniversário da declaração da independência da República Popular de Angola, e uma moção de apoio e solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária.

A manifestação do dia 19 foi também alvo de uma moção de apoio por parte dos delegados e convidados presentes que igualmente saudaram o "Avante!", órgão central do PCP.

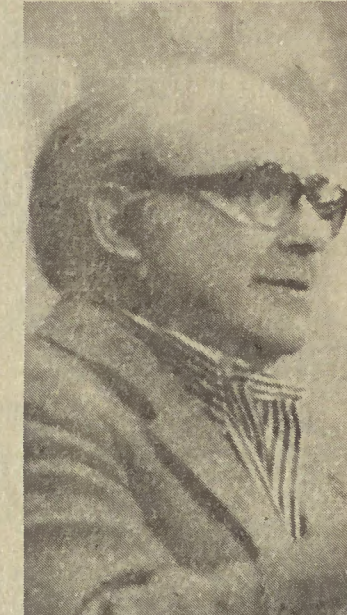
Assistiram aos trabalhos da Assembleia os camaradas José Casanova e Armando Morais, membros do Comité Central e o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, que encerrou a sessão usando da palavra durante o comício que se realizou.

I Assembleia de Faro

A EXEMPLO DE TODO O ALGARVE UMA ORGANIZAÇÃO QUE ALASTRA

2 comissões de freguesia já eleitas nas freguesias rurais da Concelhia de Faro e Santa Bárbara de Nexe, 1 comissão para o trabalho camponês que tem tido uma acção muito positiva, mercê da qual muitos pequenos e médios agricultores têm aderido ao Partido, num total de 27 organismos em pleno funcionamento.

O nível médio etário tem



O camarada Sérgio Vilarigues, membro do secretariado e da comissão política do CC

melhorado sensivelmente. Pelo último balanço de organização — Junho de 1977 — o nível etário era de 38 anos, o que significa que cada vez aderem ao Partido mais jovens.

Após se pronunciar sobre as principais empresas e organismos de classe profissional ou sectores profissionais em que o Partido tem organização, o relatório acrescenta:

Com uma Comissão para o Trabalho Camponês já constituída, pensamos estar a pisar o terreno firme na

melhoria do nosso trabalho neste sector e abrir a influência do nosso Partido aos pequenos e médios agricultores, muitos deles que, mal informados e mal esclarecidos pela propaganda reaccionária, viram no Partido um inimigo e hoje vêm às sessões de esclarecimento que se realizam e começam a aderir ao PCP, ao lado de outros trabalhadores.

Entretanto, na sua intervenção, o camarada Carlos Durão, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Algarve, salientaria:

Há que aproximar do Partido, recrutar e organizar, os pequenos e médios comerciantes e industriais democratas e progressistas do concelho.

Na sua intervenção o camarada Carlos Durão abordaria ainda um assunto que presentemente afecta milhares de trabalhadores no Algarve e que se prende directamente com a situação das empresas intervencionadas.

Repudiando a política que a Enature e o Governo PS estão a seguir neste campo, o camarada Durão acrescentou:

Até agora os trabalhadores e as suas organizações têm conseguido, na grande maioria dos casos, opor-se à investida do grande capital e dos que o servem. Mas os perigos subsistem.

Salientando que tal regresso não resolveria nenhum dos principais problemas dos trabalhadores, apontou como solução a discussão e a análise da situação das empresas de molde a criarem-se posições claras e construtivas, para a concretização das quais os trabalhadores se possam sentir mobilizados.

A Assembleia decorreu no domingo, nas instalações da Escola Industrial e Comercial de Faro, traduzindo-se numa jornada importante de trabalho, onde foi patente o espírito de unidade.

Cerca de 180 delegados participaram nos trabalhos, aprovando o Relatório da Comissão Concelhia e elegendo o novo organismo de direcção. Juntamente com os convidados do Partido e de outras forças políticas democráticas encontravam-se na sala cerca de 400 pessoas.

No decorrer da Assembleia foram aprovadas diversas moções, nomeadamente de saudação ao povo soviético pela passagem do 60.º aniversário da Revolução de Outubro, ao MPLA pelo 2.º aniversário da declaração da independência da República Popular de Angola e ainda outra moção de solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária. Foi ainda lida uma saudação por um elemento local do MDP/CDE.

Na mesa que presidiu aos trabalhos da Assembleia estiveram presentes, para além dos elementos do Organismo Concelhia, os camaradas Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, que no final da sessão participou num comício e cuja intervenção transcorreu num outro local, e os camaradas Ilídio Esteves e Carlos Durão, membros do Comité Central e ainda a camarada Emília Rodrigues, da DORAL e responsável pelo concelho de Faro e os camaradas Quaresma e Júlio, ambos da DORAL.

Uma festa-comício encerrou a I Assembleia de Faro, participando os Pioneiros de Vila Real de Santo António, o Conjunto Praxis, o "Grupo Abril" de Faro, e o Rancho Folclórico da Juventude de Faro.

ESTA É A POLÍTICA DOS TRABALHADORES ESTAS SÃO AS POSIÇÕES DO PCP

Confirma-se o falhanço do Governo PS

Sérgio Villarigues em Faro
— 13/XI/77

Da natureza de classe da política seguida pelo Governo do PS frontalmente contrária às transformações políticas, económicas e sociais operadas no País pela Revolução e consignadas na Constituição, duma política virada contra os trabalhadores outra coisa não podia resultar do que o agravamento das dificuldades económicas e financeiras que o País atravessa. Esta realidade, que está a ser duramente vivida pelos trabalhadores e por largos sectores da pequena-burguesia, põe em perigo as próprias liberdades democráticas. A grande burguesia, os capitalistas e os imperialistas jogam na degradação económica e financeira do País para realizarem a contra-revolução política.

Os factos aí estão a demonstrar que a política seguida pelo Governo do grupo dirigente do PS tem favorecido e animado as forças reaccionárias e fascistas nas suas conspirações contra a democracia e as outras conquistas da Revolução.

Ao agravamento constante da situação, o Governo do PS, aliado de facto aos partidos da direita, tem respondido até hoje, com ataques aos trabalhadores e ao nível de vida destes, à Reforma Agrária, quando o que seria de esperar era que respondesse honesta e lealmente aos apelos do PCP, das outras forças progressistas, dos Sindicatos, das Comissões de Trabalhadores, para se procurarem soluções pela via do diálogo e da negociação capazes de vencer as dificuldades económicas e financeiras, paralisar as manobras conspiratórias das forças reaccionárias, salvaguardar todas as conquistas da Revolução e avançar com os trabalhadores para a consolidação e aprofundamento do regime democrático, para o progresso económico e social do nosso País. Só por um grande esforço nacional é possível realizar tal tarefa. Mas isso exige uma política verdadeiramente nacional com os trabalhadores e não contra eles.

Partido dos trabalhadores unido, mais forte, o PCP é o único Partido com uma política e uma actividade democrática consequente

Álvaro Cunhal em Santa
Iria de Azoia — 11/XI/77

Com os trabalhadores estará o Partido Comunista que aparece aos olhos de amplas massas populares como o mais sólido, combativo e consequente destacamento do povo português e da democracia portuguesa.

O contraste entre as crises profundas que atravessam o PS e o PPD e o contínuo desenvolvimento do PCP é o reflexo do contraste entre a política antipopular e antinacional desses partidos e a política dos comunistas ao serviço do povo e da pátria.

Enquanto no PS elementos da direcção se voltam contra a política do partido, há processos disciplinares e há expulsões, há demissões, há cisões, e no PPD se assiste também, novamente, a agudos conflitos entre os dirigentes com o pedido de demissão do seu presidente, o pedido de demissão da Comissão Política, divergências, golpachos, todo o PCP, a começar pelo Comité Central, se mantém unido e firme como uma rocha.

Enquanto nesses partidos se multiplicam as demissões e os abandonos, há centros de trabalho em série que encerram as portas por não terem quem cuide deles nem quem os frequente e os efectivos se reduzem dia-a-dia, os efectivos do PCP continuam a aumentar, cada dia se registam novas inscrições de homens, mulheres e jovens e a "Promoção Conquistas de Abril" vai de vento em popa.

Falta ainda mais de mês e meio para o seu termo e a meta de mais de 10 000 militantes até ao fim do ano foi já alcançada.

Foi já alcançada a nível nacional e aqui quero felicitar também a organização de St.ª Iria de Azoia por ter já ultrapassado largamente a sua meta e estar a caminho de atingir uma segunda que é quase o dobro da primeira.

As crises que atravessou o PS e o PPD, que têm estado aliados contra os trabalhadores e contra as conquistas da Revolução, traduzem a perturbação e o nervosismo que provoca no interior desses partidos e a importância da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista para resolver os gravíssimos problemas nacionais da hora presente.

Traduzem também os métodos e processos de vida interna, sem democracia, sem liberdade de opinião, sem direito à crítica, em que as direcções se comportam como amos e senhores tratando os membros do partido como se fossem vassallos.

Ao contrário, no PCP, a direcção está unida e todo o partido está unido como um só homem, os efectivos aumentam, é elevado o nível de militância, porque a orientação política do PCP é justa, clara e honesta, porque o PCP defende firme e dedicadamente os interesses do povo, as conquistas da Revolução, a democracia e a independência nacional, porque no PCP há vida democrática, se debatem fraternalmente os problemas, e se pratica a crítica e a autocritica, porque todo o partido e todos os militantes intervêm com a sua opinião e com a sua contribuição criadora para a definição da linha do Partido e para a orientação de toda a sua actividade.

As convulsões internas no PS e no PPD são tanto mais intensas quanto mais lhes foge o apoio social.

A afluência de milhares de militantes ao PCP é o melhor testemunho de que se alarga dia a dia a base de apoio do Partido, a sua autoridade e a sua influência.

Cada dia um número mais elevado de portugueses compreendem que o PCP é o único grande partido com uma política e uma actividade democrática consequente, é o único que defende os explorados contra os exploradores, é o único que defende firmemente as conquistas da Revolução, é o único, sólido, firme e inabalável baluarte político do regime democrático português, consagrado na Constituição. E por isso ao PCP cabe decisivo papel na unidade dos trabalhadores, na unidade das massas populares, na unidade dos democratas portugueses.

Cada organização e cada militante deverá conduzir, dia a dia, incansavelmente, a batalha da unidade.

Defender a Constituição contra as manobras reaccionárias

Octávio Pato na Amadora
— 12/XI/77

As últimas tomadas de posição dos partidos reaccionários e das organizações do grande patronato reaccionário, a manifestação fascista organizada no passado dia 5 no Porto, por gente do MIRM, do PPD e do CDS, o facto de tais forças terem entrado abertamente no caminho da contestação da legalidade democrática e constitucional, de falarem claramente em revisão da Constituição e terem a audácia de manifestarem aberta hostilidade ao Conselho da Revolução e ao Presidente da República, lançando através da imprensa que controlam uma campanha orquestrada de calúnias, especulações e boatos, visando pôr em causa a sua isenção política, tudo isso revela estarmos perante uma perigosa ofensiva contra o regime e as instituições democráticas, mas representa ao mesmo tempo, não um sinal de força da direita, mas uma manifestação de fraqueza.

Dada a grande luta e resistência da classe operária e dos trabalhadores, dada a preocupação existente em amplos sectores democráticos quanto às consequências da política actual, e vendo decrescer dia a dia a sua influência e capacidade de mobilização, a direita desespera de, por vias

legais e no quadro das instituições, conseguir levar até às últimas consequências a contra-revolução legislativa, e envereda claramente por meios de acção institucional, disposta a, se a deixassem, trucidar pelo caminho tudo, quanto se oponha aos seus planos de conspiração e golpe.

As manobras e intrigas da reacção, nos últimos dias, visam manifestamente comprometer a negociação de uma plataforma democrática, visam a criação de um clima de instabilidade política e social que conduza ao agravamento dos problemas nacionais, visam dividir as Forças Armadas, visam impedir soluções constitucionais com ameaças anticonstitucionais, visam intimidar os órgãos do poder com novas chantagens.

O PPD e o CDS, e os seus escribas colocados à cabeça de jornais do Estado pelo PS, tentam fazer crer que, ou vem um Governo com a direita ou teremos um golpe. A reacção atribui planos tebebrados à Presidência da República e ao Conselho da Revolução, ressuscita velhas calúnias e falsificações sobre aqueles órgãos de soberania, arroga-se o direito de ser ela a decidir sobre o preenchimento de altos cargos militares, insinua veladamente ou à luz do dia

que já não há soluções no quadro constitucional.

A hipocrisia e a desfaçatez da direita não tem limites. Só isso explica que anteontem na televisão, Freitas do Amaral tivesse a hipocrisia de vir recomendar serenidade ao país. O CDS esteve claramente envolvido na manifestação fascista do Porto de dia 5, alinhando com o PPD na falhada tentativa de levar a Assembleia da República a homenagear Pires Veloso, assistiu sem lugar nem mugir aos assobios dirigidos pelos fascistas do Porto ao Presidente da República E, depois disto tudo, vem pedir serenidade para o clima de intriga e conspiração que ajudou a criar e que procura desenvolver.

A CIP, confederação do grande patronato, animada pelas sucessivas cedências que o Governo lhe foi fazendo vem agora dizer que, como condição prévia para negociar com o Governo qualquer acordo, exige não só a alteração de uma série de leis que ela própria reclamou do Governo, mas exige também que a própria Constituição seja rasgada.

Pela nossa parte, em nome do PCP, queremos alinhar solenemente que, por muito que a direita grite, conspire e ameace, as forças democráticas e patrióticas, se

unidas em defesa da Constituição, têm força suficiente para defender o regime democrático e constitucional e para derrotar os planos da reacção.

Pela nossa parte, em nome do PCP, queremos reafirmar solenemente que as conspirações e ameaças da direita devem encontrar como resposta, não cedências que a estimulem, mas a firme disposição dos órgãos de soberania, das Forças Armadas e das forças democráticas de defender, a legalidade, o regime democrático, que para tanto encontrarão seguro apoio nos trabalhadores e no povo português.

Pela nossa parte, em nome do PCP, queremos afirmar que se a direita pretende adiar e dificultar o encontro de uma solução negociada com os trabalhadores e com o PCP que a única resposta que lhe deve ser dada neste campo é que sem prejuízo de um exame dos problemas num quadro político mais vasto, o Governo e o PS passem sem demora da conversa para empatar a actos que mostrem finalmente a disposição de andar para a frente na negociação de uma plataforma democrática, para sair da crise e assegurar a estabilidade económica, política e social.



A cisão do PS, as manifestações fascistas no Porto, a jogada de Sá Carneiro

Álvaro Cunhal em Santa
Iria de Azoia — 11/XI/77

Três acontecimentos tiveram particular significado: a cisão no PS, a manifestação fascista no Porto um tanto ligada à saída do Brig. Pires Veloso da RMN e o pedido de demissão de Sá Carneiro.

Qualquer destes acontecimentos é característico da evolução da situação política.

O que significa a cisão no PS, com o afastamento de um importante núcleo de dirigentes e militantes que declaravam o propósito de constituir um novo movimento político?

Significa que a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo PS, política de direita, política antipopular e antipopular, política que está conduzindo Portugal ao desastre e que põe em perigo a independência nacional encontra sérias discordâncias e séria resistência no seio do próprio PS.

São cada vez mais numerosos os casos de militantes do PS que estão em profundo desacordo com a orientação do Governo PS, que afirmam que foi traído o Programa do seu próprio partido, e que se aproximam do PCP porque é com os comunistas e não com os reaccionários que se querem entender para defesa dos interesses dos trabalhadores, da democracia, da independência nacional.

A cisão no PS é um sinal ao nível do partido do fracasso da política do governo PS aliado de facto à direita, política que não resolveu um único dos grandes problemas nacionais e que os tem agravado a todos.

E o que significam a manifestação fascista do Porto do dia 5 à qual falou o Brigadeiro Pires Veloso, e a proposta do PPD de um louvor da Assembleia da República ao mesmo brigadeiro, e o pedido de demissão de Sá Carneiro, presidente do PPD e agora uma nova anunciada manifestação no Porto novamente de apoio ao mesmo militar?

Estes acontecimentos traduzem por um lado grandes dificuldades das forças reaccionárias e o fracasso da sua tentativa para, no quadro das instituições, imporem logo a seguir às férias parlamentares uma política e um governo ainda mais à direita. Traduzem, por outro lado, a tentativa de lançamento duma vasta operação desestabilizadora a abrir caminho para um golpe.

Como o PCP previu e preveniu, o PPD e o CDS, aliando-se ao governo PS, entrando em acordos para a contra-revolução legislativa, avançando os seus projectos e as suas emendas e dando os seus votos na Assembleia para que passasse a lei Barreto, a lei sobre os sectores público e privado, a lei das indemnizações, a lei do arrendamento rural, consideravam isso apenas uma primeira etapa do assalto ao poder.

Aprovadas essas leis, o PPD e CDS multiplicaram as pressões, exigindo uma política ainda mais reaccionária e a constituição de um Governo PS-PPD ou PS-PPD-CDS.

Sá Carneiro julgou que o momento chegara para o assalto. Exigiu concessões ao grande capital para liquidar num curto prazo as nacionalizações. Exigiu que fossem dadas ainda maiores facilidades aos imperialistas. Exigiu uma ofensiva geral da liquidação da Reforma Agrária. Exigiu uma ofensiva ainda mais violenta contra os trabalhadores. Exigiu medidas repressivas. E, naturalmente, para que essa política fosse levada a bom termo, exigiu que a aliança PPD-PS se tornasse coligação e que, ficando Mário Soares, ele, Sá Carneiro, ficasse como vice-Primeiro-Ministro.

Mas quando julgava estarem criadas as condições para uma tal alternativa, eis que se revela que a formação dum governo abertamente reaccionário não é tão fácil como a reacção julgava.

Primeiro, porque o descontentamento e a oposição popular à política actual são cada vez mais amplos e, quanto mais se reforça à direita a aliança do Governo PS, mais enfraquece a base de apoio popular.

Segundo, porque a Direcção do PS, a braços com profundas divergências internas, recebeu que tal aliança representasse para o PS a consumação do descalabro orgânico e um autêntico suicídio político.

Terceiro, porque cada vez mais largos sectores responsáveis vêem que tal alternativa seria um desastre para a economia nacional e para a democracia e que a recuperação económica e a solução dos problemas nacionais só se podem alcançar, mediante uma plataforma negociada entre as forças democráticas, com os trabalhadores e não contra os trabalhadores.

Finalmente, porque no próprio PPD surgiram dúvidas, hesitações, divergências e receios, que, na Comissão Política, colocaram duas vezes em minoria o seu presidente.

Sá Carneiro deu o salto para o Governo no quadro do funcionamento normal das instituições. Saltou e perdeu.

O recurso súbito a formas de pressão e acção extra-parlamentares e fora do quadro das instituições não é portanto um sintoma da força da reacção mas das suas dificuldades, debilidades e fracassos.

A direita enerva-se, exalta-se e recorre a novas formas de acção, porque sente o terreno fugir-lhe debaixo dos pés, porque o seu plano de formar um governo abertamente reaccionário na reentrada parlamentar sofreu um grande desaire, porque a ideia de uma plataforma nacional e patriótica ganha cada dia mais largo terreno.

Cada vez mais necessária a plataforma

Octávio Pato na Amadora
— 12/XI/77

O PCP de há muito que se pronunciou pela necessidade da negociação de uma ampla plataforma entre as forças sociais e políticas interessadas na recuperação económica do país e no prosseguimento do processo democrático.

O PCP de há muito vem insistindo que, a não se realizarem eleições gerais antecipadas, esta é a única solução que permite, no respeito da Constituição, concretizar a política que o país precisa e o povo exige.

O PCP de há muito vem salientando a imperiosa necessidade de ser feita uma pausa na ofensiva de destruição das conquistas da revolução, de se pôr termo às arbitrariedades e às ilegalidades cometidas pelo Governo na zona da Reforma Agrária, nas empresas intervenções, na vaga de despedimentos e de repressão patronal.

O PCP não tem poupado esforços nem iniciativas para debater com o Governo e o PS os mais agudos problemas do momento com vista a abrir caminho para negociações e acordos mais amplos.

Mas, uma vez por todas, é preciso que o Governo e o PS tenham consciência clara de que as suas dificuldades e o fracasso da sua política não resultam tanto de estarem em minoria na Assembleia da República mas

resulta sim de estarem divorciados dos interesses e aspirações do povo trabalhador.

O Governo e o PS não podem continuar a querer mistificar os problemas e adiar as soluções.

O PS quer negociar uma plataforma nacional e democrática, voltada para a recuperação económica, ou quer pura e simplesmente negociar apoios para prosseguir a mesma política de destruição das conquistas da revolução?

O PS quer negociar com os trabalhadores e as forças democráticas numa base de seriedade e da vontade de rectificar uma política desastrosa, ou quer apenas ganhar tempo?

O PS dá mais importância à atitude construtiva dos trabalhadores e das forças constitucionais ou dá mais importância às chantagens e manobras e ameaças anticonstitucionais do grande patronato reaccionário do PPD e do CDS?

O PS tem de dar uma resposta clara a estas perguntas, sob pena de as suas pesadas responsabilidades pela gravidade da situação actual, juntar agora novas responsabilidades pela obstrução de uma solução democrática e constitucional para a crise em que o país se debate.



As negociações com o FMI

Álvaro Cunhal em Santa
Iria de Azoia — 11/XI/77

O PCP torna uma vez mais claro que não dará o seu aval a empréstimos contraídos com condições desastrosas para Portugal.

A informação dada pelo Governo ao nosso Partido acerca da negociação dos empréstimos foi absolutamente insuficiente e só por si não permite fazer uma ideia rigorosa nem de qual é a gravidade da situação financeira, nem de quais são as exigências do FMI, nem de quais estão a ser as concessões do Governo. Mas queremos tornar desde já, clara a nossa posição em relação a algumas eventuais medidas ou directrizes da política económica que certa imprensa (conhecida pelas fugas que dá a informações confidenciais) tem referido como estando a ser acordadas entre o Governo e o FMI, como condições para os empréstimos.

Estamos contra qualquer acordo que vise reafirmar ou pôr limites à expansão da economia portuguesa, com a fixação por exemplo de uma taxa máxima de aumento da produção nacional, porque a salvação da economia nacional, a única salvação, reside precisamente no aumento da produção, no aumento da riqueza nacional, que nos permita diminuir a dependência de

compras no exterior.

Estamos contra qualquer acordo que vise limitar as importações de equipamentos e artigos de primeira necessidade e abrir as barreiras aduaneiras a artigos de luxo ou dispensáveis vindos dos países que emprestam o dinheiro, porque a redução dos défices das Balanças Comercial e de Pagamentos se pode e deve alcançar não com gastos não essenciais mas com o estabelecimento de uma dinâmica de desenvolvimento e com o mínimo de sacrifícios do povo.

Estamos contra uma política de desvalorização acelerada do escudo que já provou ser altamente nociva à economia portuguesa.

Estamos contra qualquer acordo para uma elevação ainda maior da taxa de juro, que levaria à ruína e à falência milhares de pequenos industriais, comerciantes e agricultores.

Estamos contra qualquer acordo para um chamado «saneamento financeiro» de que resulte a falência e encerramento de centenas de empresas, com as consequentes quebras de produção nacional e o aumento do exército de desempregados.

Estamos contra qualquer acordo que vise fazer pagar

ainda mais duramente aos trabalhadores as dificuldades financeiras resultantes da política de recuperação capitalista e dos erros palmares do Governo PS.

Estamos contra qualquer acordo que vise a redução dos salários reais e mesmo nominais, o aumento ainda mais vertiginoso dos preços, os despedimentos em massa, a subida do número de desempregados de mais centenas de milhares de trabalhadores, porque se é necessário uma política de austeridade, a austeridade deve começar pelos altos rendimentos, pelas indemnizações aos milionários e aos pides, pelas despesas sumptuárias e dispensáveis, pelos vencimentos mais altos que com ajudas de custo e outras verbas duplicam, triplicam e mesmo quadruplicam em alguns casos os proventos da alta burocracia.

Não, não seriam tais medidas que permitiriam a Portugal sair da situação económica e financeira em que se encontra.

Tais medidas mergulhariam o país numa profunda depressão económica, numa situação desastrosa de carências, com o alastramento da miséria e da fome, para que sobre a aflição dessas ruínas

aparecesse, como salvador, o capitalismo monopolista restaurado, aparecessem, os Champalimauds, os Melos, os Espírito Santos, para porer as fábricas a funcionar com os trabalhadores reduzidos de novo à escravidão, com as grilhetas do fascismo no pes.

Se é esse o 3.º pacote que se prepara, o povo português dirá não ao 3.º pacote.

O imperialismo pela boca do FMI e aqueles que exploraram e oprimiram o nosso povo durante quase meio século de fascismo, podem querer uma tal política.

Mas não a querem e não a permitirão os trabalhadores, as massas populares, todos os portugueses que desejam viver num regime de liberdade e numa pátria independente.

O PCP insiste em que a recuperação económica do país exige um esforço nacional baseado fundamentalmente nos recursos internos, numa política de austeridade que comece por diminuir os altos rendimentos e as despesas sumptuárias e inúteis, a redução de importações não essenciais, a produção nacional de numerosos produtos hoje importados, a guerra aos défices, uma campanha nacional contra os desperdícios.

Sexta-feira no Porto, sábado em Lisboa

QUE NINGUÉM FALTE COM A SUA VOZ! PELO INTERESSE DOS TRABALHADORES! PELO INTERESSE NACIONAL!

Duramente afectados pela política de recuperação capitalista do Governo do PS aliado à direita, os trabalhadores manifestam-se amanhã, no Porto, e no sábado, em Lisboa, «contra os despedimentos, pelo direito ao trabalho; contra a repressão, pelas liberdades sindicais; contra o aumento do custo de vida; pela defesa das conquistas alcançadas; pela recuperação económica ao serviço dos trabalhadores e do País; e pela independência nacional». A manifestação, em Lisboa, que começará na Praça do Marquês de Pombal, às 15.30, é promovida pela União dos Sindicatos de Lisboa, União dos Sindicatos de Setúbal, Cintura Industrial de Lisboa, Cintura Industrial de Setúbal, Secretariado das Empresas Intervencionadas e Secretariado das Empresas em Autogestão. No Porto, a manifestação é promovida pela União dos Sindicatos do distrito e conta com a adesão de inúmeras organizações de trabalhadores. Num comunicado, a DORL do PCP, citando as palavras de ordem que presidirão às manifestações, «apela a todos os comunistas, a todos os amigos e simpatizantes do Partido, aos democratas, ao Povo Trabalhador do distrito de Lisboa para uma massiva participação nesta grande jornada de unidade e luta em defesa das conquistas da Revolução».

A lista das manifestações de apoio e adesão é impubliável pela sua extensão. A comissão coordenadora, criada na União dos Sindicatos de Lisboa para organizar a jornada de luta afirma: «De todo o lado, comissões de moradores, de trabalhadores, de delegados sindicais, representando largos milhares de trabalhadores de todos os sectores de actividade, repudiam firmemente a política do Governo. Condenando as medidas intimidatórias e repressivas dos patrões reaccionários, protestam contra o vertiginoso aumento do custo de vida, solidarizam-se com a luta geral de todos os trabalhadores portugueses,

reafirmam a sua decisão de lutar contra toda a exploração, em defesa de uma política ao serviço da classe trabalhadora e da independência nacional». Por isso, as adesões se contam por centenas. Por isso, a solidariedade é grande e todos poderão ver como ela se manifesta, pois a voz dos trabalhadores tem que ser ouvida para enfrentar a crise com o seu apoio, «respeitando a sua opinião, vontade e aspirações, no quadro da Constituição da República e dos seus objectivos».

Assim o afirmam as organizações promotoras da manifestação de Lisboa. Assim o entendem os trabalhadores que dizem claramente ao

Governo «que não aceitam soluções impostas e contrárias aos seus interesses que são os interesses nacionais».

E porque é verdadeiramente destes interesses que se trata, as organizações promotoras, em cumprimento das decisões tomadas no Plenário Nacional de, CGTP-IN, em 8 de Outubro rindo e em numerosas assembleias de comissões de trabalhadores, de delegados sindicais e de outras associações do mundo do trabalho, não abdicam de lutar, ao lado de todos os trabalhadores, «contra o prolongamento indefinido de uma crise que tem graves consequências sobre as condições de vida da população e sobre a estabilidade do regime democrático e constitucional».

Aderindo às grandes jornadas de unidade e luta, os «trabalhadores portugueses exigem uma nova política económica e social orientada para o aumento da produção, para a substituição de importações por produtos nacionais, para a defesa do aumento dos postos de trabalho, para o alargamento do mercado interno e o melhoramento das suas condições de vida. Uma política que respeite os direitos dos trabalhadores e as grandes conquistas da Revolução».

Quem não adere a estes objectivos? Os inimigos do desenvolvimento nacional. Os que querem restaurar a sua própria «economia». Os monopolistas e agrários, saudosos dos privilégios perdidos. Todos, e são afinal poucos, os que querem atrelar Portugal à cauda dos monopólios europeus e à política do imperialismo, através da restauração do poder económico e político do

grande capital saudosos do fascismo.

A DORL do PCP, ao manifestar o seu apoio à manifestação do dia 19, assinala que «a gravidade da situação exige, urgentemente, a mudança de política e de Governo». E reafirma: «a saída da crise só é possível se todos os trabalhadores, se todos os democratas e antifascistas se unirem em defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, para que a Constituição seja integralmente respeitada e cumprida».

NO PORTO A MESMA LUTA

Amanhã, pelas 19 horas, na Praça do General Humberto Delgado, decorrerá a grandiosa manifestação dos trabalhadores e do povo do Porto. Esta jornada de luta contava, na terça-feira, com o apoio de 203 organizações de trabalhadores, das quais 48 sindicais; de 30 cooperativas, de 111 comissões de trabalhadores e de numerosas comissões de moradores, associações culturais e recreativas.

Tal como noutras jornadas, a Praça do General Humberto Delgado vai ser cenário de uma poderosa afirmação das massas populares contra o fascismo, contra o desemprego e os despedimentos, pelo direito ao trabalho; contra a repressão, pelas liberdades sindicais; contra o aumento do custo de vida, pela defesa das conquistas dos trabalhadores; contra as desintervencções, pela defesa das nacionalizações; pelo cumprimento da Constituição e pela defesa da democracia; pela recuperação económica, vencer a crise com os trabalhadores.

No Porto

O COMITÉ DOS METALÚRGICOS APELA À UNIDADE E LUTA CONTRA A REPRESSÃO

A complacência do Governo PS para com a acção das forças reaccionárias continua a dar campo de manobra ao patronato e seus mangas de alpaca que, apoiados e dirigidos pelos partidos da direita reaccionária, PPD e CDS, por grupelhos neonazis como o MIRN, desenvolvem intensa actividade contra os interesses do País e dos trabalhadores, provocando forte desestabilização económica e social nas empresas, denuncia o Comité de Classe dos

Metalúrgicos do distrito do Porto do Partido Comunista Português num documento ontem divulgado.

Considerando que a política dos pacotes governamentais são estímulos para a direita e o grande capital, que já não conseguem esconder o seu carácter reaccionário, como sucedeu na arruaça fascista do passado dia 5 do corrente, no Porto, o Comité dos Metalúrgicos denuncia a vaga de despedimentos, suspensões e de processos disciplinares, assim como o não cumprimento dos CCT

e PRT e a tentativa de retirada de regalias e direitos conquistados pelos trabalhadores, que se verificam no sector.

Na Metalúrgica Duarte Ferreira acrescenta o comunicado, a Comissão Administrativa recentemente designada e empossada na gestão da empresa resolveu, como primeira medida para a «recuperação», despedir 630 trabalhadores e suspender a aplicação da contratação colectiva, desprezando todas as propostas dos trabalhadores,

incluindo o Plano de Reconversão da empresa.

Na «Oliveira e Ferreirinha» administração, no seguimento da sua suspensão, despediu três delegados sindicais e um membro da CT, procurando negociar mais despedimentos, através de um subsídio de 90% do salário, até que estes arranjam trabalho, pondo como condição o silêncio dos trabalhadores.

Prosseguindo, o documento denuncia as manobras da gerência da Alumínia, que, através de processos disciplinares, castigos e ameaças, pretende criar um forte clima de instabilidade, insegurança e intimidação para transformar aquela unidade fabril num «campo de concentração», como já o foi outrora. A propósito da situação existente noutras empresas, o documento salienta:

Na JJ Gonçalves e EFI, o patronato tenta despedir centenas de trabalhadores, criando desta forma um forte clima de instabilidade e apreensão nos trabalhadores quanto ao futuro, não cumprindo, por um lado, os CCT, ou mantendo os salários em atraso, por outro, na FACAR, na sequência da desintervenção, os patrões Carvalho suspenderam um trabalhador, ex-membro da Comissão Administrativa, criaram um clima de tensão, promoveram um plenário fantoche para eleger um «comissão» ad-hoc fantoche.

Entretanto, como denuncia o Comité dos Metalúrgicos, o patronato também manobra e reprime na garagem Palhinhas, na Sonafi, na garagem Sá da Bandeira e na Soares da Costa. Na primeira o patrão recusou-se a proceder à cobrança das quotizações sindicais, contrariando a vontade expressa dos trabalhadores e o Decreto 57/77, despediu um operário e mandou arrancar propaganda sindical. Nas outras duas empresas não está a ser cumprida a PRT e verificam-se, tal como em muitas outras, baixas de escala.

Por último, na Soares da Costa, a administração da empresa está a tentar alterar o horário de trabalho, através de uma ordem de serviço, em que comunica, sem consultar a CT e os delegados sindicais, a sua intenção de antecipar para as 7.30 horas o início da laboração.

A finalizar, depois de ter acentuado que muitos outros exemplos poderiam ser apontados traduzindo a intensa actividade das forças reaccionárias, o Comité dos Metalúrgicos sublinha a necessidade de as forças democráticas e todos os antifascistas não deixarem passar tão perigosa manobra, apelando para a intensificação da luta contra a repressão fascista e em defesa da Constituição.

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL



“O PAÍS NÃO PODE VIVER SEM OS FRUTOS DO NOSSO TRABALHO” — O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Viseu publicou o seu primeiro boletim sindical. Entre vários assuntos de âmbito interno, a direcção eleita em 11 de Setembro findo apela à unidade e à organização, afirmando: “No Norte e Centro do País somos 200 mil trabalhadores que trabalham a terra, sem garantias de uma vida decente. O País não pode viver sem os frutos do nosso trabalho. Se estivermos unidos, se os trabalhadores agrícolas apoiarem os seus sindicatos, não haverá força que nos vença”. Acusando o Executivo, o Sindicato de Viseu, que já abriu a sua sede nesta cidade, acrescenta que as leis de trabalho para o sector, prometidas para 15 de Outubro do ano passado, ainda não foram publicadas, apesar dos esforços desenvolvidos por todos os Sindicatos agrícolas, que já apresentaram há muito as suas propostas ao Governo.

TRABALHADORES SUJEITOS À ARBITRARIEDADE DOS PATRÕES — Apelo para o cumprimento da Constituição e do Programa de Governo PS, os trabalhadores agrícolas e resinheiros, reunidos recentemente em Simões, concelho de Soure, no distrito de Coimbra, no âmbito do seu Sindicato, “lamentam que, apesar de todas as promessas, continuem sujeitos ao livre arbítrio dos patrões, sem qualquer lei que os defenda; apela ao Governo, aos deputados da Assembleia da República, ao Presidente da República e Conselho da Revolução para que ponham termo a esta situação de ilegalidade e injustiça a que estamos sujeitos; exigem a saída urgente de uma PRT para o trabalho rural, que contenha as reivindicações do projecto apresentado pelos Sindicatos do Norte e Centro; manifestam a sua vontade de lutar para que deixem de ser tratados como trabalhadores de segunda classe; apela aos trabalhadores das fábricas e dos serviços e aos seus sindicatos para que apoiem a luta dos trabalhadores agrícolas e resinheiros”.

AMANHÃ, COMEMORAÇÃO NA RABOR — Os trabalhadores desta empresa de Ovar, comemoram amanhã, dia 18, o 2.º aniversário da intervenção estatal. Para mostrar a todos o que tem sido a recuperação económica dessa associada da ITT, os trabalhadores abrirão as portas da empresa a toda a população de Ovar. Para colaborar na celebração da data foram convidados o governador civil, os sindicatos e CTs, as autarquias do concelho, os bombeiros e o delegado do Ministério do Trabalho. À tarde, haverá uma conferência de imprensa. O exemplo fecundo dos trabalhadores da RABOR merece ser saudado por todas as organizações, pois os resultados da sua luta evidenciam como é errada a política do Governo PS ao entregar as empresas intervencionadas aos ex-patrões sabotadores e tráfugas.

MONDORÉL: “POR NOS SITUARMOS À CABEÇA DA LUTA...” — Os trabalhadores despedidos desta empresa de Coimbra continuam a exigir a satisfação dos seus direitos. Num comunicado, aos seus companheiros do trabalho, lembram: “Hoje somos nós a ter que exigir que nos sejam pagos os débitos em atraso, mas amanhã será tu também outro despedido, pois o clima de vigilância pidesca, de prepotência, de atropelos à leis, de denúncia, cria um tal clima de insegurança que nenhum de vós sente que o seu posto de trabalho está garantido no dia seguinte”. Depois de uma concentração junto da empresa, os trabalhadores despedidos (actualmente, 34 e 4 suspensos) exigiam o pagamento do que a administração da Mondorél lhes deve: subsídio de férias de 1975, retroactivos do mesmo ano, 13.º mês de 1976 e retroactivos da actual Portaria até à data dos despedimentos. Os trabalhadores despedidos enviaram telegramas ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, ministro do Trabalho, Assembleia da República e Conselho da Revolução.

CAMPANHA CONTRA OS DESPEDIMENTOS NOS RODOVIÁRIOS — Entre quarta-feira da última semana e o dia de ontem, o Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa promoveu, com participação assinalável, 9 plenários de empresa e de zona, integrados na campanha de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores contra os despedimentos e pelo direito ao trabalho. Num comunicado à Imprensa, o Sindicato assinala que os trabalhadores têm aprovado “moções em que, por um lado, repudiam as medidas do Governo” e, por outro, “demonstram a sua solidariedade com todos os trabalhadores portugueses em luta contra o desemprego, o aumento do custo de vida, o congelamento da contratação e a repressão que se tem abatido sobre os trabalhadores. O comunicado anuncia plenários para hoje, 17, na Rodoviária Nacional/CEP-4, em Torres Vedras, às 21.30 horas; para amanhã, 18, às 21 Horas, nos Transportes Gonçalves Laranjeira; e para o próximo dia 26, às 10 horas, na Camionagem Rosa d'Ouro, na Manuel Luis Brihanete e na Transportadora Central do Campo de Santa Clara, este último às 15 horas.

“ALARIDOS, VOZEARIAS E OUTROS ARRUIDOS” — Num firme protesto contra a condenação em tribunal de trabalhadores por fazerem propagandas, em Coimbra, à manifestação de 22 de Junho findo, 11 Sindicatos, uma Federação e duas Uniões sindicais do distrito afirmam, num comunicado, que essa actuação das autoridades se fundamenta num Regulamento do tempo do fascismo, que proíbe “alaridos, vozearias e outros arruídos que perturbem a ordem pública”. Citando a Constituição de 1976, aquelas associações sindicais perguntam: “Será que os meritíssimos juizes conhecem o Regulamento de 1966, do Governo Civil, e não conhecem a Constituição da

República, promulgada em 2 de Abril de 1976? Será que os meretíssimos juizes não descobriram que é inconstitucional a aplicação deste Regulamento à propaganda sindical? Os Sindicatos signatários — prossegue o comunicado — denunciam a actuação da PSP e do 1.º Juízo do Tribunal de Coimbra e reafirmam a disposição de lutarem por todos os meios pela defesa das liberdades sindicais”, ao mesmo tempo que “apelam a todos os trabalhadores para que denunciem estas arbitrariedades e todas as violações aos direitos e liberdades”, mobilizando-se “de forma organizada pela sua defesa”.

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A CONSTITUIÇÃO — O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, num documento aprovado recentemente, numa das reuniões mais concorridas de sempre, exige, nomeadamente, “a independência do Ministério Público em relação ao Executivo” e a “garantia dos princípios constitucionais da liberdade de expressão política e da plena capacidade política com repúdio por qualquer limitação a tais princípios em relação ao Ministério Público”.

TÊXTEIS DO NORTE: DOIS MIL TRABALHADORES DESPEDIDOS — Para além deste total recentemente divulgado pela União dos Sindicatos do Porto e referente a este ano, contam-se nas empresas têxteis do Norte do País mais de 300 processos disciplinares contra trabalhadores e sobe a mais de cem o número de despedimentos de dirigentes e delegados sindicais ou membros de comissões de trabalhadores, desde Janeiro do corrente ano.

ESCRITÓRIOS DE LEIRIA: DEMISSÃO IMEDIATA — Por “ter demonstrado total incapacidade para resolver o problema do Contrato Colectivo de Trabalho”, um Plenário de trabalhadores de escritório e comércio do distrito de Leiria exige a “dissão imediata” da direcção do respectivo Sindicato e repudia a “política sindical desenvolvida pela direcção que mais não tem conseguido do que dividir e afastar a classe da vida do nosso Sindicato, o que só beneficia o patronato”.

METALÚRGICOS ACUSAM O MT DE TRAIR OS SEUS COMPROMISSOS — “Mais uma vez os responsáveis pelo Ministério do Trabalho traíram os seus compromissos perante os trabalhadores metalúrgicos portugueses. Depois da saída da PRT de Maio de 1977 para o sector metalúrgico e metalomecânico, a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos discordou do seu âmbito profissional porque deixava sem contratação alguns milhares de trabalhadores metalúrgicos dos sectores que não têm contratação específica. No entanto, os responsáveis por aquele Ministério, em Maio de 1977, comprometeram-se dizendo que no prazo de um mês estaria elaborada uma PRT para esses trabalhadores. Afinal que fizeram aqueles senhores? Nada!” — afirma aquela Federação Sindical acrescentando que, por várias vezes, solicitou “entrevistas e exigiu que os responsáveis do Ministério do Trabalho cumprissem com os seus compromissos”. Será que os metalúrgicos desses sectores (sem contratação específica), “ao fim de 28 meses, não têm direito a aumentos salariais e a repor o seu poder de compra, absorvido pelo constante aumento do custo de vida?” — pergunta a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos.

REUNIÕES DA FUNÇÃO PÚBLICA — O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul, segundo uma convocatória recente, realizou reuniões em 16 cidades e vilas do sul do País, no último sábado, para tratar sobretudo da proposta reivindicativa salarial. Hoje, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, aquela Sindicato realiza, pelas 20 horas, uma assembleia geral com “informações e questão salarial e lei de bases” na ordem de trabalhos. No Norte, para efeito idêntico, o Sindicato da Função Pública convocou, por seu turno, assembleias gerais extra-ordinárias, para depois de amanhã, 19, no Porto, Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real.

REIVINDICAÇÕES NA J. PIMENTA — Um caderno reivindicativo, aprovado em plenário da empresa, deverá ser negociado até ao próximo dia 20, anuncia a CT e os Sindicatos da J. Pimenta. Entre as reivindicações, reclama-se do Governo a revogação imediata da suspensão da CT e a nomeação de uma comissão administrativa “competente e responsável”.

CONTRA O AUMENTO NOS TRANSPORTES — O Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa protesta contra o anunciado aumento das tarifas, previsto para o próximo ano, e pergunta se “serão os trabalhadores, mais uma vez, a pagar o preço da política económica deste Governo, num capítulo tão essencial como o dos transportes”.

VITÓRIA DA UNIDADE EM AVEIRO — Por larga margem de votos (287 contra 86) os trabalhadores elegeram, em Aveiro, a lista unitária para o Sindicato dos Rodoviários do distrito.

Como tem sucedido por todo o País, esta eleição sindical é mais uma prova, entre centenas, da adesão dos trabalhadores aos princípios da unidade, independência, liberdade e democracia sindicais, bem como do empenho que põem na sua aplicação prática em defesa dos seus interesses e direitos constitucionais.

As direcções da confiança dos trabalhadores, à frente de sindicatos fortes e independentes, contribuem para o reforço do Movimento Sindical, para o alargamento das suas fileiras e para a sua intervenção eficaz nas lutas e tarefas que interessam a todos os trabalhadores portugueses.

NAS DESINTERVENCIONADAS A DISPOSIÇÃO É DE LUTA

Nove empresas revelam, em conferência de imprensa, o ambiente de repressão que tenta corroer os esforços dos trabalhadores e desarmar a sua luta. O Secretariado das Empresas Intervencionadas acusa o Governo como principal responsável pela situação e apoia a manifestação do dia 19.

Metalúrgica Duarte Ferreira (MDF), J. Pimenta, Mundet (Sanimar), Pablos, Copam, Joaquim Francisco dos Santos (JFS), Luis Pedro Mendonça (LPM) e Mármores Condado são empresas de vulto na vida económica do nosso país. Todas elas foram, ou são ainda, de forma visível e comprovada em números fiéis, têm hoje incorporado um capital humano exemplar: o esforço de anos de trabalho e sacrifícios sem conta por parte dos seus trabalhadores, obrigados pelas circunstâncias a assumir a maior parte das responsabilidades na sua gestão. Esse capital humano foi desprezado pelo Governo PS que resolveu premiar os antigos patrões, uns sabotadores, outros tráfugas, que usaram as armas que tinham contra a Revolução de Abril. Hoje, em luta ainda pelos seus direitos, os trabalhadores verificam que essas empresas e muitas outras estão sob um processo comum: os despedimentos e a repressão. E a recuperação económica ganhou com isso? Perdeu. Quem ganhou foi a recuperação capitalista, que nada tem a ver com os interesses nacionais.

Na Joaquim Francisco dos Santos, com os patrões de volta, a vida interna da empresa foi alterada. Há trabalhadores perseguidos. Há houve 2 despedimentos e 5 suspensões. Um advogado, posto em lugar de chefia pela administração, recusa-se a receber a CT e o Conselho Técnico Coordenador.

Na Pablos, declarada falida pelo Governo, foram para

o desemprego 570 trabalhadores. Há uma proposta de readmissão de 450 numa nova Pablos transformada em empresa mista (Estado-capital privado). As readmissões decorreriam até 30 de Junho do próximo ano. Na Mundet, com novo gestor nomeado pelo Governo, os trabalhadores recusaram um outro enviado pelos ex-patrões. Na prática, a empresa continua intervencionada. No dia em que se realizava a conferência de imprensa, a última terça-feira, os trabalhadores da Mundet completavam 45 dias de resistência à decisão ilegal do Governo. Brevemente, trarão a público mais números sobre a gestão da CT-CA, que desmentem por completo afirmações do Ministério da Indústria e Tecnologia.

Na Luis Pedro Mendonça, desintervencionada, a greve mantém-se. Os trabalhadores suspensos 7 tentam entrar na empresa, são detidos. Os contactos com o MIT prosseguem. Os trabalhadores propõem a transformação da empresa numa cooperativa.

Na Metalúrgica Duarte Ferreira, intervencionada com nova comissão administrativa, os trabalhadores têm mantido uma luta exemplar, obrigando o MIT e o Governo a um recuo. Há dias, no Tramagal, os 2000 trabalhadores saíram para a rua, recusando as propostas do Governo que se resumem a despedimentos. O projecto de reconversão apresentado pelos trabalhadores continua válido e a sua importância para a economia nacional ainda não foi

desmentida por ninguém. O próprio Governo reconhece a sua validade. A MDF já deu provas mais que suficientes de poder subsistir com todos os seus trabalhadores, contribuindo decisivamente para a recuperação económica do nosso país.

Na Mármores do Condado é o abandono. Os trabalhadores da maior empresa do ramo e uma das maiores da Europa encontram fechadas as portas do MIT. O ministro ou quem ele manda, recusa-se a recebê-los. Até agora, o Governo não substituiu o gestor que lá estava por parte do Estado.

Na Copam, desintervencionada, o Governo sempre recusou o diálogo. Hoje, com a empresa entregue ao patrão e aos seus “mercenários” (um deles em lugar de chefia) há 6 trabalhadores despedidos (da CT e delegados sindicais), 16 suspensos e 4 ameaçados de despedimento. O ambiente é de repressão.

Na Sanimar, o Governo não cumpre sequer o despacho de desintervenção. Há despedimentos e suspensões. Processos em tribunal. A repressão cresce diariamente. Os trabalhadores estão proibidos de falar. O patrão manda fechar as casas-de-banho das operárias. É encerrado o refeitório. Por último e para ficarmos apenas pelos casos tratados na conferência de imprensa, temos a J. Pimenta onde os trabalhadores continuam a resistir à repressão, enquanto a situação da empresa se vai deteriorando, com a CA tentando dividir os 2 mil trabalhadores com promessas de aumento de salários apenas para alguns deles. A disposição de luta mantém-se, como se mantém nas outras empresas que a recuperação capitalista tenta recuperar para o bolso dos patrões e do grande capital que, depois das intervenções, lança os olhos para as nacionalizações que a Constituição consagra como irreversíveis.

111 COMISSÕES DE TRABALHADORES REUNIDAS NO PORTO EXIGEM DESCONGELAMENTO DE SALÁRIOS

Reunidas nas instalações do Sindicato dos Ferrovieiros, durante a manhã e tarde do último sábado, 111 Comissões de Trabalhadores presentes no encontro de CTs da região do Porto formularam importantes reivindicações, decidiram melhorar a sua organização e coordenação e apoiaram a manifestação que se realiza amanhã, pelas 19 horas, na Praça do general Humberto Delgado, por iniciativa de numerosos Sindicatos e da União dos Sindicatos do Porto.

Nas conclusões da reunião, aprovadas por unanimidade, é reivindicado o descon-

gelamento dos salários e a contenção dos preços; a garantia do direito ao trabalho e a segurança do emprego; é exigida a revogação da lei dos despedimentos, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a reintegração dos activistas ilegalmente despedidos; e a adopção de uma política económica que vise a criação de novos postos de trabalho.

Nas conclusões da reunião são vivamente condenadas a devolução de numerosas empresas intervencionadas aos sabotadores e o projecto

pretendem violar aqueles direitos.

No capítulo da organização foi tomada pelos presentes uma importante resolução relativamente à constituição de uma comissão permanente do Encontro das Comissões de Trabalhadores da região do Porto. Esta nova estrutura tem como principais objectivos a realização de um grande encontro das CTs do Norte, a dinamização das CTs visando a revisão da lei das comissões de trabalhadores, bem como o incentivo e dinamização da formação de estruturas de coordenação das CTs por ramo de actividade.

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

TEMOS DE RESPONDER, NO CAMPO POLÍTICO E IDEOLÓGICO, A TODAS AS QUESTÕES QUE SE COLOCAM ÀS MASSAS POPULARES, AOS TRABALHADORES E AO PAÍS



MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

A questão principal da nossa época é a passagem do capitalismo ao socialismo. Essa passagem realiza-se no decorrer de uma dura luta de classes, em que o papel decisivo cabe à classe operária internacional e à sua vanguarda combativa: o Partido Comunista. Grandes vitórias foram alcançadas: um terço da humanidade libertou-se do jugo do imperialismo; desmoronou-se o sistema

- SUPRIMIR TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E DESIGUALDADE
- ASSEGURAR A PROSPERIDADE E A PAZ PARA OS POVOS
- CONSEGUIR QUE O SOCIALISMO TRIUNFE EM TODO O MUNDO

colonial do imperialismo; a correlação de forças no mundo alterou-se em favor do socialismo.

Mas os comunistas têm ainda tarefas muito complexas e difíceis para cumprir. Têm de enfrentar inimigos fortes e experimentados: o capitalismo monopolista de Estado, o imperialismo. Isso exige que os comunistas aperfeiçoem constantemente a sua estratégia e a sua tática, que utilizem com justeza as diferentes formas de luta, que organizem e dirijam de forma acertada o combate da classe operária e dos trabalhadores. A luz destas tarefas, adquire especial importância para os comunistas o estudo da experiência do movimento comunista internacional

para a elaboração de uma estratégia e de uma tática acertadas.

Este livro vem precisamente sintetizar experiências que é importante conhecer esclarecendo questões actuais do Movimento Comunista e Operário e do processo revolucionário mundial. Reveste-se de enorme importância porque pode ajudar os comunistas e todos os trabalhadores conscientes a compreender melhor as questões nacionais e internacionais.

Depois de uma leitura atenta e cuidadosa poderá, porventura, permitir a aplicação, não de forma mecânica mas criadora, de ensinamentos e experiências que transmite.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA LUTA DE CLASSES DO PROLETARIADO NAS CONDIÇÕES DA CRISE GERAL DO CAPITALISMO

oprimida e explorada sem piedade. A experiência da luta de classes demonstrou aos proletários dos diversos países que tinham um objectivo comum: o derrubamento dos exploradores e a passagem ao socialismo; um meio comum de consegui-lo: a luta revolucionária consequente contra as classes dominantes; uma fonte de força comum: a organização; uma ideologia comum: o marxismo-leninismo; uma condição comum para alcançar a vitória: a solidariedade internacional.

A Internacional Comunista ocupa um lugar de destaque na história do movimento revolucionário internacional da classe operária. A sua experiência, depurada das estratificações e erros, juntamente com as suas tradições revolucionárias, é património do movimento comunista mundial e de todas as forças revolucionárias. Esta experiência e estas tradições servem até agora aos partidos comunistas na sua luta pela paz, pela democracia, pela independência nacional e pelo socialismo.

A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA ALCANÇA-SE COM OS TRABALHADORES

Este debate construtivo e esta procura de soluções continuam a impor-se.

Por isso, este livro continua a ser um elemento de consulta obrigatória para todos os que estão

verdadeiramente empenhados, não só na recuperação económica do nosso País, mas também na construção de um Portugal livre e independente, a caminho do socialismo.

FEPU propõe IMPLANTAÇÃO DAS REGIÕES DURANTE O PRÓXIMO ANO

A criação das Regiões é essencial à construção do Estado Democrático, porque sem elas não está completo o edifício institucional previsto na Constituição — afirma um comunicado da Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da FEPU que, em recente reunião, definiu como objectivo a prosseguir nos próximos meses a instituição das Regiões Administrativas, conforme estabelecem os Artigos 257.º e seguintes da Constituição da República.

O comunicado da FEPU salienta que a criação das Regiões é fundamental à racionalização da Administração Pública, porque permite a uniformização da área dos serviços periféricos dos vários ministérios (hoje muito diversas), assim como a correcta distribuição de funções entre o poder central, as regiões, os concelhos e as freguesias.

Desta forma se garantirá — prossegue a FEPU — a eficácia da gestão, o conhecimento dos problemas concretos e a participação das populações, dentro de critérios de descentralização e desconcentração referidos no Artigo 268.º da Constituição.

A criação das Regiões — sublinha-se favorece ain-

da o equilíbrio e a unidade do Estado, porque permite a elevação do poder central acima das Regiões Administrativas do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, representando por outro lado um factor favorável à autonomia municipal, na medida em que se evitará a transferência para o poder central de funções que têm de ser exercidas a nível supramunicipal por carência de meios ou pela necessidade de harmonizar interesses de vários concelhos, na medida em que a tutela administrativa dos municípios será exercida no essencial pelas Regiões e, na medida em que os próprios municípios participarão, de harmonia com o Artigo 259.º da

Constituição, nas próprias Assembleias Regionais.

Defendendo a prossecução de tais objectivos, a Comissão Coordenadora da FEPU considera urgente a definição pela Assembleia da República, da área, caracterização, descrição de funções e data das eleições regionais, bem como ser da maior vantagem que essa definição seja feita de molde a permitir a implantação das Regiões Administrativas durante o próximo ano.

Ao tomar esta posição, a Comissão Coordenadora da Frente Eleitoral Povo Unido apela aos eleitos dos órgãos de poder local, às organizações populares, aos cidadãos, às forças democráticas para que promovam um amplo debate público sobre estas questões que conduza à concretização, no mais curto prazo, do objectivo patriótico que representa a criação das Regiões Administrativas, em conformidade com os imperativos constitucionais.

CÂMARA DO PORTO MANTÉM DECISÃO ANTICONSTITUCIONAL

Continuando a desenvolver todos os esforços para pôr cobro à situação de ilegalidade e de afrontamento às liberdades democráticas que existe na cidade do Porto, a DORN do PCP destacou os camaradas Armando Nogueira e Henrique Sousa para se encontrarem com o comandante da PSP do Porto e com o presidente da Câmara Municipal, principal responsável pela decisão tomada pela maioria da vereação, de continuar a ser aplicada uma portaria fascista.

Nun comunicado divulgado a propósito, a DORN afirma que o presidente da Câmara se declarou pouco aberto ao diálogo e à troca de opiniões e de pontos de vista sobre a referida portaria, defendendo a manutenção da decisão ilegal e anticonstitucional da Câmara e afirmando o surpreendentemente que esta se deve manter alheia à setença do tribunal!

O presidente da Câmara, prossegue o comunicado, assumiu uma pesada responsabilidade na repressão que se tem vindo a verificar na cidade do Porto, mostrando-se assim conscientemente colaborante com a política da restrição às liberdades democráticas que tem acompanhado crescentemente a política antipovo do Governo PS, aliado de facto ao PPD e ao CDS.

O comunicado denuncia e lamenta a demagogia do presidente da CMP, que quer fazer acreditar que a acção repressiva dirigida contra certa propaganda (do PCP, do movimento sindical, das associações populares) e não contra outra (veja-se a propaganda do MRPN, PS, CDS, etc.), tem puros objectivos higienizantes, chegando mesmo ao ponto de querer atribuir a responsabilidade dos lixos da cidade ao vereador da FEPU (comunista) apenas porque está numa comissão de limpeza — comissão que nunca foi consultada e que, até agora, só interessou citar para cobrir medidas fascizantes, retrógradas, repontes e próprias de pequenos ditadores que julgam possível actuar alheios à Constituição, à legalidade e ao poder judicial.

Esta situação, segundo a DORN, empurra a condição da PSP a uma situação repressiva de natureza política que tem criado um ambiente de descontentamento e de desagrado na maioria dos elementos da PSP.

Recordando que o PCP sempre tem em relação às autarquias o entendimento na base da necessidade dum esforço comum para a resolução dos problemas da cidade, esforçando-se por vencer

barreiras sectárias, ultrapassar partidarismos estreitos e divisões estereótipos, movido pela consciência da necessidade e da urgência das Câmaras e das autarquias responderem e resolverem os afilividos problemas das populações, o comunicado alerta para o facto da decisão da maioria da Câmara Municipal do Porto e das posições do seu presidente (PS) conduzirem inevitavelmente a situações de ruptura e conflito que não prestariam aquele órgão autárquico, tornando extremamente difícil a criação de um clima de trabalho virado para a resolução dos enormes problemas da população.

Fazendo notar que alguns eleitos para a CMP se estão a servir dela para levar a cabo uma política repressiva, reacção e fascizante, a DORN chama a atenção de todos os trabalhadores, de todos os democratas e antifascistas, para o facto de estas restrições às liberdades democráticas serem acompanhadas pelo recrudescimento das actividades fascistas na cidade do Porto.

Ao reafirmar que continuará a desenvolver todos os seus esforços para que a Câmara Municipal do Porto não seja desviada dos seus objectivos e utilizada para fins partidários e repressivos, a DORN do PCP apela à unidade de todas as forças antifascistas pela defesa das liberdades e da Constituição, convidando todos os trabalhadores e todos os democratas para que desmascarem insistentemente a acção anticonstitucional, de espudoradamente antidemocrática, perigosamente criminosa e fascizante da maioria da CMP, a qual incita, estimula e de facto protege o desenvolvimento das actividades fascistas.

ELEITOS DA FEPU EXIGEM REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE

Entretanto, durante uma conferência de Imprensa, no último sábado, elementos eleitos pela FEPU para a Câmara e Assembleia Municipal do Porto

divulgaram uma tomada de posição colectiva recordando que, quer em sessões informais, quer em sessões públicas, sempre manifestaram o seu desacordo e o seu protesto relativamente à deliberação adoptada, em 14 de Julho p.p. pela maioria da vereação, interpondo simultaneamente um recurso para a Auditoria Administrativa que corre os seus trâmites.

Mais tarde, perante a decisão do Tribunal Municipal do Porto, os vereadores eleitos pela FEPU levantaram novamente a discussão na CMP, esperando que esta, à luz dos novos elementos existentes, repensasse a sua decisão e se colocasse, de novo, dentro da legalidade, suspendendo a deliberação. Estranhamente, a Câmara, por onze votos contra dois, deliberou manter a decisão.

Realçando que os problemas da limpeza e higiene da cidade nada têm a ver com a propaganda política, mas sim com o lixo, os detritos e as montureiras que se acumulam nas ruas, os eleitos da FEPU denunciaram que a deliberação visa, de facto, reprimir a propaganda política que se ergue contra as medidas antipovo e antipovo do Governo PS aliado à direita. Mais adiante salientam — que a maioria dos elementos da vereação persiste na criação de um ambiente de confrontação e conflito, trazendo à discussão problemas claramente fora da competência da Câmara, como se verificou na última sessão, quando os representantes do PPD propuseram uma moção de homenagem pública ao brigadeiro Pires Veloso, aprovada por sete votos, contra três e três abstenções, que exprimem bem a divisão que a proposta originou.

Entretanto os eleitos da FEPU, repudiando a utilização da Câmara para fins políticos partidários alheios aos verdadeiros problemas que afectam a população do Porto, reafirmam o seu propósito de procurar, através do diálogo e da cooperação a solução para problemas.

AUTARQUIAS DE NORTE A SUL

Que legalidade?

O 1.º secretário da Assembleia da Freguesia de Riba de Ave (CDS), a exercer as funções de presidente por impedimento deste, recusou, sem qualquer fundamento plausível, a convocação duma sessão extraordinária da Assembleia, que lhe havia sido requerida por um terço dos seus membros, cometendo assim uma grave ilegalidade.

Deste flagrante desrespeito pela lei e pelo regimento interno da Assembleia foi dado conta às instâncias competentes.

Mais uma prova da «democracia» daquele «democrático» partido.

Atentado contra o desporto de massas

A Assembleia Municipal da Moita, reunida no passado dia 10, aprovou por unanimidade uma moção de protesto contra o despacho 203/77 das Secretarias de Estado da Administração e Equipamento Escolar e da Juventude e Desportos, que determina o pagamento de taxas de utilização das instalações ginnodesportivas escolares.

Segundo o referido despacho, que utiliza o pavilhão de Moradores da Baixa da Banheira, que utiliza o pavilhão da escola preparatória daquela localidade, teria de passar a suportar o encargo de 13000\$00 mensais!

Fundamentando a sua moção de protesto, a Assembleia Municipal da Moita salienta que o referido despacho não promove a dinamização do desporto e muito menos a massificação desportiva, pois haverá poucas pessoas colectivas no nosso País que possam suportar tais encargos sem a ajuda financeira das autarquias locais.

Assembleia Municipal de Torres Novas prorroga prazo de obras

Por proposta do presidente da Junta de Freguesia de Ribeira Branca, a Assembleia Municipal de Torres Novas decidiu prorrogar por mais três meses (até Março de 1978) o prazo para a conclusão das obras a cargo das Juntas de Freguesia decorrentes da atribuição da verba de oito mil contos por parte da Câmara Municipal.

De acordo com uma deliberação anterior, as Juntas deveriam gastar a parte que lhes competia daquela verba até ao final do ano em curso; acontece porém que, devido à falta de definição das fórmulas de pagamento, a maioria delas não se aventurou a iniciar obras de maior vulto. Com a aprovação de um Orçamento Suplementar (por unanimidade) ficou resolvido o impasse, podendo agora as Juntas efectuar as obras de que as Freguesias tanto necessitam.

Os frutos do trabalho unitário

Por iniciativa dos moradores de Mira-Sin a foram recentemente colocados naquela localidade da freguesia de Aguialva-Cacém, oito abrigos em paragens de autocarro.

No projecto da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres previa-se apenas a construção de quatro, daqueles abrigos, para o que foi cedida a verba de 96 contos. Contudo, graças ao trabalho voluntário de operários da «Sorefame» residentes na localidade, foi possível duplicar as previsões. Espera-se agora que a DGGT entregue a restante verba prometida — 160 contos — para a montagem dos vidros nos abrigos.

Um bom exemplo do que a iniciativa popular e o trabalho voluntário podem conseguir.

Plenário da FEPU em Évora

Prosseguindo a preparação do seu Encontro Regional, realizou-se em Évora, no passado fim-de-semana, mais um plenário da FEPU. Os trabalhos foram preenchidos pela análise e discussão da lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais, já aprovada e que entrará este mês em vigor.

Manifestando o seu repúdio pela ofensiva desencadeada pelo MAP contra a Reforma Agrária, os participantes no plenário decidiram manifestar o seu apoio aos trabalhadores agrícolas e solidarizar-se com a sua luta pela defesa duma das mais importantes conquistas de Abril.

Os trabalhos preparatórios do Encontro continuam hoje, em Évora, onde se realiza novo plenário da FEPU.

DELEGAÇÃO DO PCP VISITOU A ROMÉNIA

A convite do Comité Central do Partido Comunista Romeno visitou recentemente a Roménia uma delegação de estudo do PCP sobre Autarquias Locais.

Durante a sua estadia na Roménia, a delegação do PCP composta por António de Jesus Figueira Mendes, presidente da Câmara de Grândola, Eufrazio Filipe Garcez José, presidente da Câmara do Seixal, José Augusto Pomba Cupido, presidente da Câmara de Alcácer do Sal, Ezequiel Lino, presidente da Câmara de Sesimbra, José Raposo Nobre, presidente da Câmara de Santiago do Cacém.

A delegação visitou as regiões de Bucareste, Galati, Yasi, e Brasov, tendo tido contactos com os responsáveis da cidade e da região e trocado informações sobre questões de administração local nomeadamente no campo da urbanização, saúde, educação, desporto.

A delegação do PCP foi recebida pelo camarada Iosif Uglar, membro do Comité Político Executivo e Secretário do CC do PCR (e presidente do Comité para os conselhos populares) e teve contactos com a camarada Ghizela Vass, membro do CC e vice-chefe da Secção Internacional do CC do PCR.

PARALISAÇÃO NA MADEIRA

Cerca de 400 trabalhadores entre o meio militar que conta a empresa de construção civil, José Carlos, do Funchal, concentraram-se, na última segunda-feira, em frente à sede do Governo regional, exigindo o pagamento de salários em atraso e o subsídio de férias do ano passado.

Dispersos por várias obras, os trabalhadores paralisaram entre as 10 e as 15 horas daquele dia.

A situação no sector é de crise generalizada. A empresa José Carlos deve milhares de contos à banca. Noutras empresas, há despedimentos para não ser pago o 13.º mês. A nova legislação antioperaia facilita o desemprego no sector onde escasseiam os materiais de construção.

Empresas como a Balfier e José António Gomes despedem trabalhadores, prometendo readmiti-los em Janeiro.

Entretanto, os trabalhadores melhoraram a sua organização sindical e ganham consciência de quem está a seu lado na defesa dos seus direitos e interesses. A recente eleição de uma lista unitária para a direcção do Sindicato da Construção Civil veio aumentar as possibilidades de luta e alargar a influência do Movimento Sindical na resistência organizada ao capitalismo.

A SAÍDA DA CRISE

Pela primeira vez, no nosso País, os problemas da economia nacional foram discutidos à escala de massas, pelos próprios trabalhadores, por aqueles que estão directamente ligados à produção. Os documentos aqui reunidos foram, portanto, o produto de um amplo debate e de um grande trabalho colectivo, testemunho da capacidade da classe operária e das massas trabalhadoras, no sentido de estudarem os problemas da vida nacional e contribuírem activamente para encontrar a forma de os resolver. No entanto, o debate nacional não se esgotou nesta Conferência.

DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA
R. PEDRO NUNES, 9-A - LISBOA-1

NOTA DE ENCOMENDA

NOME
MORADA
LOCALIDADE

DESEJO RECEBER OS SEGUINTE LIVROS

N.º Ex.º	TÍTULOS	PREÇO
	O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL	90\$00
	A INTERNACIONAL COMUNISTA VOLUME 1	50\$00
	VOLUME 2	40\$00
	VOLUME 3	75\$00
	A SAÍDA DA CRISE	60\$00

PARA O RESPECTIVO PAGAMENTO ENVIE ESC.\$00 EM CHEQUE N.º VALE DE CORREIO N.º SOBRE BANCO/ESTAÇÃO DE CORREIO

finalmente em português

tradução rigorosa

OBRAS ESCOLHIDAS de LÉNINE

3 volumes

AVENDA
O 1.º VOLUME
776 PÁGINAS
250\$00

o primeiro
volume
comprende as obras de Lénine
no período que vai de 1897
a Setembro de 1916

PRINCIPAIS
OBRAS CONTIDAS NO TOMO 1

KARL MARX • FRIEDRICH ENGELS • AS TRÊS FONTES • AS TRÊS
PARTES CONSTITUTIVAS DO MARXISMO • QUE FAZER? • UM
PASSO EM FRENTE, DOIS PASSOS ATRÁS • QUATRO TÁCTICAS DA
SOCIAL-DEMOCRACIA NA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA • SOBRE
O DIREITO DAS NAÇÕES À AUTODETERMINAÇÃO • SOBRE
O IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR
DO CAPITALISMO

a presente edição
em três tomos
é uma tradução rigorosa
da edição russa de 1970
preparada pelo instituto
de marxismo-leninismo
anexo ao CC do PCUS

Nome
Morada
Localidade

Deixo receber o Volume 1 das obras escolhidas de Lénine. Para o
pagamento envio esc.\$00 em cheque

para CDS
Rua Pedro Nunes 9-A
Lisboa 1

a distribuição

Na Algot OS TRABALHADORES EXIGEM MEDIDAS DO GOVERNO

Os mil e cem trabalhadores da Algot Portuguesa, a maior empresa de vestuário instalada no país, encontram-se parados há doze dias, sem que se vislumbre uma tomada de posição adequada do Governo no sentido de pôr termo à disputa entre capitalistas estrangeiros e garantir os postos de trabalho e o reinício da laboração daquela unidade fabril das Fontainhas, Póvoa do Varzim.

Como salientavam dirigentes sindicais no decurso de uma conferência de Imprensa, realizada na última segunda-feira, no Porto, o caso Algot é típico. O Governo tem poder de decisão mas não actua: joga os trabalhadores de um gabinete para o outro.

Enquanto isto, a situação da empresa vai-se degradando progressivamente e é posto em causa o direito ao trabalho dos 1100 trabalhadores, a subsistência das suas famílias e de todos os que, de uma ou outra forma, estavam ligados à laboração da fábrica.

Como se sabe, na origem do processo esteve a declaração de falência da multinacional sueca, Algot Johanson, que detinha 60% do seu capital e comercializava a quase totalidade da produção. No Porto, o caso Algot é típico. O Governo tem poder de decisão mas não actua: joga os trabalhadores de um gabinete para o outro.

Os trabalhadores que, neste momento, se encontram ilegalmente inactivos, receberam integralmente o salário relativo ao

mês de Agosto e uma pequena percentagem dos últimos dois meses. Como foi denunciado aos jornalistas, na segunda-feira, esta situação é tanto mais grave, quanto é certo que a Secretaria de Estado da População e Emprego pôs à disposição da empresa cerca de 21 mil contos, para pagamento de salários correspondentes a quatro meses, que a Administração, com nitida intenção de criar um ambiente de pânico, se recusa a utilizar.

Na sequência de uma série significativa de exemplos elucidativos da passividade, inoperância e cumplicidade governamental, os dirigentes sindicais acusam o Governo de estar a pôr em prática uma política

intencional de desemprego, com manifesto desinteresse pelos legítimos direitos dos trabalhadores. Recorde-se que, pela sua posição e esforço, os governos sueco e finlandês conseguiram resolver satisfatoriamente os interesses dos trabalhadores da Algot Johanson e da filial instalada na Finlândia.

A hora do encerramento desta edição, vai realizar-se nas instalações da Algot Portuguesa, nas Fontainhas (Póvoa do Varzim) um plenário de trabalhadores durante o qual devem ser adoptadas medidas para forçar o Governo a assumir as suas responsabilidades e acatear os interesses da economia nacional.

ÂMBAR: A LUTA CONTINUA

Durante um plenário de trabalhadores do «Âmbar», convocado por iniciativa de vários sindicatos representados na empresa, foi aprovada uma moção de denúncia da chamada comissão sindical que mais não tem feito do que dar inteira cobertura às manobras repressivas do patronato para despedir 53 trabalhadores.

Os participantes na reunião, que decorreu nas instalações do Sindicato dos

dos

SEMANA INTERNACIONAL

PROPOSTAS CONCRETAS PARA UM CLIMA DE PAZ

Tomando a palavra no 60.º aniversário da Revolução de Outubro, Brejnev declarou: "Presentemente, propomos um passo radical: que todos os países terminem, simultaneamente, o fabrico da arma nuclear. Qualquer tipo dessa arma: atômica, hidrogénico ou neutrónico, bombas ou obuses. Paralelamente, as potências nucleares poder-se-iam comprometer a iniciar a redução gradual das reservas já acumuladas dessa arma, avançando até à sua total liquidação".

Uma proposta muito concreta, que reflecte bem o carácter intrinsecamente pacífico do socialismo, e que é difícil ignorar, dado o peso da opinião pública internacional, que naturalmente anseia pela paz.

Entretanto, a reacção do mundo do capital foi vaga, ainda que não negativa. Salientou-se a tentativa de Carter para apresentar a proposta soviética como uma concordância com propostas que os EUA teriam já avançado, dentro do esforço da Casa Branca para surgir como campeão da paz, da justiça, da liberdade, enfim, de todos os valores caros aos povos do mundo.

A nova proposta soviética vem alinhar com as outras — múltiplas — que têm vindo a ser avançadas pela URSS nos últimos meses. Para já sem concretização, sem que um profundo debate as venha animar. Mas propostas sólidas, claras, a desmentir as calúnias da "ameaça soviética", propostas que correspondem às necessidades e problemas da nossa época e que, quer se queira quer não, não é possível ignorar.

Prossiguem entretanto, entre os Estados Unidos e a URSS, os contactos destinados à elaboração de um novo acordo Salt-2, sobre limitação de armas estratégicas. As negociações do Gromyko com o presidente Carter e com Vance, deram algum impulso às relações bilaterais entre os dois países, nomeadamente no que respeita à conclusão de um novo acordo sobre a limitação de armamentos estratégicos.

Anatoly Dobrynin, embaixador soviético em Washington, declarou recentemente estar-se próximo de um acordo de controlo dos armamentos, que poderá ocorrer até ao fim deste ano — o que constituiria um grande passo em frente no caminho do desanuviamento.

Entretanto, e a despeito destes contactos, os Estados Unidos continuam a acelerar a corrida aos armamentos, aumentando os seus arsenais, com vista a frustrarem as negociações em curso. O Congresso americano atribuiu três milhões de dólares aos Departamentos de Defesa e Energia dos Estados Unidos, verba tão colossais que só pode ser explicada com o desenvolvimento das mais modernas armas de destruição massiva, nomeadamente a bomba de neutrões, o míssil estratégico móvel MX e o bombardeiro FB-111.

Participando embora em encontros e negociações, num momento em que parecia estar a ser dado um pequeno passo na melhoria das relações entre os Estados Unidos e a URSS, particularmente importantes no equilíbrio internacional, Washington prossegue o caminho da guerra furtando-se aos esforços de paz avançados pela comunidade socialista. Isto é verdade em relação às negociações Salt, como em relação a Belgrado, onde se insiste na chamada questão dos "direitos humanos", com a adequada resposta dos países socialistas, com a verdade no Médio Oriente, para onde prosseguem os fornecimentos massivos de armas, comprometendo as propostas soviéticas de limitação de vendas de armamento. Significa que o realismo político, que tem que encerrar a limitação de armas e o desarmamento como uma necessidade da nossa época, é fortemente pressionado e frequentemente ultrapassado pelas forças belicistas, que encarnam o carácter real do imperialismo.

No dia 8 de Julho, discursando perante os chefes das representações diplomáticas em Moscovo, Brejnev exprimiu a certeza de que "a humanidade poderá entrar no século XXI num clima de paz, mais forte do que nunca". Esta afirmação corresponde à política da URSS, à política do socialismo, a uma necessidade objectiva da nossa época, à vontade das grandes massas trabalhadoras de todo o mundo.

Por parte da União Soviética e de toda a comunidade socialista, as palavras correspondem aos actos, a propostas concretas, a uma luta tenaz no caminho do desanuviamento, do desarmamento, da multiplicação de contactos e relações entre todos os países. Da parte dos Estados Unidos e dos outros países capitalistas, não podemos dizer o mesmo. Hoje, de Washington a Bona, todos têm a boca cheia da palavra paz. O que não impede o estudo e criação de novas armas, a sua venda para os centros de tensão, o reforço do material bélico.

Apesar disso, dão-se novos passos em frente. O imperialismo não se pode furtar à dinâmica de uma época em que perde progressivamente o seu campo de manobra. A influência do socialismo e das forças progressistas internacionais é crescente. As recentes propostas soviéticas são um novo contributo para que a paz esteja mais próxima e as palavras citadas de Brejnev possam ser uma realidade.

Médio Oriente:

O CAMINHO DA PAZ PASSA POR GENEVRA

Aviões israelitas bombardearam há dias, num raio de 12 quilómetros, a região da cidade portuária de Tiro, no Sul do Líbano. Centenas de mortos e feridos, diversas aldeias completamente arrasadas, é o saldo do criminoso raid. 80% das vítimas foram civis. Poucos dias depois, aviões israelitas voltaram a bombardear as regiões ao sul do Líbano.

Enquanto a aviação israelita mata centenas de libaneses e palestinos no sul do Líbano o que, de acordo com um porta-voz da Organização de Libertação da Palestina (OLP), «representa uma escalada da tática de Israel para afastar a população das localidades do sul do Líbano como prelúdio para uma anexação da área», Israel continua a tentar apresentar-se como empenhado na paz na região e numa solução do problema do Médio Oriente.

Aliás, quer entre os países e povos dessa zona, quer em qualquer outra parte do mundo — ninguém se declara não interessado na conquista da paz e de uma solução para os problemas da zona. Pareceria assim que os caminhos para a definitiva liquidação deste foco de tensão estariam amplamente abertos. Bastaria trilhá-los com um pouco de boa vontade.

Como sabemos não é esta a realidade na zona.

A solução do problema do Médio Oriente passa pela retirada de todas as forças israelitas dos territórios árabes ocupados em 1967, a satisfação dos legítimos direitos do povo árabe da Palestina, nomeadamente o seu direito à formação do seu próprio Estado independente, a garantia do direito de todos os Estados da região a um desenvolvimento independente e à segurança. Todas estas questões deverão ser examinadas em bloco na Conferência de Genebra, com a participação, em pé de igualdade, de todas as partes interessadas, o que naturalmente inclui a OLP, como legítimo representante do povo árabe da Palestina. Esta a posição defendida por todas as forças

progressistas árabes, pela União Soviética, pelo Partido Comunista de Israel, pelas forças progressistas mundiais.

AS PALAVRAS E OS ACTOS

A 2 de Outubro, a União Soviética e os Estados Unidos — copresidentes da Conferência de Genebra — assinaram uma declaração sobre o Médio Oriente em que, no fundamental, se acordava em empenhar esforços para a paz na zona, com base na solução global do problema e a participação de todas as partes. Que se passou entretanto, já após a assinatura desta declaração?

Foi elaborado um «documento de trabalho», entre os Estados Unidos e Israel, em que só é aceite a representação de «uma delegação árabe única», em que a OLP não estaria representada como tal.

Por outro lado, Menahem Begin endereçou uma «mensagem» ao povo egípcio, dizendo-se pronto a aceitar um acordo de paz, e a proposta de Sadat de um encontro em Jerusalém. Nessa «mensagem», Begin refere entretanto, como inaceitáveis, a retirada israelita da totalidade dos territórios ocupados e a criação de um Estado palestino. Ou seja, recusa todos os caminhos para a solução do problema do Médio Oriente. Sendo assim, qual a utilidade dos contactos?

A resposta, ainda que ambigua, é-nos dada por Carter, ao afirmar: «Fiquei satisfeito com as declarações de Sadat, quando

o presidente egípcio disse estar disposto a ir directamente a Israel. Espero que a Jordânia, a Síria e o Líbano tenham respostas semelhantes». Assim teria concretizado o objectivo de Tel-Aviv, como aliás de Washington, que coexistem na elaboração de acordos separados com diversos países árabes, fora do quadro de uma discussão global do problema do Médio Oriente, evitando Genebra e a questão palestina.

Entretanto, os EUA prosseguem com o seu auxílio a Israel, tendo sido assinada uma lei de assistência em que é atribuído um bilião e 800 mil dólares a este país.

A tudo isto há que somar as agressões ao Sul do Líbano que culminaram com a acção criminosa na zona de Tiro, o prosseguimento da implantação de novos colonatos em territórios ocupados.

Na sua recente «mensagem» ao povo egípcio, Begin disse: «Não nos limitemos a fazer a paz. Entremos também no caminho da amizade, da cooperação sincera e produtiva. Podemos ajudar-nos uns aos outros. Podemos tornar melhor, mais fácil e mais feliz a vida das nossas nações». Isto numa intervenção sem uma única referência a Genebra, e enquanto aviões israelitas bombardeavam o Líbano.

UMA «PAZ» IMPOSSÍVEL

No clima de tensão que é uma constante no Médio Oriente, resalta o confronto de dois conceitos opostos de paz. A paz que acenta na justa solução dos problemas levantados pela agressão israelita, que passa pela

retirada das tropas ocupantes e a constituição de uma pátria palestina. A paz para que Genebra é um degrau necessário e que não poderá ser concluída sem a participação de todas as forças interessadas. E essa outra «paz», defendida por Begin, apoiada activamente por Washington, que sacrifica o direito a uma pátria do povo palestino, que ratifica a prática do colonialismo, concretizada através da implantação de colonatos, que cobre a repressão contra os trabalhadores árabes em Israel e contra todos os que se ergam contra a política antipopular do governo de Tel-Aviv, que se baseia na desunião entre os vários países árabes. Uma paz que acenaria em negociações separadas, com os dirigentes do mundo árabe que a isso se sujeitassem, na pressão da força militar, e na da repressão interna.

A «paz» de Begin não é possível. Por que não é «paz». Porque deixa insolúveis todos os problemas do Médio Oriente, mesmo quando demagogicamente diz dar-lhes resposta.

Por isso, e a despeito de todos os obstáculos levantados, Genebra continua a ser a única perspectiva, que não foi e não é possível ignorar. Por isso, e a despeito do «documento de trabalho» entre os EUA e Israel, a despeito da disposição de dirigentes do mundo árabe de alinharem, desta ou daquela forma, no jogo de Israel, a declaração assinada entre os Estados Unidos e a URSS não perdeu nada da sua importância inicial. A sua assinatura, em si, constitui já uma vitória. A declaração é apoiada pela OLP como uma base mínima para se avançar para Genebra. Os esforços, para a enterrar, adulterando-a, não surtirão o efeito desejado.

A «paz» de Begin não existe. O único caminho aberto passa forçosamente por Genebra.

TRABALHADORES INGLESES CONTRA LIMITAÇÃO SALARIAL

Sucedem-se em Inglaterra as lutas dos trabalhadores assumindo uma forma superior: a greve.

Empenharam-se num movimento grevista os 43.000 bombeiros do país (a primeira greve em toda

ria), subsídios de deslocação e taxas de electricidade concessionárias. O jornal "Daily Mirror",

pregados civis, ameaçam efectuar paralisações por um aumento salarial. A fábrica de filmes Grunwick



A "democracia" inglesa resiste mal ao embate contra os trabalhadores

a sua existência), os bombeiros exigem um aumento salarial de 30 por cento. 4000 trabalhadores da energia encontram-se igualmente em greve, pedindo aumentos sala-

riais, subsídios de deslocação e taxas de electricidade concessionárias. O jornal "Daily Mirror",

pregados civis, ameaçam efectuar paralisações por um aumento salarial. A fábrica de filmes Grunwick

vel. Os 260 000 mineiros britânicos lutam por um aumento salarial de 30 por cento, sendo difícil ao governo ignorar o seu peso que, em 1974, contribuiu em grande parte para a queda do governo conservador de Edward Heath.

A vaga de greves que se regista na Grã-Bretanha tem fundamentos muito objectivos. Por um lado; assenta na constante deterioração das condições de vida, comum a todo o mundo capitalista, e que se sente com grande agudeza neste país. Por outro, representa o protesto popular contra a limitação de aumentos salariais a 10%, salvo casos particulares, ligados a sensíveis aumentos de produtividade.

A limitação dos aumentos salariais, ou mesmo o seu congelamento, insere-se numa prática corrente nos países capitalistas, faz parte de todos os «pactos sociais». Entretanto, e mesmo quando o «pacto» determina também limitações nos aumentos de preços, estes acabam de facto por ultrapassar os limites estabelecidos, quer porque tais limites se baseiam em cálculos à partida viciados, quer porque se pode sempre jogar na escassez de produtos essenciais e no comércio clandestino. As limitações salariais representam, assim, para os trabalhadores, uma acentuada deterioração das suas condições de vida.

No crescendo de lutas que abala a Inglaterra, é evidente que o governo não está interessado em dar qualquer resposta positiva aos problemas dos trabalhadores, a despeito de algumas declarações de boa vontade ou de cedências que se devem à pressão da luta. Vemos mesmo o recurso clássico à violência, à intervenção policial. A «democracia» inglesa resiste mal ao embate com os trabalhadores, deixando rapidamente esboar a capa liberal para surgir a essência de ditadura de classe, do poder da burguesia. Neste particular é elucidativo o caso da fábrica Grunwick, no norte da capital britânica, onde se pôde ver a «flea» política londrina a intervir brutalmente contra os piquetes de greve. O saldo é de 80 feridos, dez com fracturas de membros, 108 prisões. Vários manifestantes foram levados em macas. Os números falam por si.

Limitações salariais, deterioração das condições de vida, a violência repressiva contra os trabalhadores em luta contra tal política — factos que se repetem onde a «liberdade» que impera é a liberdade do capital.



Konstantine Zaródov A VIA PARA O SOCIALISMO

Nesta obra, Konstantine Zaródov expõe a essência e o conteúdo da luta revolucionária, os problemas da construção do socialismo e as perspectivas do processo revolucionário, detendo-se na análise das três forças revolucionárias principais do mundo actual: o sistema socialista mundial, e classes operárias dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.



A "Democracia" de Pinochet

O ditador Pinochet já fala em "democratizar". Em "democracia autoritária", mais exactamente. Segundo os seus planos, por volta dos anos 90. E mais: o Chile deverá voltar, progressivamente, ao Governo civil, nos próximos 15 anos.

Parece que, para o general fascista, já vão longe os tempos em que dizia que a "sua ditadura militar" governaria o país por muitos e muitos anos... Agora já se sente obrigado a falar em democracia (embora da bem "musculada", entenda-se) e aponta prazos.

Não há nada de estranho nesta "liberalização" do ditador e, muito menos, qualquer significado progressista dos sentimentos deste torcionário. Pinochet fala assim porque o isolamento a que chegou é quase total: os seus próprios aliados, com os Estados Unidos à cabeça, se vêem contrangidos a retirar-lhe apoio. De facto torna-se



cada vez mais insustentável dar a mão que segure uma das mais ferozes e sanguinárias ditaduras que o mundo conheceu.

Mas não é por autocrítica que até os Estados Unidos (o grande promotor do golpe fascista do Chile) vai retirando progressivamente o apoio ao ditador: é, isso sim, pela heroica resistência do povo chileno, que nunca se vergou, e a solidariedade militante dos países socialistas e todas as forças democráticas do mundo, para com este corajoso e martirizado povo.

A democracia virá para o Chile, mas não pelas mãos ou vontade do seu opressor: será conquistada pelo seu Povo.

Libertemos o camarada Jaime Perez

O camarada Jaime Perez, 2.º Secretário-Geral do Partido Comunista do Uruguai, foi preso em 24 de Outubro de 1974 pela ditadura fascista que esmaga o País.

Desde então foi dado como "desaparecido" por várias vezes (o que tem acontecido a muitos outros patriotas), mas a pressão da solidariedade internacional tem impedido o seu assassinio. Não desistindo de o aniquilar, os seus esbirros têm-no submetido às mais bárbaras torturas físicas e psicológicas dum modo quase ininterrupto, nestes três anos, com o objectivo confesso de o transformar num "farrapo humano".

O camarada Jaime Perez, cujo comportamento heroico face aos seus torturadores granjeou a admiração e respeito dos seus compatriotas tornando-se um símbolo da resistência à ditadura, substituiu o camarada Rodney Arismendi à frente do Partido Comunista do Uruguai quando este foi preso em 8 de Maio de 1974, tendo dirigido a luta clandestina contra a ditadura, até à sua própria prisão. Na altura do golpe de Estado no país, em 27 de Junho de 1973, era deputado pela Frente Ampla uraguia.

Se a opinião pública mundial tem impedido que o regime fascista assassine o camarada Jaime Perez, deverá também obter a sua libertação. Elevemos ao máximo a campanha internacional pela sua libertação!

Multinacionais em foco

Iniciou-se ontem uma *Semana Internacional de Acções contra o Papel e as Actividades das Multinacionais* (terminando a 22 de Novembro), sob a égide do Conselho Mundial da Paz e dando cumprimento às decisões e recomendações da Assembleia Mundial dos Construtores da Paz, que se reuniu de 6 a 11 de Maio deste ano, em Varsóvia.

Desta Assembleia em Varsóvia saiu a *Resolução sobre as Multinacionais*, onde foi considerado, nomeadamente, que a crescente expansão das multinacionais nos países em desenvolvimento é o traço característico do neocolonialismo actual, empregando aí novos métodos subtils para saquear os recursos naturais e humanos dos países em desenvolvimento, tendo a maior responsabilidade nas crises, energética de matérias-primas, alimentar, monetária e ecológica.

Mais à frente sublinha-se que as actividades das multinacionais dificultam os esforços dos países em desenvolvimento para eliminar o atraso socioeconómico, abrir novos postos de trabalho e fortalecer a sua independência política e económica, enquanto monopolizam os mercados internos destes países, impedindo o desenvolvimento das indústrias nacionais e da reforma agrária.

Por outro lado as multinacionais entravam o processo do abrandamento das tensões internacionais, da limitação da corrida aos armamentos e o estabelecimento de relações económicas equitativas e mutuamente vantajosas, pelo que constituem uma ameaça à paz mundial e à independência nacional.

Vaga de prisões na África do Sul

Há muito que a África do Sul é sinónimo de violência e brutalidade, pois o regime racista de Pretória também há muito que fez da repressão irracional seu único meio de sobrevivência — uma sobrevivência a qualquer preço.

Uma das faces do "apartheid" consiste no famigerado "passe" — espécie de passaporte que limita a circulação da população negra às áreas de trabalho e residência, sendo delicto e frequentemente encarcerado todo aquele que for encontrado fora dos limites previstos.

Recentemente milhares de trabalhadores negros do bairro de Atteridgeville (subúrbio negro de Pretória) foram arrancados de suas casas e levados, em helicópteros da Polícia, para as cadeias da capital sul-africana, onde, após minucioso exame aos seus documentos, uma parte foi libertada. Segundo declarações do chefe da Polícia de Pretória, entre os presos encontra-se mais de uma centena de crianças, que irão ser internadas em instituições racistas.

Paralelamente e como retaliação ao embargo de armas decretado há pouco pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, foram dados poderes ao governo para procurar e apreender mercadorias, sem compensação, ao sector privado, o que se destina a atingir, principalmente, as empresas estrangeiras instaladas na África do Sul.

MOSCOVO: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O 60.º ANIVERSÁRIO DE OUTUBRO

No dia 10 de Novembro foi inaugurada em Moscovo uma importante conferência científico-teórica internacional dedicada ao 60.º Aniversário da Revolução de Outubro. Durante três dias os participantes trocaram impressões muito úteis sobre as experiências específicas de cada um dos países e organizações representados.

A Conferência foi organizada pelo Instituto de Marxismo-Leninismo, pela Academia de Ciências Sociais e pela Escola do Partido Comunista da URSS, tendo sido inaugurada pelo secretário do CC do PCUS, Zimianine.

De sublinhar a enorme importância teórica e prática das intervenções efectuadas no primeiro dia pelos camaradas M. Suslov, membro do Bureau Político e secretário do CC do PCUS e do camarada B. Ponomarev, membro suplente do Bureau Político e secretário do CC do PCUS. Participaram mais de 70 delegações de partidos comunistas, operários e democrático-nacionais, cientistas soviéticos e estrangeiros.

M. Suslov sublinhou ter esta Conferência sido realizada em dias históricos para os povos do Mundo inteiro. Considerando que a Revolução de Outubro modificou radicalmente o destino da URSS, Suslov afirmou que esta Revolução abriu uma nova época na História Universal — época do «afundar» do capitalismo e época do «salto» revolucionário para o socialismo e para o comunismo. Além disso, a experiência das revoluções que triunfaram na

Europa, Ásia e América Latina, tendo em conta todas as suas particularidades, confirma a veracidade do pensamento de Lenin de que a repetição da Revolução de Outubro é inevitável. O resultado fundamental da Grande Revolução de Outubro foi a construção do «socialismo real».

Referindo-se à importância da nova Constituição da URSS, Suslov demonstrou que ela reflecte legítima a etapa económico-social alcançada pela URSS e as suas vantagens sobre o capitalismo, assim como o aspecto altamente democrático como foi discutida e aprovada, aspecto este, que tem as suas raízes na participação de todo o cidadão soviético na gestão e aperfeiçoamento do sistema político-social da URSS.

Suslov salientou que só no último decénio a URSS duplicou o potencial económico, tendo-se elevado nível técnico-científico, assim como a base material da agricultura e o nível de vida do povo soviético. Além disso, focou Suslov, o socialismo, na URSS garante as liberdades e direitos políticos a todos os cidadãos, permitindo assim o desenvolvimento real e integral da personalidade de cada um. Mais adiante Suslov sublinhou

a importância histórica da formação do homem novo, que, segundo L. Brejnev, reflecte um dos aspectos primordiais da luta pelo comunismo, cujas vitórias serão, cada vez mais, da maior importância para o desenvolvimento da construção económico-social e política da URSS.

Suslov deteve-se na contraposição dos dois sistemas sociais onde o socialismo real demonstra as suas crescentes vantagens. Isto veio permitir uma mudança radical — a passagem da guerra fria para o desanuviamento. Não é por acaso que o problema de garantir a paz é um dos aspectos fundamentais expostos nos 24.º e 25.º Congressos do PCUS e consagrado constitucionalmente na lei fundamental do país dos soviets.

Se por um lado, afirmou Suslov, o socialismo está no seu auge, determinando a orientação principal do progresso do género humano, o capitalismo, particularmente na última década, mergulha nas suas contradições, vai perdendo posições. O capitalismo não tem conseguido resolver nenhum dos problemas sociais fundamentais, actuando sim, dia a dia, como o inimigo da liberdade, da democracia e do

progresso social. Não devemos contudo, ter ilusões, disse Suslov, pois o capitalismo possui ainda consideráveis reservas, tentando conter o fortalecimento das forças da Paz, da democracia e do socialismo. Uma das armas utilizadas pelos círculos reacçãoários e pelas forças bélico-industriais é a campanha difamatória relacionada com os «Direitos do Homem» nos países socialistas. Mas tudo isto, sublinha Suslov, não serve senão para mascarar o carácter antidemocrático da sociedade capitalista, tentando desviar a atenção dos trabalhadores e da opinião mundial da profunda crise que atravessa a sociedade burguesa.

Ao terminar a sua importante intervenção, Suslov afirmou que «o internacionalismo proletário é uma das premissas básicas para a obtenção de novos êxitos no movimento operário e comunista internacional». Desalientar que um dos traços característicos do movimento comunista contemporâneo «é o crescer da influência dos partidos irmãos entre as massas trabalhadoras nos vários países capitalistas».

Hoje em dia, tendo em conta as condições internas de cada país, assim como a situação internacional, apresentam-se grandes e complexas tarefas à classe operária, concluiu Suslov. Ao finalizar disse: «Conjuguemos acertadamente os objectivos imediatos da luta dos

trabalhadores com a luta por uma perspectiva socialista. Continuemos a fortalecer as fileiras comunistas na base dos princípios do marxismo-leninismo, alcançando a unidade das forças de esquerda, estabelecendo uma coligação massiva antimonopolista; conjuguemos a luta dos partidos comunistas pelos interesses dos trabalhadores dos seus países com o cumprimento do seu dever internacionalista, o apoio mútuo dos comunistas de diversos países numa situação em que não existe um centro internacional único e em que os partidos actuam autónoma e independentemente sem permitir uma intervenção nos seus assuntos internos».

Nos dois últimos dias os participantes da Conferência dividiram-se por três grupos de trabalho onde foram discutidos vários temas: «O significado da gloriosa Revolução de Outubro, a construção do socialismo e do comunismo; «Outubro e os movimentos operários, de libertação e democráticos»; «O desenvolvimento da sociedade socialista durante a etapa actual». Neles intervieram numerosos cientistas soviéticos e de outros países do Mundo. Os trabalhos desta conferência demonstraram de forma inequívoca, que os participantes reconheceram ser o socialismo (baseado no marxismo-leninismo) a única força capaz de resolver os problemas por que lutaram os trabalhadores

PELAS
CONQUISTAS DE ABRILADERE
AO
PCP

JÁ ULTRAPASSAMOS OS DEZ MIL!

Pois é verdade: já ultrapassámos os dez mil novos membros para o Partido! Isto quer dizer que, quase dois meses antes do termo da campanha, a meta nacional não só foi alcançada mas também superada!

Trata-se, indiscutivelmente, de uma grande vitória política do Partido. Uma vitória tornada possível pelo esforço e o trabalho dos militantes comunistas, pela capacidade de organização e de concretização das células e organismos do Partido.

Mas uma vitória também, e é bom não o esquecer, da própria linha do Partido. Porque se milhares e milhares de portugueses decidiram juntar a sua à nossa voz, aderindo ao Partido, isso reflecte um facto cuja evidência ninguém poderá negar: a correcção da orientação do PCP, a justeza das nossas posições, o aumento da influência do Partido entre as mais largas massas.

Segundo os números nacionais apurados no final de Outubro, e já publicados no "Avante!", 9551 novos militantes tinham aderido ao PCP desde Agosto. Ainda não é possível dispor de números exactos relativos a Novembro mas, de qualquer modo, as indicações que já existem permitem concluir que os 10 000 foram já largamente deixados para trás.

Mas atenção! A campanha ainda não terminou! Ainda há muitas metas sectoriais por atingir, ainda há milhares de portugueses à espera de uma oportunidade para entrar no Partido!

Vamos continuar o nosso trabalho, vamos redobrar o nosso esforço. Vamos fazer com que, no final de Dezembro, terminada a Campanha, possamos dizer que fomos muito modestos ao estabelecer a meta dos 10 mil!

INICIATIVAS

Região da DORL. Hoje, dia 17, o Sector Industrial de Queluz de Baixo promove uma sessão de esclarecimento, pelas 18 e 30, na Colectividade.

Na Freguesia de Oeiras, sessões de esclarecimento na Lage, dia 18 e em Vila Fria em 25 de Novembro.

O Sector Público leva a efeito, dia 19, uma sessão com a participação de um camarada do CC. Tema: «O Partido, Programa, Estatutos e funcionamento interno». No dia 10 de Dezembro, o mesmo sector promove uma sessão com «slides» sobre a História do Partido.

No concelho de Cascais, a passagem do documentário «Os Comunistas de Portugal» será exibido em Murches no dia 18, na Sociedade, pelas 21 e 30 horas, acompanhado de sessão de esclarecimento e no dia 19 o mesmo programa será levado a efeito em Cobre.

Na Brandoa o camarada Blanqui Teixeira fará uma intervenção política no dia 26 do corrente. Seguir-se-á uma festa com Canto Livre e uma Noite de Fado.

Entretanto, em Vague, Sintra, vai haver festa na Colectividade de Mondar, no dia 26 de Novembro. E, no dia 3 de Dezembro, um almoço com novos inscritos no Centro de Trabalho de Sintra.

Ainda em Oeiras, será projectado um filme por iniciativa do Sector Industrial de Queluz de Baixo, no dia 30 de Novembro, pelas 18 e 30. No dia 9 do próximo mês, realiza-se uma sessão nos Bombeiros de Oeiras.

O Sector Intelectual promove uma sessão para simpatizantes no Centro de Trabalho Vitória, organizado pelas células da DG Saúde, da IAP, da Medicina Tropical e da Insa.

Em Vila Franca de Xira terá um comício-festa no dia 26 de Novembro, na Sociedade Euterpe Alhandrense. E, no dia 6 de Dezembro, haverá um espectáculo em que participam Rogério Paulo e Carlos do Carmo. Será no Pavilhão da Abelheira, Póvoa.

Voltando ao concelho de Cascais: ainda no dia 18 de Novembro, pelas 21 horas, em Trajouce, na Sociedade, haverá uma sessão de esclarecimento.

No dia 20, em São Domingos de Rana, sessão de esclarecimento com filmes, pelas 15 horas.

«O que é o Partido?», tema da reunião prevista para os novos militantes no dia 25 de Novembro, pelas 21 horas, no Centro de Trabalho da Paróquia.

No dia 26, na Sociedade de Matos-Celinhos, sessão para trabalhadores da Zona da Organização da Célula da Esterling. Projectação de filmes.

No mesmo dia, na Sociedade Murtal, Parede, sessão com filme.

Região da DORS. Barreiro: no dia 25, às 21 e 30, em Palhais, sessão com os camaradas E. Santo e S. Alves. No mesmo dia em «Os Vermelhos», Bairro das Palmeiras, sessão em que participam os camaradas C. Humberto e Reis. No dia 26, pelas 18 e 30, na Sociedade «Os Leões», sessão de esclarecimento especialmente dedicada a mulheres, com a participação das camaradas Georgete Ferreira e Hermenegilda Pereira. No mesmo dia 26, pelas 21 e 30, no «Paivense», sessão com José Castanheiro, Álvaro Monteiro e Ercília Talhadas.

Para Dezembro anuncia-se, no dia 9, pelas 21 e 30, na Freguesia de Palhais, uma sessão especialmente dedicada a pequenos agricultores e, no dia 10, uma sessão de esclarecimento nos «Penicheiros».

Ainda no âmbito da DORS. No concelho de Almada. Hoje, dia 17, pelas 21 e 30, haverá uma sessão no Grupo Desportivo «Os Estrelas», Monte de Caparica. No dia 18, sessão no Clube Pombalense, Cova da Piedade. E ainda no dia 18, no Clube «Os Académicos», em Pera de Baixo, Monte de Caparica.

Os próximos dias serão de grande actividade na região da DOROR. Assim, no distrito de Santarém vai haver uma reunião ampla no Centro de Trabalho de Tomar, no dia 18 de Novembro, pelas 21 horas, dedicada a mulheres. E no mesmo dia em Samora Correia, uma sessão pelas 20 e 30 horas.

No dia 19, pelas 21 horas um convívio no Centro de Trabalho de Torres Novas, com a presença de um camarada do CC.

No mesmo dia, pelas 16 horas, no Entroncamento, um convívio no Centro de Trabalho, também com a presença de um camarada do Comité Central.

Sempre no dia 19 de Novembro: Sessões em Frade de Baixo, Alpiçarra, pelas 20 e 30 horas; em Carregueiros, Tomar, pelas 21 horas; em Glória do Ribatejo, pelas 15 horas; em Pontevel, Cartaxo, pelas 20 e 30; e em Almeirim, pelas 21 horas.

O dia 20, ainda no distrito de Santarém: Sessão em Lapa, Torres Novas, com festa convívio durante todo o dia; Sessão em Seica, em Coruche a sessão terá lugar pelas 16 e 30 horas. E em Irela, concelho do Cartaxo, pelas 20 e 30 horas.

No distrito de Leiria prevê-se: No dia 18, em Alcobaca, à noite, sessão de esclarecimento com canto livre, em que participa José Manuel Osório.

Em 19, na Marinha Grande, também José Manuel Osório participará no Canto Livre previsto para aquela localidade.

E agora do Algarve. No dia 19 está marcada uma sessão de esclarecimento, especialmente dedicada a mulheres, com a participação da camarada Alda Nogueira, membro do Comité Central, na Fuzeta, Olhão, da parte da tarde. À noite, a mesma camarada desloca-se a Vila Real de Santo António onde participará noutra sessão, no Centro de Trabalho do Partido.

No dia 20, na Bordoaleira, Faro, a camarada Alda Nogueira estará presente da parte da tarde. À noite será a vez de Albufeira ter a sua sessão de esclarecimento.

Entretanto no Alentejo os camaradas relembram que, no dia 19, em Benicatel, Vila Viçosa, o camarada António Gervásio estará presente na sessão que aí terá lugar. E no dia 25, em Granja, prevêem-se sessões de esclarecimento integradas na Campanha.

Na região da DORB. Em Coimbra, no dia 20, à tarde, está marcado um magusto com sessão de esclarecimento, promovido pela Organização da Comissão da Zona Alta.

Em Condeixa, no dia 4 de Dezembro, uma festa em Sobroeiro, Na Figueira da Foz, dia 19, um comício em Vila Verde pelas 21 horas. Estão previstos convívios no Centro de Trabalho todos os fins-de-semana.

No distrito de Viseu, no dia 26 de Novembro haverá festa em Vouzeira, pelas 21 horas.

Prevêem-se, além destas realizações, uma sessão de esclarecimento no dia 30 do corrente, promovida pela Comissão Concelhia de Espinho. Outra no dia 3 do mês próximo em Vale de Cambra. E em Aveiro, ainda no dia 3 de Dezembro, prevê-se um comício.

Finalmente a UJC: Em Aljustrel, no dia 19, uma festa convívio. Em Beja, festa-convívio no dia 20.

Em Cucujães, Aveiro, no dia 19, Canto Livre. Em Ponte, Rio Tinto, magusto no dia 27.

Braga, dia 27, festa-convívio com teatro e Canto Livre. Montes Velhos, Évora, sessão de esclarecimento no dia 21.

São João, Aljustrel, convívio e Canto Livre no dia 25. São Luís, Odemira, baile no dia 26.

Barreiro, dia 17, sessão com a participação de delegação soviética.



Maria do Amparo, juntamente com Carlos Moniz e Samuel (na foto), têm contribuído em grande medida para o sucesso do espectáculo itinerante

«NO CAMINHO DE ABRIL» ÊXITO EM TODO O LADO

O êxito tem acompanhado o itinerário do espectáculo organizado no âmbito da Campanha. Em Alcains a Casa do Povo encheu-se e cerca de 300 pessoas, na sua maioria jovens, assistiram ao desenrolar de «No Caminho de Abril». Superando as expectativas, pois não se previa tão grande participação. O espectáculo foi seguido com entusiasmo pelo público que aplaudiu e também cantou.

O camarada José Pedro Soares fez uma intervenção política especialmente dirigida à juventude, falando do Partido, das suas organizações juvenis e dos objectivos presentes. No final verificaram-se adesões.

No dia seguinte o espectáculo desceu até perto do Tejo. Vila Velha de Ródão foi visitada pelos artistas comunistas e pelos camaradas que participam neste itinerário. Nesta localidade, onde se situa a maior empresa nacionalizada do distrito, a actuação verificou-se no Centro Popular de Trabalhadores. Cerca de 270 pessoas, operários na sua grande maioria, estavam lá. E também lá se cantou. E também se verificou o mesmo entusiasmo traduzido em novas adesões ao PCP.

No dia 10, Manteigas. No cinema. Cerca de 200 pessoas

presentes. O êxito voltou a repetir-se. E é de assinalar que num sector da assistência houve alguma hostilidade, certamente encomendada. Mas o povo de Manteigas, apesar dos industriais e caduques e arruaceiros ao serviço das forças reaccionárias, soube reconhecer no espectáculo as conquistas de Abril. Pode dizer-se que muitas das pessoas presentes viram pela primeira vez, através dos «slides» projectados, muitos aspectos da nova realidade portuguesa de depois de 25 de Abril: o 1.º de Maio de 74; a Reforma Agrária; os grandes comícios do Partido e muitos outros aspectos da luta dos trabalhadores portugueses. E o espectáculo decorreu normalmente, com a participação do povo e já sem provocações.

No final houve uma breve intervenção política seguida de recolha de fundos.

No dia seguinte Urgeliza — Canas de Senhorim. Ao espectáculo assistiram 320 pessoas. Interviu o camarada Pena, da Distrital de Viseu. Registou-se uma assistência superior à população recenseada na própria freguesia...

Gouveia, dia 12. Mercado Velho. Lá esperavam o «Caminho de Abril» 400 pessoas. No final o camarada

José Pedro Soares voltou a intervir.

E, a última notícia que nos chega refere-se ao dia 13. Foi em Avôes, pequena aldeia perto de Lamego. Assistiram 150 pessoas. E deu-se o inesperado. Espontaneamente aconteceu um comício em que interveio um camarada da terra e o camarada Bento, da Distrital de Coimbra. Palavras de ordem revolucionárias, canções, animaram o convívio que se estabeleceu. Houve magusto, houve festa. Há sempre festa «No Caminho de Abril».

Itinerário até ao fim do mês:

Norte: Dia 17 em Gondomar, pelas 21 e 30 horas; dia 18 em Mirandela, 21 e 30; dia 19 em Chaves, 16 horas; no mesmo dia em Vila Real, pelas 21 e 30; e dia 20 em Viana do Castelo, também às 21 e 30 horas.

Algarve: Dia 25 em Faro, pelas 21 e 30 horas; dia 26 em Silves, pelas 16 horas e em Albufeira pelas 21 horas; dia 27 em Monchique, pelas 16 horas.

Alentejo: Dia 28, em Pias, pelas 21 horas; dia 29 em Mora. Finalmente, no dia 30 em Campo Maior.

O LUGAR DE UM COMUNISTA É NAS FILEIRAS DO PARTIDO

Sou mais útil fora do Partido do que como militante. Assim dizem alguns amigos, assim alguns amigos pensam. Algumas vezes será uma desculpa para um individualismo que marca as atitudes de determinada pessoa, algumas vezes, a maioria delas, porém, é de incompreensão do papel do militante do Partido que se trata.

A compreensão da necessidade do trabalho organizado não é fácil para muitas pessoas, sobretudo para aquelas cujo trabalho profissional, por exemplo, não é directamente e visivelmente ligado às tarefas de outros.

Não é difícil, no entanto, demonstrar aos nossos amigos que assim pensam, a verdadeiros simpatizantes do Partido que queremos ver connosco a reforçar as fileiras do PCP, que a força de um partido revolucionário reside precisamente na capacidade de organização de que dispõe, na multiplicação da força que o trabalho organizado engendra. Não é difícil demonstrar a esses amigos a importância da coordenação dos esforços, da discussão colectiva, da decisão colectivamente tomada e levada à prática. Não é difícil provar a fraqueza das posições assumidas isoladamente, o papel efémero do franco-

-atirador, não é difícil provar que o trabalho individual, por melhor que ele seja, não modifica o mundo.

Não é difícil, também, demonstrar a necessidade de um Partido organizado para levar por diante as tarefas que apenas uma vanguarda pode desenvolver esclarecendo as massas populares, abrindo o caminho árduo que toma o rumo do socialismo. De resto, os amigos de que falamos, que não raro nos afirmam serem mais úteis fora do Partido que como militantes, estão já convencidos do papel indispensável do Partido, mas não estão convencidos, eles, do seu próprio papel, ou receiam que a sua personalidade, os seus modos de pensar e de agir se dissolvam dentro de um Partido. Esses amigos, de certo modo, recalam um tanto o Partido que apenas conhecem por fora, pelas suas atitudes e pelas suas tomadas de posição, mas que não conhecem por dentro, como participantes activos, como militantes.

Esses amigos, no fim de contas, pensam não estar à altura do trabalho e do esforço a desenvolver como militantes. Imaginam mal o seu papel de camaradas. E está muitas vezes nas nossas mãos trazê-los à simples realidade do que é ser membro do

Partido, contribuir para o Partido, para a sua força e influência não apenas com uma tarefa que se desempenha, mas também com a opinião e com a crítica construtiva, com a imaginação e com o entusiasmo, com a experiência pessoal de cada um.

Nesta Campanha cujo extraordinário êxito constitui mais um incentivo para trazer ao PCP, às suas fileiras, mais e mais novos camaradas, muitas hesitações foram manifestadas, muitas e muitas claramente postas de lado, muitas e muitas perguntas surgiram e respostas foram dadas. Organizações e militantes esforçam-se todos os dias por explicar porque é que o Partido estende a mão aos seus amigos e os chama: «Venham lutar connosco». Porque as conquistas de Abril precisam ser defendidas. Porque é preciso levar por diante o caminho traçado em Abril. Para essa tarefa todos os comunistas são poucos. E nenhum amigo é mais útil ao Partido fora dele. O lugar de um lutador pelos ideais do socialismo, o lugar de um homem ou de uma mulher ou de um jovem que está de acordo com o Partido e está disposto a defender as Conquistas de Abril é no Partido Comunista Português.

A CAMPANHA EM MARCHA!

NOVAS ADESÕES, NOVAS INICIATIVAS

Começemos por algumas pequenas notícias, curtas mas cheias de significado e que dão bem a ideia de que a Campanha, depois de ter atingido e ultrapassado a meta nacional, mobiliza e entusiasma os militantes, as organizações, traduzindo-se em inúmeras sessões, reuniões, festas, em novas e numerosas adesões ao Partido.

É assim que da DORL nos chegam alguns dados. Em Loures, por exemplo, mais precisamente em Santa Iria de Azóia, vencida a 1.ª meta, que era de 75 novas adesões, se passou para uma segunda — 112. E já se anuncia que, até ao comício do dia 8, se atingiram 122 inscrições! Saliente-se que 30 por cento dos novos militantes são mulheres.

Entretanto em Oeiras, nas diversas reuniões com simpatizantes, registaram-se cerca de 350 presenças.

Em Sintra, na Abrunheira, uma zona operária, duplicou-se a organização e continua o recrutamento!

Metade dos simpatizantes que participaram numa reunião promovida pela organização da Rodoviária Nacional inscreveram-se no Partido.

ARGUMENTOS DA CAMPANHA

Contrários ao apolitismo e ao apartidarismo a que sempre se procurou forçar os trabalhadores durante tantos anos de fascismo, nós continuamos e continuaremos a afirmar que só organizando politicamente os que vendem a sua força de trabalho, físico ou intelectual, poderemos defender os nossos interesses de classe — eis um argumento que os camaradas da célula da Rádio Marconi do PCP apresentam à reflexão dos seus camaradas de trabalho, apelando a aderir ao Partido.

Por seu lado, o Secretariado da célula da TAP, do PCP, diz num comunicado distribuído: Os trabalhadores não querem assistir passivamente à escalada da direita. Querem participar na resolução dos problemas nacionais, porque sem eles não haverá solução para a crise. Sentem mais do que nunca que, para defenderem as conquistas e transformações democráticas alcançadas com a Revolução iniciada em 25 de Abril, devem estar organizados no seu Partido, o Partido Comunista Português.

ANDAR PARA A FRENTE!

Palmela, Santiago, Sesimbra e Setúbal são os concelhos que vão à frente, que ultrapassaram as respectivas metas na região da DORS. Sesimbra aproxima-se mesmo dos 200 por cento! E esta informação data do dia 1 de Novembro. Continua no entanto a verificar-se que as organizações onde mais rapidamente se atingem os objectivos são as de carácter local, aparecendo em segundo lugar os sectores onde o Partido disfruta de maior influência — as empresas. Isto de um modo geral. O que não quer dizer que, até ao fim da Campanha, nas grandes empresas, o esforço dos militantes não consiga alterar os dados presentes.

ESCLARECER

Esclarecer continua a ser um objectivo central. Esclarecer sempre. Com vista a dinamizar a Campanha ou fora dela. A «Promoção das Conquistas de Abril» ter permitido, para além das novas adesões obtidas com o esclarecimento, o fortalecimento das posições e das ideias de muito amplas massas, tocadas assim pelas palavras do Partido.

Da DORS recebemos a notícia de que uma sessão de esclarecimento foi levada a efeito em Alvalade do Sado, tendo participado a camarada Sofia Ferreira, membro da DORS e do Comité Central.

Entretanto em Almada, concelho onde as sessões continuam a realizar-se a meta foi ultrapassada, conforme soubemos no princípio da semana.



A CAMPANHA DINAMIZA A ORGANIZAÇÃO

A Comissão de Freguesia da Nazaré do PCP, que a si própria se tinha proposta a meta de 20 novos membros, ultrapassou-a já, contando com 25 novas adesões. Mas nova meta se propõe. E espera aumentar assim em 100 por cento o número dos seus militantes! A Campanha não tem sido alheia ao dinamismo que percorre a organização naquela freguesia. Assim dizem-nos os camaradas que na Nazaré, onde cada vez mais se faz sentir a falta de um Centro de Trabalho e onde até aqui não se vendia o «Avante!», já se vendem 45 exemplares do nosso jornal!

E em Valado de Frades, onde a Campanha tem estado um pouco atrasada, começou a ganhar-se o tempo perdido. As adesões começam a chegar. Entretanto, no que respeita à venda do «Avante!», de 20 exemplares passou-se, de há 15 dias para 65!

Na região da DOROR, donde chegam estas notícias, registam-se actualmente 1159 adesões, sendo 512 respeitantes ao distrito de Leiria e 647 referentes a Santarém.

NA ZONA DA REFORMA AGRÁRIA

No Alentejo, cuja meta foi ultrapassada, só no mês de Novembro registaram-se, no distrito de Évora 171 adesões. No de Beja 411. E no de Portalegre foram 120 as novas inscrições.

As reuniões continuam. E a cada uma correspondem os trabalhadores não apenas com a sua presença mas com a adesão ao Partido que é o seu. Assim, numa reunião realizada em Neves foram 13 os camaradas que quiseram vir ao Partido. Em Santo António de Odemira foram 21. E em São Matias, numa localidade onde não havia organização registaram-se 34 adesões!

CONVÍVIOS, REUNIÕES ABERTAS

Nas Beiras são os convívios, os magustos, as sessões, as reuniões com os simpatizantes. São estas as notícias que nos chegam. Em São Paio de Oleiros, por exemplo, um magusto em que conviveram mais de 200 pessoas trouxe ao Partido mais 6 novos camaradas.

Em Aveiro decorreu a semana da Campanha com reuniões abertas a simpatizantes em quase todos os organismos. A semana culminou com um jantar especialmente dedicado aos novos inscritos. No convívio participaram cerca de 200 pessoas, tendo o camarada José Bernardino, do CC, intervindo na discussão política.

PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE

A UJC continua as suas actividades no âmbito da Campanha. Em Braga a União da Juventude Comunista promoveu um jantar festa, com música, em que participaram cerca de 100 pessoas. Em Évora foi organizada uma jornada de Trabalho com um colóquio na UCP «Flor do Alentejo» em que participaram meia centena de jovens.

No Barreiro, a anunciada festa convívio, com baile, teatro e Canto Livre reuniu no passado dia 11 mais de 800 pessoas. Em Almada, no mesmo dia, um baile trouxe ao convívio mais de 600 pessoas. Ainda no dia 11, na Moita, a projecção de um filme reuniu 150 participantes da sessão.